



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

**“Transição Política e Política Econômica no
Brasil-Império: 1853-1862”**

JOSÉ TADEU DE ALMEIDA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento Econômico**, área de concentração: **História Econômica**, sob a orientação do **Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos**

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por **José Tadeu de Almeida** em **16/07/2010** e orientada pelo **Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos**.*

CPG, 16/07/2010.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "José Tadeu de Almeida", written over a horizontal line.

Campinas, 2010

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

<p>Almeida, José Tadeu de. AL64t Transição política e política econômica no Brasil-Império: 1853-1862 / José Tadeu de Almeida. – Campinas, SP: [s.n.], 2010.</p> <p>Orientador: Pedro Paulo Zahluth Bastos Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Política econômica – Brasil. 2. Partido conservador. 2. Padrão-ouro. I. Bastos, Pedro Paulo Zahluth. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p> <p>10-042-BIE</p>
--

Título em Inglês: Political transition and economic policy on Brazilian Empire: 1853-1862

Keywords: Conservative Party; Gold standard

Área de Concentração: História Econômica

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora: Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos

Prof. Dr. Hernani Maia Costa

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães

Data da defesa: 16-07-2010

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

Aluno: **JOSÉ TADEU DE ALMEIDA**

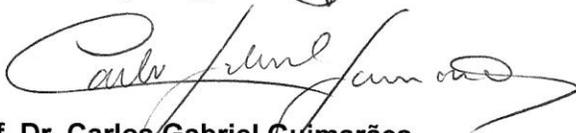
**“Transição Política e Política Econômica no
Brasil-Império: 1853-1862”**

Defendida em 16 / 07 / 2010

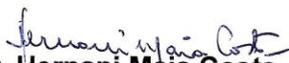
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Pedro Paulo Zahjuth Bastos
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães
Universidade Federal Fluminense - UFF



Prof. Dr. Hernani Maia Costa
Instituto de Economia / UNICAMP

A todos os meus amigos, que me mostraram
(e muito bem)
que há muita Vida no lado de fora.

AGRADECIMENTOS

Uma obra histórica é sempre trabalho de equipe, mesmo quando tem um só a assinar.
TORRES (1964)

Poderia iniciar esta seção já citando uma primeira nota de rodapé para o trabalho; de fato, muitos (acredito que praticamente todos) aqueles que foram contemplados nos agradecimentos de meu Trabalho de Conclusão de Curso estão ainda presentes em minha vida. Porém, como nenhum gesto de afeto é simplesmente dispensável, faço absoluta questão de fazer uma referência àqueles que estiveram presentes ao longo desta jornada.

Em primeiro lugar, indubitavelmente, agradeço ao Deus de meus pais, pela – muitas vezes imerecida – oportunidade oferecida, através do sagrado dom da Vida, de trilhar os caminhos pelos quais chegamos até este ponto. Sem a Sua ajuda, nada teria sido possível, e também não teria sentido.

À minha família, que sempre me forneceu a estrutura necessária e o apoio para seguir meus próprios passos; mesmo às vezes questionando as viagens sucessivas a Campinas, as outras viagens para eventos e congressos, bem como a necessidade de permanência constante no distrito de Barão Geraldo, sei que por trás havia um grupo de corações fraternos e sempre dispostos a me apoiar.

Neste sentido, agradeço à minha madrinha, Benedita, e meu pai, o ‘Seu’ Gentil. Mas, principalmente, agradeço à minha mãe, Maria Aparecida, que não teve a possibilidade de ver este trabalho concluído. A esta heroína do silêncio, minha gratidão eterna, com a certeza de que ela estará, nos prados eternos, muito satisfeita por ver o seu filho ‘formado’.

No Instituto de Economia da Unicamp, há uma série de pessoas as quais devo estender uma palavra de gratidão. Primeiramente, agradeço a meu orientador, Prof. Dr. Pedro Paulo Z. Bastos, pela experiência e conhecimentos adquiridos; por mais que eu teimasse, por vezes, a adotar uma linha própria de estudo, seus pontos de vista foram decisivos para o bom termo desta dissertação, resultado de bons trabalhos que já vimos realizando desde 2005, ao longo de eventos, disciplinas de graduação e pós-graduação e da monografia de conclusão de curso (e eximo-o, ainda, de quaisquer imprecisões encontradas neste trabalho). Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter fornecido o auxílio necessário para a sua realização.

Agradeço ainda ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, como um todo, em especial àqueles vinculados ao programa de História Econômica, como os professores Eduardo Mariutti (a quem devo também agradecer pelos apontamentos na banca de qualificação), Lígia Osório e José Jobson de Andrade Arruda, bem como ao prof. Carlos Gabriel Guimarães, pelas sugestões apontadas na banca de defesa.

Contudo, não se pode deixar de citar em especial os exemplos dos professores Hernani Maia e José Ricardo Gonçalves. O prof. Maia pertence a uma rara estirpe de profissionais, que verdadeiramente se interessam pela caminhada de seus alunos. Suas colocações na banca de qualificação, e as obras que me forneceu após este momento, foram muito úteis para a versão final deste texto. Além disto, nossas constantes conversas sobre caça pesada, armas de fogo e javalis selvagens sempre foram bastante curiosas e interessantes. Espero que reconheça nas páginas deste texto o uso constante das ‘fontes primárias’, gosto que temos em comum.

Sobre o prof. José Ricardo, pouco posso dizer além de agradecer pela honra de ter sido seu aluno, e por tentar ‘abrir minha cabeça’ de todas as formas possíveis; e, ainda, por ter extrapolado estes limites, praticamente ‘adotando’ a todos nós da turma de História Econômica. Ele crê que devo, de toda forma, tornar-me também um ‘pensador católico’; espero fazer jus a seus anseios, no futuro próximo.

No Centro de Documentação (CEDOC), agradeço ao Fernando e ao Danilo, sempre dispostos a ajudar na busca de fontes e, principalmente, nas remissões de multas por atrasos nem sempre justificáveis. Na secretaria, agradeço a paciência da Fátima, à Cida, ao Alex, à Marinete e ao Alberto. E, ainda, na ‘equipe de apoio’, ao Chiquinho, da cantina do IE (pelos chocolates quentes nunca marcados por ele na nossa conta e que, portanto, nunca serão pagos. ‘Sucesso, meu querido!’) e ao pessoal do Xerox do Daniel (principalmente ao Alemão, figura incompreendida, posto que por detrás das constantes reclamações sobre cópias repetitivas de textos, esconde-se um bom camarada).

Agradeço, enfim, à família que eu pude escolher: Aos meus amigos, que, cada qual a seu jeito, contribuíram decisivamente para o bom termo deste projeto.

Em Bragança Paulista, agradeço ao Sandro Araujo e ao José Jamil, pela amizade já de longa data. E, aos que chegaram nos últimos tempos (ou que voltaram à nossa vida), também a minha gratidão: Davis Macedo (que abriu as portas para novas experiências e situações do cotidiano), Patrícia Ishizu (amiga fiel das horas boas e ruins), Renan Oliveira (por insistir –

felizmente – em me levar para o bar) Giovana Ferreira (por suas dúvidas existenciais) e Natália Cezar (futura economista e minha ‘orientanda’ predileta), Nathalia La Salvia (pelas gentis caronas e muito mais), Michele Ito (companheira virtual das madrugadas), Sgt. Menin (figura única neste universo com suas observações, no mínimo, ‘perspicazes’), Carolina Almeida e Larissa Mazuchelli.

Na penúltima hora, também chegaram as ‘meninas de Vargem’, Amanda Oliveira, Renata Carmen e Marli Eugênio; e por fim, no ‘soar do gongo’, surgiu a Lara, em Atibaia, fornecendo-nos novos e interessantes horizontes (os quais com certeza ainda trarão muito a que recordar).

Last, but not least, agradeço aos ‘amigos da faculdade’, com os quais dividi alegrias, frustrações, preocupações, mas acima de tudo muitas risadas, além de um companheirismo que, certamente, ultrapassa os limites da Academia. Ao pessoal da ‘velha guarda’ da graduação, Leonardo Flauzino e Cassiano Trovão (amigos com os quais tive o privilégio de dividir o mesmo teto nesses últimos dois anos), bem como a Roberto Borghi, Everton Rosa, Roberto Simiqueli e Leandro Pereira.

E, também, à ‘jovem guarda’, a todo o pessoal do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, com quem tive o privilégio de trabalhar e, sobretudo, me divertir: em especial, agradeço à Juliana Bacelar (que diversas vezes atuou como uma verdadeira ‘mãe de Campinas’), Camila Lins (nossa Mineirinha preferida), Marcelo Loural, Taíse Gehm, Mesaque Araujo e Beatriz Mioto.

Por fim, agradeço aos amigos da História Econômica, Daniel Feldmann (‘É Brasil!’), Moacyr Manfrim, Thiago Franco e Julierme Tosta. Mas é impossível não realizar um agradecimento todo especial à Luciana Portilho (a nossa ‘gracinha’, que aprendi a entender e, sobretudo, admirar), bem como a Dennys Montagner e Gustavo Cavarzan. Com estas pessoas, as quais tenho hoje como verdadeiros irmãos, aprendi que a vida na Academia também pode ser feita de muita, mas muita alegria. A todos estes amigos, que me mostraram a possibilidade de trilhar novos caminhos, o meu eterno obrigado.

“Por mais que custe a expor-me a ser tido por homem de pouco juízo, eu não hesitarei nunca em alistar-me no número dos loucos que nutrem a grande e generosa ambição de ver o país cortado de caminhos, de vias férreas, de canais, embora tudo isso nos desequilibrasse o orçamento e nos fizesse dever dezenas e dezenas de milhares de contos de réis. (...) *Quero pertencer à escola dos loucos, porque tenho a certeza de que a dos prudentes nada fará senão trazer o expediente em dia*”

Senador Saraiva (1861)

RESUMO

Este trabalho tem como meta resgatar alguns aspectos relacionados à gestão da estrutura macroeconômica do Brasil no chamado Segundo Império (1840-1889), principalmente no período compreendido entre os anos de 1853 e 1862, onde se verifica uma grande liderança política dos quadros filiados ao Partido Conservador, que foram capazes de conduzir um movimento de aproximação com membros mais moderados do Partido Liberal, denominado *Movimento da Conciliação*, como forma de engendrar a formação de governos de coalizão, reduzir o espaço de opinião de dissidências político-partidárias, e garantir a aprovação de projetos favoráveis ao progresso nacional.

A política econômica deste período, neste sentido, desenvolveu-se em sua maior parte sob a égide dos conservadores, cujo foco incidia constantemente sobre o equilíbrio orçamentário e pela manutenção da valorização da taxa de câmbio, como forma de evitar o recurso da emissão de moeda para sanear os gastos públicos, em sintonia com os preceitos do sistema do padrão-ouro, modelo internacional de paridade entre moedas adotado pelo Brasil em 1846.

Busca-se assim entender melhor este modelo – de natureza conservadora – de gestão da *coisa pública*, a partir da inserção de natureza periférica da economia brasileira ao padrão ouro-libra, então vigente, e elucidando ainda a vulnerabilidade do sistema monetário brasileiro no século XIX, e os impactos desta conjuntura sobre a ordem social. Por fim, procuramos enfatizar a necessidade de novas reflexões a respeito da gestão dos negócios do Império, levando em consideração a necessidade premente, conforme o pensamento da época, da construção de um Estado-nação.

Palavras-chave: Partido Conservador; Padrão-ouro; Conciliação.

ABSTRACT

This dissertation focuses the management of the Brazilian macroeconomic structures into the period known as Second Empire (1840-1889), specially between 1853 to 1862, where is verified a great political leadership from the members of Conservative Party, whose conducted an approach with the most moderated members of Liberal Party, a movement called *Conciliação*. This movement aimed to form coalition governments, reduce the expressivity of political dissidents, and approve some favorable projects to the development of the country.

The economic policy in this period was conducted by the conservatives, focusing a balanced budget and a valorized exchange rate, avoiding the emission of money (and debt papers) to pay the public expenditures. These acts have a link with the gold standard system, adopted by Brazilian authorities in 1846.

Therefore, the dissertation intends to have a better understanding of the conservative model of economic policy in Brazil; focusing, indeed, the marginal condition of its insertion to the gold standard, and also the vulnerability of its monetary system in the 1850 decade, and the impacts from this situation into the social order. At last, the paper emphasizes the relevance of new reflections about the management of the Brazilian empire business in the same time, basing the analysis on an urgent needing to build a new nation, a new state, in the 19th century.

Keywords: Conservative Party – Gold Standard – *Conciliação*.

SUMÁRIO

Introdução	01
Objetivos gerais	04
Hipóteses e justificativas	06
Referencial metodológico	07
Capítulo I: Notas sobre as estruturas partidárias e econômicas no Império do Brasil (1822-1870)	11
1. Estruturação partidária no Império do Brasil	12
1.1. Representação política no Primeiro Império e na Regência	13
1.2. Forças político-partidárias do Segundo Reinado	18
1.2.1. O Partido Liberal	20
1.2.2. O Partido Conservador	24
1.2.3. Movimentos de contestação.....	29
2. Apontamentos sobre a estruturação financeira do Império do Brasil	30
2.1. O advento do padrão-ouro no século XIX	31
3. Premissas e encaminhamentos	37
Capítulo 2: Afirmção Conservadora e política econômica: Os gabinetes da Conciliação – Primeira fase, 1853-58	43
1. A ‘cabeça-de-chave’: o Conselho de Ministros e o Poder Executivo	45
2. Os primeiros Gabinetes da Conciliação: 1853-58	49
2.1. A costura da hegemonia: Gabinetes 1848-53	50
2.1.1. A formatação do movimento conciliador	61
2.2. Gabinete Marquês do Paraná	63
2.3. Primeiro Gabinete Caxias	75
2.3.1. Especulação e Crise: Influências externas.....	77

2.4. O Segundo Gabinete Olinda e a Crise de 1857	81
3. A Crise de 1857 em perspectiva	85
3.1. O choque internacional e sua transmissão	85
3.2. Efeitos da Crise sobre o Brasil	89
4. O saneamento do sistema: a política monetária entre 1857 e 1858.....	90
5. Premissas e encaminhamentos	93
Capítulo 3: Crise, estagnação e transição política: Os gabinetes da Conciliação – Segunda fase, 1858-62	97
1. Gabinetes 1858-1862	98
1.1. Gabinete Abaeté	98
1.2. Gabinete Silva Ferraz	103
1.3. Segundo Gabinete Caxias	112
2. Premissas e encaminhamentos	115
Considerações Finais	119
Referências Bibliográficas	131
Anexos	141

ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadros:

Quadro 01: Evolução histórica do sistema político brasileiro: 1822-1889	13
Quadro 02: Estrutura partidária do Império do Brasil: 1831-1889	20
Quadro 03: Estrutura de representação política do Império do Brasil (1847-89)	49
Quadro 04: Gastos complementares do Império, 1850-51	55

Gráficos:

Gráfico 01: Saldos orçamentários, 1832-1846	34
Gráfico 02: Saldos comerciais, 1832-1846	35
Gráfico 03: Volume de papel-moeda emitido, 1833-1846.....	36
Gráfico 04: Saldos orçamentários, 1848-1853	58
Gráfico 05: Participação dos principais produtos exportados (%) – 1847-1853.....	60
Gráfico 06: Saldos orçamentários, 1853-1856	74
Gráfico 07: Saldos comerciais, 1851-1857	75
Gráfico 08: Variação do meio circulante nos Estados Unidos, 1849-1857	78
Gráfico 09: Reservas metálicas e depósitos à vista em Nova York, 1854-1857.....	87
Gráfico 10: Fundos de reserva e emissões do Banco do Brasil, 1857-1858	91
Gráfico 11: Taxas de Câmbio: Império do Brasil, 1850-58.....	95
Gráfico 12: Fundos de reserva e emissões do Banco do Brasil, 1859-1862	111
Gráfico 13: Saldos orçamentários, 1857-1862	117
Gráfico 14: Gastos do governo <i>per capita</i> : 1823-1891.....	128
Gráfico 15: Índices de preços: Império do Brasil, 1851-1862 (1820=100).....	129
Gráfico 16: Papel-moeda emitido: dados trimestrais, 1853-1862	141
Gráfico 17: Papel-moeda emitido por órgãos emissores: 1853-1862.....	142

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo principal realizar uma discussão sobre uma determinada parte do período da história brasileira conhecido como Segundo Reinado, qual seja, entre os anos de 1853 e 1862. Mais que isso, pretendemos fazer uma análise comparada entre os diferentes grupos de ministros responsáveis pela gestão dos negócios do Império ao longo deste recorte temporal, dominado pelo grupo político denominado *Partido Conservador*.

Este partido foi responsável, nesta época, pela consecução de um processo de progressiva acomodação de diferentes grupos políticos – dissidentes internos e membros do Partido Liberal, que lhe fazia oposição no âmbito do Poder Legislativo – à máquina pública, como forma de garantir maioria segura na aprovação das diretrizes do Poder Executivo, bem como de evitar a possível desagregação do território nacional em decorrência das sucessivas revoltas ocorridas em diferentes províncias ao longo do período da Regência. Ficaria este movimento conhecido como de *Conciliação*, sendo o mesmo corporificado nos diferentes grupos de ministros que assumiram a condução dos interesses do Estado Nacional, sob a égide do Partido Conservador, na década de 1850.

O termo ‘transição’ explicitado no título do trabalho, assim, explica-se à medida que consideramos o período compreendido entre 1853 e 1862 como uma fase de passagem entre um modelo político essencialmente bipartidário – e ainda permeado de conflitos e sedições armadas nas esferas regionais, ao longo do período Regencial e do início do Segundo Reinado – e um modelo multipartidário, observado em especial após os acontecimentos relacionados à Guerra do Paraguai, com a reorganização do Partido Liberal e o surgimento dos diversos Partidos Republicanos. Esta transição, por sua vez, terá, basicamente, um caráter monopartidário, à medida que os conservadores conseguem impor o controle sobre os negócios do Império, em seus poderes Executivo e Legislativo.

Busca-se também, de maneira especial, estudar a conexão existente entre a dinâmica cíclica dos fluxos de investimento em escala global, e os períodos de depressão e ‘pânicos financeiros’ observados no período, em conexão com o mecanismo de ‘integração financeira’ que se corporifica no padrão ouro-libra predominante durante a segunda metade do século XIX. Pretende-se, assim, avaliar as conseqüências da integração financeira e das políticas monetárias empreendidas sobre o desenvolvimento do mercado financeiro nacional no período.

Trata-se, certamente, de um período importante da história monetária do Brasil: a década de 1850 se aloca dentro de um processo de consolidação do sistema monetário brasileiro, que se dá a partir de 1849, conforme a abordagem de Peláez & Suzigan (1981). Para estes autores, esta década é decisiva para a história econômica do país, uma vez que se observa no período o primeiro surto de exportação do café, consolidando uma política de Estado que visava manter estes fluxos de comércio internacional a partir de *commodities* como o item supracitado.

Por outro lado, todas as políticas monetárias formuladas e implementadas na economia brasileira até o início do século XX têm sua raiz nas medidas aplicadas durante os períodos de contração monetária de 1857 e 1864 – medidas estas de caráter fortemente anti-cíclico, uma vez que preconizavam restrições à expansão do meio circulante e o controle da atividade especulativa. Consolida-se, por fim, a partir da reforma bancária de 1860 e do aumento da regulação sobre as emissões de moeda do Tesouro e sobre o meio circulante, um sistema monetário de abrangência nacional.

Por outro lado, percebe-se também o início de uma atividade mais efetiva do que se poderia chamar de sistema bancário: no contexto do aumento da exportação de café, observa-se no início da década de 1850 uma progressiva escassez de crédito para a sustentação dos setores produtivos nacionais.

O início da expansão da atividade bancária se dá com a criação de um novo Banco do Brasil¹, em 1853, ligado ao governo central, para financiar o Tesouro e regular, através da taxa de redesconto, as atividades de emissão dos diversos bancos provinciais. Há também a autorização para o funcionamento de bancos de emissão, ou seja, casas especializadas na atividade de lançar, para consumo do público, notas e vales bancários, em montante geralmente superior aos seus encaixes em moeda metálica, tais como o Banco de Pernambuco, em 1852.

O estudo da economia brasileira durante a década de 1850 deve, ainda, levar em consideração aspectos externos, tais como a situação das economias centrais na América e na Europa. Nos Estados Unidos, o crescimento acelerado de sua economia durante a primeira metade do século XIX, aliado à progressiva ocupação dos territórios do Meio-Oeste, engendra um movimento de intensa especulação em ativos de risco, tais como títulos de ferrovias ou de áreas de exploração de recursos minerais.

¹ Não é a primeira vez que era criada uma casa bancária com o nome de Banco do Brasil; a iniciativa primeira coube a D. João VI, em 1808. O Banco de 1853 é o terceiro a receber tal denominação, da qual falaremos melhor no Capítulo II.

Dentro desta ótica, autores como Spencer (1949) afirmam que a economia norte-americana esteve sujeita a ciclos de crescimento e recessão ao longo do século XIX por conta, entre outros fatores, de um grande otimismo dos agentes na estabilidade da economia, o que os levou a aplicar fundos em ativos de grande risco².

A crescente participação do setor agrícola nesta economia levaria, por sua vez, a momentos de recessão caso ocorressem choques exógenos ao sistema econômico, como quebra de safra ou desajustes na demanda destes produtos. Spencer, neste sentido, cita três grandes crises no sistema financeiro norte-americano, em 1819, 1837 e 1857. Esta, em especial, terá grande influência sobre o pânico que se abateu sobre as autoridades monetárias do Brasil no final do mesmo ano.

Igualmente, para o caso europeu, a Grã-Bretanha ainda exerce o papel de ‘emprestadora’ em âmbito global, e o alcance desta atuação também se condiciona a ciclos sucessivos de empréstimos durante o século XIX. Este estudo é realizado por Pettis (2001) e Cottrell (1975); com base nestes autores, busca-se verificar que os fluxos de empréstimos mantidos pela economia britânica – e que se direcionam também ao Brasil – estão intimamente ligados a períodos de contração e expansão dos haveres monetários na Europa; de tal modo que, em momentos de recessão nestes países, a crise se espalharia para o restante do sistema.

Em paralelo a esta discussão, o estudo da história monetária no século XIX, em que pese o fato de que ele leve em conta também, no caso específico deste trabalho, a configuração político-partidária do Império, deve ter em consideração a vigência do sistema internacional de paridades que vigorou até a Primeira Guerra Mundial sob uma única roupagem: o padrão-ouro.

Tendo sido o Brasil um dos primeiros países a adotar o modelo, através da Lei nº. 401, de 11 de Setembro de 1846, com a paridade estabelecida para 27 *pence* a cada um mil-réis, observar-se-á nos anos seguintes o sucessivo esforço das autoridades monetárias no sentido de manter a taxa estável em conjunturas de crise. A título de exemplo, durante os primeiros dias do pânico de 1857, a taxa caiu da paridade de 27 *pence* para 26, e por fim 25,5 *pence* para cada mil-réis; neste momento, o Banco do Brasil, visualizando a desvalorização progressiva³ da moeda nacional, suspende as operações de troca de notas de mil-réis por ouro e libras.

² Este cenário evoca os conhecidos meios de obtenção de fundos utilizados por John Law no século XVIII, na França, lançando ações de companhias cujo lastro residia sobre jazidas de minerais na América do Norte que sequer existiam ou haviam sido exploradas.

³ Utilizando o processo inglês (*up is up*) para avaliação da taxa de câmbio, tem-se que para o agente nacional, uma elevação da quantidade de moeda estrangeira necessária para adquirir uma quantidade fixa de moeda nacional indica a apreciação da moeda

Busca-se assim entender a questão do padrão-ouro no Brasil não apenas enquanto instrumento de transação e câmbio com as economias centrais, mas também como uma instituição característica de um momento histórico, de acordo com a abordagem realizada por Barry Eichengreen (2000), para o qual toda a prioridade governamental está vinculada à manutenção de reservas de ouro que fizessem frente às taxas de paridade exigidas pelo padrão vigente.

A ‘atração metalista’ associada à manutenção destes estoques, segundo o autor, poderá engendrar crises no sistema monetário nacional, que têm como resultados o esgotamento rápido das reservas internacionais e pressões cada vez maiores para a desvalorização da taxa de câmbio corrente.

Nossa abordagem contempla, portanto, um contexto de relativa fragilidade do sistema financeiro brasileiro, aliada ao intenso processo especulativo ocorrido na América do Norte e à diminuição do fluxo de empréstimos (em especial vindos de casas bancárias inglesas) para os países latino-americanos.

Objetivos gerais

Retomando, assim, a discussão citada nestas considerações iniciais, a escolha de tal recorte temporal para este trabalho baseia-se, ainda, na necessidade de uma validação empírica do discurso do chamado Partido Conservador: ligado, em número significativo, aos grupos agrários e proprietários de terra, este grupo mantinha, em suas fileiras, indivíduos que, no tocante à política econômica, possuíam visões distintas em torno de temas como a capacidade de emissão dos bancos nacionais, e a cessão de créditos para investimentos e obras de infra-estrutura, por exemplo.

Da mesma forma, o período focado neste trabalho marca o apogeu e queda dos gabinetes ditos ‘de Conciliação’, nos quais Conservadores e seus rivais políticos, membros do Partido Liberal, governaram de forma relativamente coesa, tornando factíveis a maioria dos projetos de Estado, em que pese o fato dos Conservadores terem mantido os cargos da presidência do Conselho de Ministros até 1862.

nacional; por outro lado, a redução do preço da moeda nacional em termos de moeda estrangeira evidencia uma desvalorização da moeda nacional. Em termos práticos, a passagem do mil réis de 27 para 25,5 *pence* mostra que um volume menor da moeda inglesa compra a mesma quantidade da moeda brasileira, evidenciando a desvalorização do mil-réis.

Neste sentido, pensamos a emergência da Conciliação na década de 1850 como um movimento político, de fato; porém, mais que isso, como também uma estratégia de longo prazo, com um interesse fortemente voltado à consolidação do Estado Nacional, perante o iminente risco de secessão representado pelas revoltas regenciais que se tinham desencadeado em anos anteriores.

Entretanto, procuraremos neste trabalho focar apenas os gabinetes liderados pelo Partido Conservador, a fim de que, em momento oportuno, realize-se uma abordagem maior, analisando os outros grupos políticos que assumiram a condução da política no Império, englobando as demais forças políticas do período, quais sejam, o Partido Liberal e, a partir de 1862, a Liga Progressista⁴.

Será importante, portanto, pensar a questão da constituição de um *pensamento econômico* no espaço imperial, e verificar o alcance dos projetos partidários – sejam eles concretos, na forma de programas de ação política, ou implícitos em discursos e debates parlamentares – na constituição da política econômica do Império, e da forma pela qual o mesmo buscava reagir a situações de crise econômica e esgotamento das fontes de crédito, tais como em 1857. O entendimento desta questão possibilitará a compreensão de parte significativa de nossos objetivos, que também giram em torno de verificar a existência (ou não) de uma *correlação positiva entre pensamentos político e econômico no Segundo Reinado*⁵.

Tal avaliação, seguramente, oferece um primeiro enquadramento possível para o problema analítico proposto, ou em termos mais simples, à pergunta que permeia o trabalho, qual seja, enfatizar como se deu a estruturação da economia brasileira quando de sua adesão ao modelo de transações internacionais doravante conhecido como o padrão-ouro.

A partir deste problema analítico, elencamos uma hierarquia de prioridades, para a maior compreensão do tema; busca-se primeiramente, no trabalho, entender a inserção da economia brasileira sob condições periféricas – tendo por base sua condição primordial de exportadora de *commodities* e importadora de bens manufaturados – bem como elucidar, através

⁴ Percebe-se, no exame da bibliografia disponível sobre a Liga (ou Partido) Progressista, certa inconsistência no que diz respeito à sua vigência. De fato, a Liga surge como grupo partidário em 1862, já no grupo do Conselho de Ministros liderado por Zacarias de Góis. Contudo, seu programa de ação política, como conteúdo programático, somente seria lançado em 1864, por Silveira da Mota, no Senado (momento que marcaria o surgimento oficial da Liga, em algumas fontes). Adotamos, porém, para o trabalho, a data de 1862 para o surgimento do Partido Progressista, a partir do referencial proposto por IGLESIAS (1982).

⁵ De modo geral, há certa dificuldade na utilização do termo ‘pensamento econômico’ nos quadros do Império Brasileiro. De fato, observam-se indivíduos que efetuam reflexões em termos relacionados à economia, porém não se verifica uma escola autônoma de pensamento, tal como na Inglaterra do século XIX, após a chamada Revolução Marginalista. Para maiores referências a respeito do pensamento nacional em termos econômicos, ver GREMAUD (1997).

dos momentos de crise no sistema financeiro em âmbito internacional, as tensões que se estabeleciam no campo político nacional.

Hipóteses e justificativas

O trabalho traça perspectivas, portanto, a respeito da história monetário-financeira do Brasil-Império na década de 1850 sob duas dimensões, complementares entre si. Primeiramente, pela verificação dos ciclos de liquidez no período, que se podem observar, à guisa de exemplificação, pelos fluxos de empréstimo das casas bancárias inglesas e pelo volume do meio circulante no Brasil. E em segundo lugar, pela configuração política deste momento histórico, de plena dominância dos conservadores na condução dos negócios do Império, corporificados no Ministério da Fazenda.

A partir destes pontos de vista será possível deprender nossa hipótese primordial, que reside em torno da ideia de que, em que pese o fato de liberais e conservadores demonstrarem poucas diferenças no que diz respeito à gestão da máquina pública, o Partido Conservador tinha como principal foco, mais que a preservação de estruturas ditas arcaicas de dominação, a necessidade premente de construção e sustentação do espaço nacional. Deste modo, será possível também verificar de que forma a construção deste Estado se reflete na própria gestão da política econômica.

E, como decorrência de tal hipótese, pode-se também pensar em um desdobramento, uma hipótese secundária (porém não de somenos importância), qual seja, a existência de contradições no campo econômico, configuradas sob a tensão existente entre a necessidade de expansão dos negócios internos (o que levaria ao aumento da cessão de créditos e da atividade da emissão, principalmente para atender às necessidades das províncias, em sintonia com os projetos de ministros como o liberal Sousa Franco) e a necessidade de legitimidade internacional para o regime de paridade proposto, o do padrão-ouro (o que implica, necessariamente, na defesa do valor do mil-réis e na restrição à livre emissão, com o controle sobre os bancos emissores provinciais, conforme os projetos de diferentes conservadores).

Neste sentido, o trabalho pretende, através do exame de fontes primárias e secundárias, elencar uma série de fenômenos e situações diretamente relacionadas à gestão da política monetária brasileira ao longo da conjuntura, do recorte temporal que compreende o

período da Conciliação (1853-1862). A análise de tal conjuntura, porém, somente estará completa à medida que compreendida dentro de uma estrutura maior, qual seja, a consolidação do Estado nacional e tensões que deste fato sejam decorrentes, com especial ênfase ao conflito, que por vezes se manifesta, entre o sistema financeiro e o mesmo Estado em sua dimensão política, sobretudo em situações de instabilidade.

À guisa de justificativa para a tessitura deste trabalho, pode-se perceber que o estudo da correlação entre a ação política e a política econômica do Império, *vis-a-vis* as conjunturas de instabilidade nas esferas monetária e cambial, é pouco realizado em função de sua especificidade: afetando a economia nacional e o seu desenvolvimento (tema voltado para os que desejam compreender a formação econômica do Brasil), boa parte dos condicionantes destes momentos de instabilidade – em outras palavras, destas *crises* – possui origem externa, que se verifica seja através de pressões sobre o câmbio, ou por diminuições dos fluxos de empréstimo, o que faz destes processos de crise um campo de estudo também para a área de Economia Internacional.

Portanto, a consideração destes momentos de fragilidade – e mesmo de dependência – para o sistema financeiro nacional deve levar em conta tanto os aspectos internos quanto os externos, o que não é realizado em boa parte da literatura. A relativamente limitada disponibilidade de maiores reflexões dentro deste período da História Econômica brasileira, assim, condiciona a possibilidade de estudá-lo em detalhe.

Da mesma forma, é importante ter em conta que este tema é bastante atual: à medida que se discutem os rumos da economia brasileira e o raio de manobra do governo na dimensão da formulação da política monetária, ou mesmo ao discutir as intervenções do Banco Central na área do câmbio, verifica-se que vários dos dilemas que afetavam os gestores da política monetária nacional há um século e meio ainda fazem parte do debate econômico brasileiro recente.

Referencial metodológico

Para a realização da reflexão proposta, que perpassa a análise da política econômica do Império Brasileiro na década de 1850 em paralelo ao *momentum* político hegemônico do Partido Conservador, é de suma importância a definição de uma metodologia para a devida consecução e compreensão dos temas.

Neste sentido, este trabalho visa realizar, primeiramente, um levantamento bibliográfico, analisando as principais obras teóricas sobre o período a ser estudado e visando, constantemente, a resposta às questões que permeiam o objetivo deste trabalho, quais sejam, a especificidade da dinâmica do padrão-ouro nacional no século XIX e a participação da dimensão político-partidária e dos ciclos financeiros (melhor dizendo, dos distintos pontos de vista a respeito do meio circulante).

Para levar a cabo esta tarefa, no Capítulo I deste trabalho, realizamos um processo de delimitação temporal (e também teórica) dos temas em discussão: Procura-se enfatizar a composição das forças políticas que dominavam o cenário nacional ao longo do período analisado. Este exame abrange o período entre a proclamação da Independência (1822) e o surgimento da Liga Progressista (1862), e disserta de modo breve a respeito dos principais grupos partidários (mais exatamente os únicos), quais sejam, os Partidos Liberal e Conservador, bem como a Liga Progressista, que surge como corrente alternativa em meados da década de 1860.

Buscar-se-á, ainda, pelo campo econômico, efetuar uma análise a respeito da implementação do padrão ouro-libra, vigente durante o século XIX, sua importância para a consolidação das finanças da nação, e o fato de condicionar, em parte, a situação de fragilidade financeira na economia brasileira do período.

No Capítulo II, enfatizaremos a ação no plano econômico dos gabinetes do Conselho de Ministros compreendidos entre 1853 e 1858. Verificar-se-ão as medidas tomadas pelos três diferentes grupos (Gabinetes Paraná, primeiro Caxias e segundo Olinda), com especial ênfase sobre a formação de um sistema bancário nacional, apoiado sobre a emissão de moeda, com vistas à reprodução contínua dos complexos econômicos nacionais, porém mais que isso, para a aceleração da atividade especulativa, em especial sobre a praça do Rio de Janeiro.

Verificaremos ainda alguns episódios de crise no padrão-ouro nacional, com destaque para o ‘pânico financeiro’ de 1857. Visamos à explicação da referida crise, seus condicionantes e a orientação dos gestores da política macroeconômica – sejam liberais ou conservadores – no sentido de fazer-lhe frente. Este objetivo será alcançado através do resgate de fontes primárias, tais como os *Relatórios do Banco do Brasil* e obras como *o Relatório da Comissão de Inquérito nomeada por aviso do Ministério da Fazenda de 10 de outubro de 1859*, a respeito do meio circulante no país, bem como anais do Poder Legislativo como as *Coleções de Leis do Império do Brasil*, na esfera do Poder Legislativo, e as *Coleções de Decisões do Império*

do Brasil, oriundas do Poder Executivo; bem como através do levantamento bibliográfico sobre o tema, conforme anteriormente abordamos.

No Capítulo III, procuraremos entender a significativa inversão da política monetária – ainda que não se tenham invertido a composição partidária dos quadros de liderança, haja visto que os conservadores permaneceram no comando do Conselho de Ministros – no momento que se sucede à crise de 1857, e que se caracteriza até 1862/64 pela significativa restrição à atividade de emissão, que aos poucos foi sendo relaxada, como forma de garantir o suprimento de moeda ao incipiente sistema financeiro nacional, tornando-o novamente vulnerável a crises de confiança e corridas bancárias, tal como no caso da quebra da casa A.J.A. Souto, no ano de 1864. Neste momento, procederemos à análise dos outros três gabinetes (Abaeté, Uruguaiana, e segundo Caxias) e suas ações no campo da política macroeconômica.

Por fim, seguir-se-ão algumas considerações finais, em caráter conclusivo, enfatizando a presumida correlação entre a dimensão econômica e o programa de ação política do Partido Conservador.

CAPÍTULO I

NOTAS SOBRE AS ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS E ECONÔMICAS NO IMPÉRIO DO BRASIL (1822-1870)

Certo que “saquaremas” e “luzias” no poder não se distinguiam. A comum natureza humana, a situação histórica, o comportamento próprio do ser governo e do ser oposição, tudo isto aproxima liberais e conservadores quando igualmente situados com referência ao poder.
TORRES (1964)

Neste capítulo, pretendemos fornecer, de modo sucinto, alguns subsídios para a compreensão das instituições econômicas e político-partidárias brasileiras, em especial durante o período do Segundo Reinado.

Para levar a cabo tal objetivo, faz-se mister pensar a respeito das duas principais correntes partidárias no cenário nacional – quais sejam, os Partidos Liberal e Conservador – e entender, inclusive, as raízes da emergência de um movimento alternativo e questionador (sobretudo aos Conservadores), a Liga Progressista. Dar-se-á, porém, um enfoque maior sobre o Partido Conservador, dado que os Gabinetes, os diferentes grupos que compuseram o Conselho de Ministros, ao longo do período estudado neste trabalho, pertencem a esta corrente política.

Da mesma forma, como referencial metodológico, buscar-se-á neste capítulo compreender a história e a ação política de tais facções partidárias adotando um recorte temporal que se estende, de modo aproximado, do período imediato após a Independência, até o término da Guerra do Paraguai, período onde se observará, além da conjuração bipartidária das forças político-partidárias, também o surgimento das correntes alternativas – tais como a presença da Liga Progressista na composição dos gabinetes do Conselho de Ministros⁶ entre 1862 e 1868.

No campo econômico, por sua vez, a análise aqui proposta reside em efetuar explanações a respeito da dinâmica das políticas monetária e cambial no Segundo Reinado: É importante, nesta linha, ter em mente que toda a condução da política governamental – principalmente no campo monetário, que constitui o foco desta análise – se embasava nos moldes do sistema de transações e paridade internacional de moedas (e também da fixação da taxa de câmbio) conhecido como o padrão-ouro. Em que pese, entretanto, a inexistência de uma

⁶ Explicações mais sistemáticas a respeito do Conselho de Ministros serão fornecidas nos pródromos do Capítulo II deste trabalho.

autoridade monetária nos moldes de um Banco Central⁷ – no sentido de manter esta taxa estável em conjunturas de crise, evitando sua desvalorização frente à libra esterlina britânica, então moeda-chave do sistema financeiro mundial.

A priori, pode-se também citar que nas periferias o padrão-ouro prefigura uma via encontrada pelas elites para assegurar o acesso a créditos internacionais e a importações de bens que asseguram padrão de consumo compatível com sua posição na hierarquia social, mimetizando padrões de consumo dos centros, sobretudo conquanto as importações estiverem baratas graças à regra cambial.

Busca-se neste capítulo, portanto, realizar a delimitação dos espaços teórico e analítico para a discussão proposta no trabalho, a fim de possibilitar uma compreensão mais segura da dinâmica da gestão da política macroeconômica entre os anos de 1853 e 1862, bem como do próprio discurso do Partido Conservador, que rege o jogo político do período, através dos gabinetes da Conciliação.

Para encetar tal objetivo, o capítulo se divide em dois grandes tópicos, quais sejam, em um primeiro momento, realizar-se-á uma explanação a respeito da lógica do Segundo Reinado quanto à questão político-partidária, buscando a compreensão a respeito da origem do modelo de representação política em âmbito nacional, e da formação dos principais partidos no Império do Brasil.

Na segunda parte, enfocar-se-á a adoção do padrão-ouro por parte das autoridades monetárias, e seus impactos sobre a gestão da política macroeconômica nacional na década de 1850. Neste item, realizaremos uma análise relativamente mais abrangente: à medida que se considera que a adesão ao padrão-ouro representa, essencialmente, a adesão a um sistema internacional de mensuração e realização de transações financeiras e comerciais, cabe analisar o surgimento e evolução de tal modelo ao longo do século XIX.

1. Estruturação partidária no Império do Brasil

Ao longo deste tópico, fornecer-se-ão alguns apontamentos a respeito do modelo de representação política no Império Brasileiro – que engendrou a formação de um regime

⁷ No caso do Império Brasileiro, e mesmo durante o período republicano, o Banco do Brasil fazia as vezes de ‘banco dos bancos’, mantendo janelas de desconto para que as demais casas bancárias obtivessem recursos para o fechamento de suas operações, além de operar juntamente com o Tesouro Nacional na função de ‘banco do governo’. Outras instituições monetárias governamentais, como a *Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte*, prestavam-se a outras atividades, tais como recolhimento de depósitos de correntistas físicos.

monárquico-parlamentarista (1847) – bem como do desenvolvimento dos partidos políticos e grupos partidários no Segundo Reinado, com especial ênfase aos Partidos Liberal (1837) e Conservador (1836), em que pese, porém, o fato de surgirem, na década de 1860, movimentos de contestação à ordem vigente, que culminariam no lançamento de plataformas partidárias alternativas, tais como a Liga Progressista e, mais adiante, os próprios Partidos Republicanos, em suas diversas manifestações regionais.

Divide-se o tópico em três partes; num primeiro momento, visa-se realizar uma explanação a respeito do pensamento político e sua organização no Primeiro Reinado, haja visto que não é de todo possível afirmar a existência de partidos políticos no Brasil quando de sua constituição como espaço-nação. Na segunda parte, proceder-se-á ao exame sistemático das duas correntes partidárias, anteriormente citadas, surgidas durante o Período Regencial (1831-1840), e que se tornarão presentes por todo o Império. Seguem-se, no terceiro tópico, algumas considerações de ordem geral a respeito dos grupos partidários alternativos evidenciados a partir do declínio do movimento da Conciliação.

Quadro 01: Evolução histórica do sistema político brasileiro no período de 1822 a 1889

Estado e Governo	Sistema Partidário	Relações civil-militares	Término
Estado Unitário. Regime monárquico representativo, semi-autocrático. Governo Parlamentar desde 1847.	Indefinido até os anos 40, quando se organiza o bipartidarismo (Liberal vs. Conservador) Partidos Republicanos surgem nos anos 70.	Hegemonia civil encarnada pela monarquia e garantida pela Guarda Nacional. Questão militar a partir dos anos 60, após a Guerra do Paraguai.	Golpe civil-militar proclama a República (15/11/1889)

Fonte: LAMOUNIER (2005), p.40.

1.1. Representação política no Primeiro Império e na Regência

Nas décadas que compreendem o período entre a Independência (1822) e a declaração da maioria de Dom Pedro II (1840), implementa-se no país um modelo de

representação política com formas monárquica e constitucional, balizada pela outorga da Carta Magna de 1824⁸.

Como forma de localização histórica, deve-se afirmar que há uma certa dificuldade na afirmação clara da existência de correntes partidárias bem definidas, ou partidos políticos na mais plena acepção do termo, no Brasil, quando de sua formação enquanto espaço-nação, no período da Independência. Observa-se, de fato, a existência de algumas sociedades de influência maçônica⁹; porém nada há de mais claro, ou específico em termos de grupos políticos, que seja capaz de configurar uma formalização partidária¹⁰. A tendência autocrática – corporificada pela instituição do Poder Moderador, a ‘chave de toda a organização política’ – do regime instaurado por D. Pedro I tornava inviável, grosso modo, a formação de partidos políticos com uma base programática fixa e com formação de quadros¹¹.

Na obra de Afonso Arinos (1974), corrobora-se a visão da ausência de grupos partidários nitidamente estruturados no período que antecede o Segundo Reinado. Em um regime dito de formato constitucional, segundo o autor, somente seria lícita a existência de partidos conquanto a Carta Magna e o Parlamento – escolhido pelos eleitores com o fito de fazê-la valer e legislar em seu nome – principiassem a funcionar. De todo modo, antes de 1824, faltavam às diferentes correntes ideológicas um ambiente propício à organização partidária:

“Nacionalistas (portadores de uma consciência nacional) existiam desde as lutas contra a Holanda; partidários da Independência e mesmo da República podem ser encontrados no século XVIII, pelo menos desde a Inconfidência; liberais-constitucionalistas e republicanos-democratas, desde os alvares do século XIX e, neste particular, as associações secretas tiveram grande importância. Mas não havia partidos verdadeiros que exprimissem estas variadas posições políticas.”¹²

⁸ A respeito da formação do processo de representação política, afirma Bolívar Lamounier: “A implementação do modelo de 1824 transcorreu em ambiente tenso, incerto, com elevado potencial de ruptura, obedecendo à necessidade de assegurar a fundação pactuada de uma nova ordem política e a preservação da unidade territorial do país.” LAMOUNIER (2005), p.43.

⁹ No Brasil, a Maçonaria se estabelece *de facto* a partir de 1822, com a fundação do Grande Oriente do Brasil, sob a liderança de José Bonifácio de Andrada e Silva, no Rio de Janeiro, nomeado o primeiro Grão-Mestre da Ordem; antes deste momento, as esparsas lojas fundadas na colônia eram vinculadas ao Grande Oriente da França.

¹⁰ Para maiores considerações a respeito do pensamento político no período após a Independência, ver LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹¹ Acreditamos que não é do escopo deste trabalho realizar uma análise de maior abrangência a respeito da instituição do Poder Moderador, seu embasamento jurídico e seu espaço de atuação ao longo do desenvolvimento do modelo político Imperial; esta aparente negligência justifica-se no fato de que raros foram os momentos no qual o Imperador, de modo deliberado, interferiu nos assuntos relacionados à Fazenda, conforme comprovam as atas do Conselho de Estado, que analisamos durante a vigência deste trabalho. Reforçamos, neste sentido, a compreensão em torno da dinâmica do Poder Executivo, centrando a análise sobre as instituições do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros, no prelúdio do capítulo II.

¹² FRANCO (1974), pp.25-6.

Tal ponto de vista é partilhado por Oliveira Lima, em sua obra clássica, *O Império Brasileiro*; afirma o referido autor que o Imperador era capaz, com critérios pessoais, e mesmo com base em seu carisma, aglutinar as distintas forças políticas então evidentes, dispensando a necessidade de sua organização em quadros partidários:

“Os partidos políticos no Brasil datavam da Regência, porque antes, durante o reinado de D. Pedro I, houve espíritos amantes da liberdade e espíritos amantes da ordem, virtualmente avançados e moderados, constitucionaes, reaccionarios e republicanos, mas o soberano fazia as vezes de eixo do Estado. O pessoal político gyrava em redor d’elle, attrahidos uns pelo seu magnetismo, afastados outros pelo seu caracter desigual, sem se agruparem em bandos disciplinados.”¹³

Contudo, diferentes visões de pensamento político levaram, em diversos momentos, à formação de movimentos de resistência e contestação à ordem vigente. Trata-se, como exemplo, dos casos da Confederação do Equador (1824-25) e da Novembrada (1831), ambos na província de Pernambuco¹⁴, bem como a ‘Noite das Garrafadas’, esta evidenciada no cenário da Corte, no Rio de Janeiro.

Tendo sido uma sedição de inspiração liberal, federalista e, em última análise, republicana, a Confederação do Equador foi deflagrada por grupos hostis aos portugueses, que dominavam parte significativa dos circuitos mercantis e do comércio de varejo em Pernambuco e em outras províncias da Região Nordeste¹⁵, rapidamente ganhando apoio popular. Em 1825, a prisão de seus principais líderes, e a execução por fuzilamento de Frei Caneca, colocam termo à revolta.

Do mesmo modo, a Novembrada configurou uma nova revolta antiportuguesa, apoiada por políticos de inspirações republicanas e federalistas, sendo contida rapidamente por forças legalistas.

Quanto ao episódio da ‘Noite das Garrafadas’, tem-se que a mesma é tratada, via de regra, como um evento de forma mais caricata que política¹⁶: Trata-se de um episódio ocorrido

¹³ LIMA (1927), p.41.

¹⁴ Idem, p.48.

¹⁵ No Período Regencial, eram muito comuns os chamados movimentos ‘mata-galego’ na Corte, os protestos contra a carestia e a alta do custo de vida, que estaria sendo engendrada, via de regra, pelos portugueses, que detinham a posse de boa parte do comércio varejista no Rio de Janeiro. No século XX, este ressentimento se transmutou: ali, o ódio da população advinha dos preços menores que os imigrantes lusitanos requisitavam por serviços gerais, o que levou a um aumento da demanda por estes trabalhadores.

¹⁶ É interessante perceber que, em diversos manuais de História, típicos de instrução para o Ensino Médio, a Noite das Garrafadas é vista mais como uma luta entre desordeiros e perturbadores da ordem, do que como o auge de um processo de insatisfação com o Imperador então reinante. Contudo, em outras obras, os movimentos citados assumem uma conotação mais ampla, sendo

em 11 de março de 1831, com o retorno de D. Pedro I à Corte após viagem a Minas Gerais, encontrando oposição aberta nas ruas do Rio de Janeiro. Esta oposição chega ao limite na noite de 13 de março, quando os portugueses organizavam um evento de recepção ao governante, mas os brasileiros revoltosos os atacaram com pedras e garrafas.

Tratou-se, também em última análise, de uma disputa entre os aliados do ‘partido português’, favoráveis ao imperador, e os liberais do partido brasileiro, que lhe faziam oposição. Este episódio teve importância capital no ciclo de eventos que levou à renúncia de D. Pedro I ao Trono do Brasil.

O frágil equilíbrio das forças políticas no reinado de D. Pedro I seria, ainda, fortemente ameaçado com a sua renúncia, que inaugura o período da Regência.

Observa-se neste momento um processo de retomada do debate político em torno das demandas crescentes das províncias em prol da descentralização política e administrativa. Os movimentos políticos mais radicais, de tendência ultraliberal, intensificaram a luta pelo aumento da dispersão dos círculos decisórios. Nesta linha, afirmam estes grupos que havia a necessidade de realizar-se uma limitação do poder central em benefício das províncias, de tal modo que a possibilidade de desfrutar de um grau maior de autonomia administrativa – e, no limite, que lhes permitisse organizar seu processo eleitoral – poderia consolidar um novo período de estabilidade ao território nacional¹⁷.

Por outro lado, as correntes de *natureza* conservadora – haja visto que, conforme abordamos, ainda não estavam consolidadas sob a forma de partidos – defendiam a centralização das províncias e a respectiva limitação de sua autonomia, com o fito de evitar a desagregação do território, tal como nos processos de emancipação política verificados nos territórios latino-americanos controlados pela Coroa espanhola.

De todo modo, as diferenças com relação à questão da autonomia provincial tornaram-se latentes ao longo do debate a respeito da reforma constitucional, iniciado em 1832, e que culminou na promulgação do Ato Adicional de 1834: No novo projeto constitucional, nos primeiros trabalhos por parte da Câmara, pode-se vislumbrar um projeto revolucionário, que propunha, entre outras ideias:

tratados como resultados de intensos processos de insatisfação popular, que desencadeavam ondas de nacionalismo, de caráter anti-britânico (principalmente após a Questão Christie), ou anti-lusitano. Para maiores referências, ver LIMA (1976), pp.252-54.

¹⁷ LAMOUNIER (2005), p.57.

- A transformação do Império em monarquia federal;
- A abolição do Poder Moderador e do Conselho de Estado;
- O fim do caráter vitalício do Senado;
- A implementação de sub-circuitos de poder institucionalizado de naturezas regional (assembleias legislativas) e municipal (intendências);
- O desligamento da Corte com a província do Rio de Janeiro, com a criação do Município Neutro;
- A transformação da Regência Trina Permanente em Regência Una Temporária (4 anos), devendo o Regente ser escolhido em eleições gerais.

Tal projeto foi em grande medida rechaçado pelo Senado, tendo sido aprovadas somente as medidas de extinção do Conselho de Estado – em que pese a sua reativação posterior – e a implementação de eleições para o cargo de Regente¹⁸.

Contudo, por iniciativa da Câmara, obteve-se um movimento conjunto que possibilitou reformas no plano político com um escopo relativamente mais abrangente do que propugnava a maioria ‘moderada’ dos senadores, no sentido de engendrar a descentralização das esferas administrativas, conferindo maior poder às esferas locais¹⁹. Quando da aprovação do projeto do Ato Adicional, afirma em discurso Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês do Paraná:

“Investida pelo sufrágio livre dos eleitores da privativa autoridade de concluir a obra de reforma, a Câmara dos Deputados, cônica de toda a extensão de seus deveres, de toda a responsabilidade que contraíra para com a nação, (...) não poderia ser mais solícita em conferir às províncias todos os recursos necessários à sua nova existência.”

Observa-se, portanto, que as diferentes facções políticas atuavam no sentido de conferirem maiores recursos e aumentarem as possibilidades de exercício das capacidades

¹⁸ TORRES (1964), pp.435-36; LIMA(1927), p.42; FERREIRA (1999), pp.28-9.

¹⁹ No texto do Ato, tem-se: Art. 10: *Compete às assembleias legislativas provinciais legislar: 1º sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da respectiva província, e mesmo sobre a mudança de sua capital para lugar que mais convier. (...) 4º Sobre a polícia e a economia municipal, precedendo propostas das câmaras. 5º Sobre a fixação das despesas municipais e provinciais, e os impostos para elas necessários, contanto que estes não prejudiquem as imposições gerais do estado.* (texto citado por TORRES (1964), p.498.).

decisórias para seus blocos locais, ou para os seus pequenos ‘condomínios de poder’²⁰: O debate em torno da representação política ainda estará polarizado, quando do Ato Adicional, entre grupos restauradores (denominados, em algumas situações, como ‘o Partido Português’) e liberais descentralizadores, além de grupos republicanos, concentrados sobretudo no espaço da Corte.

Durante o interregno entre a renúncia de D. Pedro I (1831), sua morte (1834), e a promulgação do Ato Adicional, conferindo maior grau de autonomia às províncias²¹, ocorre a desorganização dos movimentos pró-restauração do Trono, que configuravam parte significativa das correntes políticas da época. A partir de 1836-7, porém, configurar-se-ia a dimensão partidária observada no cenário brasileiro até o ocaso do Império²².

Uma das correntes a serem analisadas, qual seja, o Partido Conservador, está ligada aos desdobramentos do Ato Adicional: tido como excessivamente liberal, à medida que suprime o Conselho de Estado e cria assembleias legislativas provinciais, dando maior autonomia às entidades regionais, os conservadores propunham a revisão de várias instâncias de tal lei – objetivo alcançado durante a regência de Araújo Lima²³ (1838-40), com a promulgação da Lei Interpretativa.

Feitas estas considerações a respeito da estrutura (a)partidária do Primeiro Reinado e do Período Regencial, poder-se-á pensar melhor a respeito dos movimentos políticos do Segundo Reinado, de grande influência para a análise prevista neste trabalho, quais sejam, os Partidos Liberal e Conservador.

1.2. Forças político-partidárias do Segundo Reinado

Conforme enfatizado, a compreensão da lógica política do Império Brasileiro deve considerar a existência de uma estrutura bipartidária, permeada de antagonismos em seus níveis

²⁰ A este respeito alude F. Uricoechea: “*Graças ao Ato Adicional de 1831, os órgãos centrais se desmembram para se reconstituírem ao nível municipal. (...) O aparelho político de governo tornou-se posse do senhor de terras.*” URICOECHEA (1978), p.110.

²¹ Na obra de José Honório Rodrigues, tem-se: “*Para os ‘liberais’ vencedores das eleições, o Ato Adicional era a conseqüência lógica do movimento de 7 de abril, conquista que assegurava direitos provinciais e consolidava o sistema representativo.*” RODRIGUES (1972), p.100.

²² A este respeito, faz referência João Camilo de Oliveira Torres: “*A Renúncia foi o ponto de partida para a vida partidária brasileira; antes só existiam indivíduos de várias opiniões, e opiniões várias, gravitando em torno do ânimo inconstante do monarca. Depois do 7 de abril (...) tomaram os seus rumos próprios.*” TORRES (1964), pp.287-8.

²³ Pedro de Araújo Lima, visconde e depois *Marquês de Olinda*, (22/12/1793 – 7/6/1870) foi, por quatro ocasiões, primeiro-ministro do Império do Brasil. Figura representativa da aristocracia rural do Nordeste, era ali ligado aos elementos mais poderosos da lavoura açucareira. Fez parte da Assembléia Nacional Constituinte de 1823 e das primeiras legislaturas brasileiras. Permaneceu regente até a maioria de D. Pedro II. Foi ainda ministro de Estado por nove ocasiões ocupando os cargos de ministro do Império, ministro da Justiça e ministro dos Negócios Estrangeiros.

mais altos e nos círculos decisórios, quais sejam, na Câmara dos Deputados e no Senado, ainda que se tenha em conta que, nas esferas locais, por vezes estes mesmos partidos formavam alianças e compunham governos de coalizão, conforme os interesses dos grupos de poder em âmbito regional.

Tratam-se, aqui, de modo primordial, dos casos dos Partidos Liberal e Conservador: A organização sistemática de seus quadros se dará no cenário do Período Regencial. A organização da ‘reação monárquica’, que se sucede ao Ato Adicional de 1834, e que tem como uma de suas principais propostas adiantar, tanto quanto possível, a assunção de D. Pedro II ao Trono, leva ao poder o grupo de ministros conhecido como o ‘ministério das capacidades’ (1838)²⁴.

Progressivamente, os grupos liberais mais ‘à direita’ aproximaram-se dos movimentos de natureza restauradora: com o ocaso do período Regencial, e a constatação da inviabilidade de sua manutenção a partir do triênio 1838-40, além do recrudescimento de conflitos regionais através do território, demandava-se, em caráter de urgência, a formação de um bloco conservador mais amplo, e que fosse favorável à estabilização política da nação recém-independente.

De tal modo se processavam estas revoltas que, a propósito da conclusão exitosa do movimento da Maioridade em 1840, que configurava, em parte, uma solução de compromisso destinada, em grande parte, a reduzir as tensões separatistas pelo território e acomodar os diferentes grupos de interesse no ‘condomínio do poder’²⁵, o Segundo Reinado iniciava-se já permeado de tensões entre ambos os partidos – tensões estas que culminam nas revoltas liberais de 1842 (em São Paulo) e 1848 (em Pernambuco).

Importante observar também é que ambos os partidos não têm uma programação clara, um programa de ação – e, quando possível, de governo – que permita a verificação e análise de seus projetos. Estes programas estão implícitos em discursos e debates parlamentares em torno de problemas importantes, tais como as questões sobre o tráfico negreiro, às leis de terras, a restauração do Conselho de Estado, entre outros²⁶.

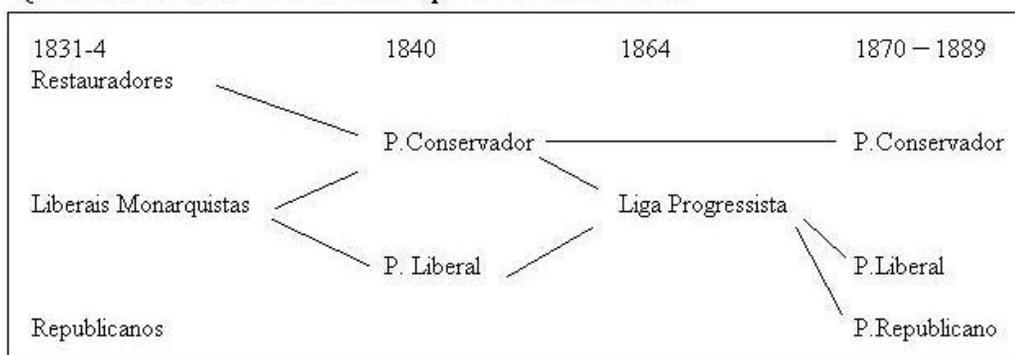
²⁴ Esta discussão está também sintetizada em Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*, Vol. I, pág. 31. O termo ‘Ministério das Capacidades’ se dá por conta da fama e da experiência que os membros deste gabinete possuíam na condução dos negócios de Estado.

²⁵ CASTRO (1978a), pp.62-5; (1978b), pp.510-11.

²⁶ CARVALHO (1996), pp.185-6.

O Quadro 02, nesta linha, sintetiza as discussões; enfatiza-se nele a ideia da divisão bipartidária a partir da Maioridade de D. Pedro II. Antes deste momento, os agrupamentos políticos dividiam-se entre facções, formadas por restauradores dos liames políticos com Portugal, além de liberais monarquistas (que se distinguiam entre ‘moderados’ e ‘exaltados’, de formação federalista) que se aproximavam em parte dos republicanos, concentrados, sobretudo, na Região Nordeste.

Quadro 02: Estrutura Partidária do Império do Brasil: 1831-89



Fonte: CARVALHO (1996), p.185

1.2.1. O Partido Liberal

O Partido Liberal, enquanto corrente política institucionalizada, surgiu em 1837, aproximadamente, sendo extinto com a Proclamação da República em 1889.

Conforme aludido anteriormente, grupos de natureza liberal já grassavam ao longo do Primeiro Império, e principalmente no Período Regencial. Contudo, à medida que se pensa a origem do Partido Liberal, contrapõem-se diferentes visões. Autores como Joaquim Nabuco enfatizam que é a partir da legislatura de 1838, com o surgimento de figuras centrais como Antônio Carlos (em Minas Gerais, lançando o Clube da Maioridade), é que se formará o núcleo duro de membros que compuseram o Partido.

Américo Brasiliense, por sua vez, enfatiza o momento da renúncia de D. Pedro I (1831) para o surgimento do mesmo movimento:

Feita a revolução de 7 de abril de 1831 (...) apareceram na arena do combate os Partidos Restaurados, Republicano e Liberal (...) Dividiu-se logo este partido em Moderado e Exaltado, assinalando-se este por vistas mais democráticas e

principalmente pela idéia de Monarquia federativa. Em resultado das lutas que se deram, alcançou o partido Moderado tornar-se senhor da situação.²⁷

Em José Antônio S. de Sousa, por fim, coloca-se a data precisa de 1837, com a ‘reação monárquica’ e a dissidência do Regente Feijó²⁸ para a formação de ambos os partidos:

O rompimento de Feijó com parte da maioria da Câmara, chefiada por Vasconcelos e Honório, ocasionou a divisão do partido moderado em dois novos partidos: o Partido Liberal, que continuou a apoiar Feijó, e o Conservador, que dele divergiu.²⁹

De todo modo, pode-se ter em mente que é mais lícito situar a concentração e organização do movimento liberal – e não do Partido – no momento da renúncia de D. Pedro I. Após 1831, a facção restauradora e os grupos que formavam o ‘partido português’ perdem parte de sua influência na esfera política, em detrimento dos liberais, que conseguindo de tal modo obter maioria nas legislaturas de 1831-34 e 1834-37, ‘impõem’ sobre os grupos de natureza conservadora o lançamento do Ato Adicional, consolidando o movimento federalista de representação política.

Em 1838, com a promulgação da Lei Interpretativa, revogando parte das prescrições de autonomia concedidas ao longo dos gabinetes liberais, alguns grupos de indivíduos de natureza moderada já faziam oposição ao movimento conservador, aglutinando-se e denominando-se posteriormente como o Partido Liberal³⁰.

Neste ínterim, liberais republicanos certamente estavam presentes ao jogo político, disseminados entre os quadros do Partido; contudo, conforme aludia Américo Brasiliense no texto supracitado, a facção moderada encontrou maior expressividade, que se corporifica na possibilidade de obtenção de maiores benefícios às províncias a partir do Ato Adicional. Em síntese, afirma Afonso Arinos:

²⁷ BRASILIENSE (1878), p.7, citado por FRANCO (1974), pp.29-30.

²⁸ A eleição do padre Feijó para a Regência não trouxe consigo resultados positivos no sentido de composição de um governo de coalizão: o novo Regente não contava com apoio parlamentar significativo, de tal modo que sua tentativa de governo em moldes presidencialistas, com corte republicano – conforme almejavam os liberais mais exaltados – não logrou êxito. Sua renúncia retiraria do poder os últimos liberais, dando espaço para o florescimento do movimento conservador. Para maiores informações, ver CASTRO (1978a), pp.42-53. Da mesma forma, o início do Partido Liberal possuía diversos sacerdotes em seus quadros, que inclusive pleiteavam o apoio a reformas de cunho social (CARVALHO (1996), p.203.).

²⁹ SOUSA (1944), p.63, citado por FRANCO (1974), p.30.

³⁰ CASTRO (1978a), pp.59-60; BEIGUELMAN (1967), pp.58-9.

“Enquanto, na rua, os elementos exaltados, anarquistas de coloração republicana, saudosos de 1817 e 1824, se entregavam a desmandos, o liberalismo moderado, bem diferente porque representava não a desordem mas a ordem jurídica, não a paixão da cidade mas a opinião das províncias, foi se organizando movido por imperiosa necessidade. O ato Adicional foi sua vitória máxima, o canal que conteve as reivindicações desorientadas dentro das muralhas da Lei.”³¹

Dando seqüência à discussão proposta, no que toca a um modelo de ação, um *modus operandi* relativo ao Partido Liberal, pode-se frisar, basicamente, o apoio aos interesses dos setores das burguesias comercial e urbana do período, bem como apelos reformistas de estratos sociais até certo ponto descompromissados com a escravidão (profissionais liberais e setores urbanos) e com os proprietários de terras, que concentravam parte significativa do poder econômico.

De modo mais específico, aludindo à ação política, pugnavam os liberais por quatro pontos distintos, quais sejam, a descentralização administrativa e a regionalização dos círculos decisórios; um sistema eleitoral compatível com tal finalidade³²; e a independência do Poder Judiciário³³. E, por fim, a abolição do Poder Moderador, e por conseqüência de suas instituições exclusivas, o Senado vitalício, o Conselho de Estado e o direito de dissolução da Câmara, reservado ao Imperador.

Até certo ponto, é possível considerá-lo como um partido de oposição ao seu antípoda no cenário político, o Partido Conservador, que possuía um enfoque maior sobre a manutenção das estruturas de poder das classes rurais, visando à reprodução do modelo escravocrata e à possível prevenção de iniciativas individuais de contestação da ordem, como as revoltas percebidas no Período Regencial.

Contudo, também é importante enfatizar que, a despeito do discurso aparentemente renovador, o Partido Liberal era desprovido de feições revolucionárias ou de natureza popular, tal como verificar-se-ia nos partidos ditos ‘à esquerda’, que surgiriam na segunda metade do século XIX: o Partido representava, apenas, os interesses de um grupo social, de natureza superior, burguesa, e bastante restrito ao meio urbano, tal como frisamos anteriormente.

³¹ FRANCO (1974), p.32.

³² No gabinete liberal de 1844 realizou-se a reforma o sistema eleitoral, em 1846. Seus temas principais giravam em torno da regularização do processo eleitoral, com melhorias no sistema de qualificação dos candidatos; garantias de representação às minorias; e elevação do censo para os votantes, ampliando o colégio eleitoral e viabilizando sua correta mensuração, ao fixar em termos de prata, valor real, o limite para o acesso ao sufrágio universal. TORRES (1964), p.260.

³³ Na década de 1840, intentou-se a realização da reforma judiciária, sob a liderança de José Joaquim Rodrigues Torres, com a transferência das funções judiciárias da polícia aos juízes municipais, da formação de listas de jurados sem intervenção da polícia, da formação de novos tribunais de relação em estados mais afastados do território, entre outras propostas. TORRES (1964), p.298.

O período de apogeu dos liberais no poder poderia ser alocado no primeiro lustro da década de 1830, e mesmo além, com o sucesso do movimento da maioria, desencadeado após 1837-38³⁴. A antecipação da emancipação de D. Pedro II, para o exercício de seu cargo, possuía uma dupla orientação: ao mesmo tempo que contribuía para o presumido retorno dos liberais ao poder, de onde foram ‘apeados’ com a renúncia do padre Feijó (1837), também acuava o movimento conservador, ao passo que, defendendo a Lei, os conservadores não aceitariam a derrubada da Regência e a ameaça de sua estabilidade, com o retorno total do Poder Moderador:

“A Maioridade necessariamente os deixaria [aos conservadores] entre o arbítrio imperial, de um lado, e a opinião pública, de outro – essa opinião que tudo haviam feito para canalizar em direção da pessoa do Imperador, (...) caindo na embaraçosa situação de serem apontados como inimigos da Monarquia que eles tanto se empenharam em exaltar.”³⁵

Com a Revolta Liberal de 1842³⁶, fruto da relativa incapacidade dos liberais de consolidar uma série de gabinetes de coalizão, que pudesse sedimentar sua permanência no poder³⁷, o Partido teve sua existência declarada ilegal na região Sul do país, foco principal da rebelião armada, em que pese o fato dos liberais do Norte reunirem-se em 1848, na insurreição que ficaria conhecida como a Revolta Praieira, em Pernambuco.

No que toca à capacidade do Partido Liberal de sustentar cargos de liderança no cenário nacional, observa-se que os seis gabinetes liderados pelo mesmo, entre 1844 e 1848, são marcados, na expressão de Francisco Iglesias, por profundas dissensões. Segundo o autor, ainda não se havia consolidado um espírito partidário no país, sendo que as lideranças políticas ainda eram de natureza fortemente individual. Afirma o referido autor a este respeito:

“Liberais pernambucanos não apoiariam paulistas e mineiros no movimento de 1842, como paulistas e mineiros não apoiariam pernambucanos em 1848. Interesses regionais predominavam sobre as teses, dificultando a consciência partidária, sem falar nos interesses domésticos, vivos em ambas as correntes.”³⁸

³⁴ Sobre este período, afirma Caio Prado Jr, em *Evolução Política do Brasil: “De 1837 a 1849 percorre a política brasileira a mais caracterizada trajetória reacionária de sua história. (...) a reação toma consciência de seu papel, e abandonando as hesitações do passado, entra definitivamente no rumo natural de sua evolução.”* PRADO (1947), pp.164-65.

³⁵ CASTRO (1978a), pp. 62-63.

³⁶ A partir de 1842, os membros do Partido Liberal seriam conhecidos como Luzias, referência direta à batalha ocorrida em Santa Luzia do Rio das Velhas (MG) entre as tropas de Teófilo Ottoni, pelo lado revoltoso, e do Barão de Caxias, enviado pelo Imperador para encerrar o conflito armado.

³⁷ Logo após a sagração de D. Pedro II, os liberais, na iminência de enfrentarem uma derrota política nas urnas para a composição do Conselho de Estado, promovem fraudes inauditas no sistema eleitoral, apelando mesmo para a coerção física dos eleitores, no episódio doravante conhecido como ‘eleições do cacete’.

³⁸ IGLESIAS, in HOLLANDA (1982), p.10.

Em Oliveira Lima nota-se concordância a este ponto, enfatizando-se a dificuldade de diálogo entre conservadores e liberais, e mais que isso, entre os membros dos próprios partidos, impedindo a formação de um espírito de autoridade que somente se manifestaria anos mais tarde, já no alvorecer do movimento da Conciliação:

“[Entre 1840 e 1848] liberais e conservadores sentavam-se junto em gabinetes pouco homogêneos e fatalmente de curta duração que, pretendendo afastar-se da política partidária, de facto encaravam com indiferença os conflitos de idéas e testemunhavam tamanha inércia em matéria de disciplinas que permitiam a discórdia lavrar no seio das maiorias parlamentares que os sustentavam, e os presidentes de províncias, seus delegados, desobedecerem às suas instruções.”³⁹

Por fim, em Jeffrey Needell, tem-se concordância a este respeito:

“The results of this Liberal Quinquennium [1844-48] were politically disastrous for everyone except, perhaps, the emperor. For the opposition party, the apparent inability of the party to find ideological and policy coherence between the successive pragmatic cabinets and the more ideological, more radical Chamber led to the opposition reformist-radical wing’s frustration, increased radicalization, and perception of unending exclusion from power.”⁴⁰

Grosso modo, a partir de 1848 o Partido Liberal encontra pouco espaço de atuação política; será apenas em 1869, após a vigência dos Gabinetes de Conciliação, e do advento e queda da Liga Progressista, que se reorganizará o movimento, com a dissolução da Câmara por parte do Imperador D. Pedro II (16 de julho de 1868). Neste momento, liberais mais exaltados, insatisfeitos com o movimento de acomodação das décadas anteriores, fundam o Clube da Reforma, que lançaria o programa do novo partido Liberal⁴¹.

1.2.2. O Partido Conservador

O surgimento do Partido Conservador é anterior ao Partido Liberal (1836), porém sua extinção também se dá no contexto da Proclamação da República em 1889. Contudo, os fatos

³⁹ LIMA (1927), p.43-44.

⁴⁰ Em tradução livre: ‘Os resultados deste quinquênio liberal (1844-48) foram politicamente desastrosos para todos, exceto, talvez, para o Imperador. Para o partido de oposição, a aparente inabilidade do partido (Liberal) para encontrar coerências ideológicas e políticas entre os sucessivos Gabinetes, e a ainda mais ideologizada e radical Câmara dos Deputados levou a um processo de frustração da ala reformista-radical de oposição, com aumento da radicalização, e uma percepção de uma perene exclusão do poder’ NEEDELL (2006), p.109.

⁴¹ FRANCO (1972), pp.42-45.

que envolvem o seu surgimento são significativamente mais limitados que os do Partido Liberal⁴².

Trata-se, no caso, de um desdobramento do Partido Restaurador⁴³, reunindo em suas fileiras os remanescentes dos antigos *caramurus*, tidos como regressistas, com grupos liberais dissidentes. Com a morte de Dom Pedro I, e cessando o risco de seu retorno ao Trono brasileiro, que encetaria a chamada *restauração*, a ala ‘direitista’ do movimento liberal aproximou-se paulatinamente dos antigos quadros restauradores, com vistas a pôr termo às amplas dissidências observadas no Período Regencial, e a formar um bloco de natureza tipicamente conservadora⁴⁴.

Circa 1837, era já possível observar a composição de forças capazes de oferecer oposição ao movimento liberal. Porém, mesmo com a morte de D. Pedro I, não se esgotou o apoio dos conservadores às instituições reais, de tal modo que, quando do movimento da Maioridade, estes se uniram aos liberais para antecipar a assunção de D. Pedro II ao Trono. Neste sentido, o Partido Conservador, no caso brasileiro, guarda grandes semelhanças com seu homônimo inglês⁴⁵.

Com a rápida degradingolada da Regência de Diogo Feijó, e sua respectiva renúncia, assume o cargo Pedro de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda. Nesta gestão, formou-se no exercício do poder o grupo conhecido como o ‘Ministério das Capacidades’, por conta do prestígio de que gozavam seus componentes⁴⁶. Em abril de 1838, com nova eleição, consolida-se a permanência de Araújo Lima na condição de Regente, eleito com grande porcentagem de votos.

⁴² Deliberadamente, também optamos por realizar uma análise menos abrangente a respeito do Partido Conservador, haja visto que voltaremos a falar a respeito dele nos próximos capítulos.

⁴³ O Partido Restaurador, também designado por *Partido Caramuru*, esteve ligado à figura do Imperador, D. Pedro I. Tinha como objetivo obter o retorno do Imperador D. Pedro I que havia abdicado e, então, estava em Portugal. Era apoiado pelos jornais *O Carijó*, *O Caramuru* e *O Sete de Abril*. Com a morte de D. Pedro I, em 1834, o partido extinguiu-se.

⁴⁴ O Próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos, por exemplo, era liberal, porém emigrou para o movimento conservador; ver GUIMARÃES (2002).

⁴⁵ Surgido no início do século XIX a partir de sua antiga matriz, o partido *Tory*, o Partido Conservador inglês configurou-se ao longo de sua história como um ferrenho defensor da monarquia britânica, reunindo inclusive diversos membros da aristocracia em suas fileiras. Em 1834, sob a liderança de Robert Peel, o partido passou por uma severa reformulação, contudo não perdeu seu status de associação com a direita, em que pese o fato da maioria de seus eleitores, atualmente, pertencer à centro-direita. O Partido manteve-se no poder durante grande parte do século XX, sob a liderança de Primeiros-Ministros como *Sir* Winston Churchill e Margaret Thatcher, a título de exemplo.

⁴⁶ Jeffrey Needell oferece uma visão a respeito do grupo das Capacidades: [O Marquês de Olinda] “*clearly designed it to be one that would end the deadlock between the Chamber and the executive, one with the potential for national leadership, achievements which Feijó had never been able to manage and which the new regent clearly needed to bring off.*” (Em tradução livre: ‘O Marquês de Olinda claramente designou este Ministério para ser aquele que iria encerrar o impasse entre a Câmara e o Poder Executivo, aquele com potencial para uma liderança de caráter nacional, atributos que Feijó nunca foi capaz de administrar, e onde o novo regente seguramente necessitaria ser bem-sucedido’) NEEDELL (2006), p.72.

Neste momento, Bernardo Pereira de Vasconcelos, antigo membro do Partido Liberal⁴⁷, anuncia sua adesão ao movimento restaurador, ou *regressista*, conforme os cronistas da época.

Neste momento, o Partido já se consolidava como coordenador das forças políticas que viriam a manifestar-se no Segundo Reinado. Sob a liderança de Bernardo Pereira de Vasconcelos e da chamada ‘trindade Saquarema’⁴⁸, formada por Joaquim Rodrigues Torres, Paulino Soares de Sousa e Eusébio de Queirós, o movimento conseguiu também estender sua influência à província de São Paulo⁴⁹.

Nos primeiros momentos de existência do Partido Conservador, esta oposição possuía grande latência em torno da questão da promulgação do Ato Adicional, e a necessidade de sua revisão. Caberá, neste sentido, enfatizar alguns pontos deste debate, que sintetizam a gênese do Partido, principalmente no que diz respeito à sua visão a respeito do Estado.

Considerado por Bernardo de Vasconcelos, um dos pais fundadores do Partido, de ‘o Código da anarquia’ – ao passo que o liberal Feijó o considerava ‘o Código do civismo’, o Ato Adicional, conquanto delegava poderes mais amplos às províncias, permitia um uso indiscriminado de suas franquias, principalmente no que diz respeito à questão tributária⁵⁰.

Da mesma forma, a supressão do Conselho de Estado e a criação de Assembleias Legislativas em âmbito provincial – medida que conferia maior autonomia às entidades regionais – estariam tornando a Carta Magna excessivamente liberal. Com vistas a este fato, uma Comissão de Assembleias composta por Paulino Soares de Sousa (futuro Visconde do Uruguai⁵¹), Honório Carneiro Leão⁵² (futuro Marquês do Paraná) e Miguel Calmon Du Pin⁵³ (Marquês de Abrantes)

⁴⁷ Afirma Vasconcelos: “Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la e por isso sou regressista.” Citado por FAORO (1975), p.322.

⁴⁸ Ilmar de Mattos, em sua obra *O Tempo Saquarema*, procura verificar que, quando da formação da chamada ‘trindade Saquarema’, o Partido Conservador se reconfigura no Partido da Ordem; nesta linha, o que está fora da Ordem pertenceria à classe dos radicais. A respeito da ‘Trindade Saquarema’, o mesmo afirma: ‘Esta coesão [entre os membros da Trindade] facilitava, sem dúvida, a disseminação de uma denominação que não só a reforçava como também cumpria o papel de particularizar uma política, obtendo porque na sua direção se destacavam os políticos flumenses que a motivaram. A ‘Trindade Saquarema’, líder de fato do Partido Conservador, imprimiu o tom e definiu o conteúdo do Estado imperial’. MATTOS (1987), p.107.

⁴⁹ Em São Paulo, o setor conservador era liderado por Costa Carvalho, futuro Visconde de Mont’Alegre e presidente do Conselho de Ministros. Em terras paulistas, o movimento liberal foi percebido e sufocado de modo bastante rápido.

⁵⁰ TORRES (1964), p.440-42.

⁵¹ Paulino José Soares de Sousa, o *Visconde do Uruguai* (1807-1866), foi um dos mais influentes políticos do Segundo Reinado. Eleito deputado pelo Rio de Janeiro em 1836, sendo ainda neste mesmo ano nomeado presidente da província. Assumiu o ministério da Justiça em 1841 (na verdade, reassumiu o posto, que havia perdido por conta do movimento da Maioridade), na qual permaneceu até 1843. Reformou, neste período, o Código Criminal e enfrentou a Revolução Liberal de 1842 em São Paulo e Minas. Advogado, foi nomeado desembargador da Corte em 1852, aposentando-se como ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1857.

⁵² Honório Hermeto Carneiro Leão, primeiro e único visconde com honras de grandeza, conde e *Marquês do Paraná* (1801-1856), como seria mais conhecido, foi um estadista, diplomata, magistrado e político brasileiro. Ocupou, entre outros cargos, o de

entabula uma segunda lei, destinada a gerar ‘interpretações’ a respeito dos pontos de maior discussão dentro do Ato Adicional. Após meses de debates, a lei foi promulgada apenas em maio de 1840, já nos estertores do movimento Regencial.

Entre outras questões, conseguiu o movimento conservador, com tal Lei, ‘refederalizar’ os funcionários públicos, que haviam sido ‘transferidos’ para as províncias, uma vez que os serviços públicos, com o Ato de 1834, haviam se tornado competência de cada região da federação. E, também, regular a atividade das polícias locais e corpos de milícias, conquanto a polícia judiciária – sob responsabilidade dos magistrados locais – voltava a ser controlada pelo Estado; as províncias poderiam ordenar as atividades das forças regionais ou outras brigadas militares de natureza policial.

Este movimento, dito de *Regresso* conforme o jargão da época, marcará a orientação do novel Partido Conservador, tendência que facilitará a celebração de uma política de acomodação de interesses entre liberais, *regressistas* e o Trono, com vistas ao saneamento de parte dos problemas oriundos das Revoltas Regenciais, a partir do movimento da Maioridade. Emília Viotti, acerca do predomínio dos conservadores, afirma:

“O desenvolvimento da economia cafeeira na década dos trinta fortaleceu os proprietários rurais reforçando suas bases parlamentares. Simultaneamente, o incremento do comércio de importação em mãos de estrangeiros abalou o pequeno comércio e o artesanato locais, bases do radicalismo no Rio de Janeiro (...). Predominou o voto do campo, dos proprietários rurais, em detrimento do eleitorado urbano. Prevaleceram as tendências conservadoras, que acabariam por anular boa parte dos avanços liberais e democráticos conquistados durante a Regência.⁵⁴”

Em Jeffrey Needell, igualmente, tem-se a afirmação do predomínio conservador após a derrocada da regência de Feijó, bem como se enumeram os principais nomes do movimento de reação:

Ministro da Justiça (1832-33 e 1833-44), Ministro das Relações Exteriores (1843), além do comando do Conselho de Ministros (1853-56).

⁵³ Miguel Calmon du Pin e Almeida, visconde com grandeza e *Marquês de Abrantes*, (1796-1865) foi um político e diplomata brasileiro. Presidiu o conselho interino de governo da Bahia em 1823, tendo inicialmente coordenado a resistência brasileira às forças portuguesas. Ocupou também os cargos de Ministro da Fazenda (1827-28, 1828-29, 1837-39, e 1841-43) e Ministro das Relações Exteriores (1829-30 e 1862-64).

⁵⁴ COSTA (1976), p.126.

This reaction, traditionally labeled as such (o Regresso), was managed and articulated by Vasconcelos, Honório, and Rodrigues Torres, as well as two or three other very significant recent recruits. The careers and politics of these recruits exemplify the emergent reactionary trends and their expression.⁵⁵

A partir do estabelecimento do Segundo Reinado, com a sagração do Imperador D. Pedro II em 1840, porém, caberá ao Partido Conservador obter maior evidência no cenário político: com efeito, o ministério empossado a 23 de março de 1841 trazia em seus quadros membros importantes do movimento conservador: Paulino Soares de Sousa (Justiça), Miguel Du Pin (Fazenda), além de Aureliano Coutinho, membro da antiga ‘facção áulica’⁵⁶ e preceptor do jovem Imperador em assuntos de ciência política.

Neste ministério, será restabelecido o Conselho de Estado⁵⁷ e legitimado o exercício do Poder Moderador por parte do monarca reinante, bem como realizada a reforma do Código de Processo Penal (tratada por Raymundo Faoro como ‘a mais avançada e mais duramente criticada obra liberal’⁵⁸), retirando das câmaras municipais o direito de julgar, punir, e realizar outras ações facultadas ao Poder Judiciário, restituindo-as ao governo central.

No que toca, portanto, ao Partido Conservador, pode-se perceber que o mesmo se organizou no sentido de preservar as estruturas burocráticas e de exercício do Poder ao fim do Período Regencial, visando, em última análise, à manutenção da centralidade do Império e a prevenção à sua desagregação, frente às inúmeras revoltas percebidas durante o último lustro da década de 1830.

Esta visão centralista do Partido será fortemente evidenciada após 1848, quando após o relativo fracasso dos gabinetes liberais, o movimento conservador se manterá por quatorze anos à frente dos negócios do Estado, aglutinando, inclusive, quadros liberais entre 1853 e 1862,

⁵⁵ O movimento de reação, tradicionalmente denominado tal como era (o Regresso) foi administrado e articulado por Vasconcelos, Honório, e Rodrigues Torres, assim como dois ou três outros importantes novos membros. As carreiras e políticas destes membros exemplificam as tendências reacionárias emergentes, e sua expressão. (Tradução livre.) NEEDELL (2006), p.65.

⁵⁶ *Facção Áulica* ou *Clube da Joana* foi o jargão conferido ao grupo político que realizava constantes encontros na residência do mordomo-mor da Casa Imperial de Dom Pedro II, Paulo Barbosa da Silva, situada nas proximidades da Quinta da Boa Vista e perto do Rio Joana (de onde advém a designação ao grupo). Segundo consta, estas reuniões eram lideradas por Aureliano Coutinho, futuro Visconde de Sepetuba, político conservador que, conquanto instrutor de ciência política ao Príncipe Imperial, exercia forte influência sobre o jovem e ainda inexperiente D. Pedro II. O grupo teria, ainda, a cooperação de D. Mariana de Werna, a Condessa de Belmonte, camareira-mor da Casa Imperial e primeira preceptora do Príncipe. O grupo, em linhas gerais, mantinha grande influência sobre o jovem monarca, imiscuindo-se inclusive em questões regenciais. Para maiores referências, ver SCHWARCZ (1999), pp.57-8, e CASTRO (1978b), pp.518-520.

⁵⁷ É importante ressaltar que o restabelecimento do Conselho de Estado não corresponde ao surgimento do Conselho de Ministros; esta instituição é implementada por ordem do Imperador em 1847; seus objetivos e lideranças são bastante distintas entre si, contudo, as nuances a respeito das referidas instituições serão melhor elucidadas no início do próximo capítulo.

⁵⁸ FAORO (1975), p.305.

nos chamados ‘Gabinetes da Conciliação’, do quais falaremos com maior ênfase no próximo capítulo.

Nesta linha, considerando a articulação que os conservadores realizaram com os liberais quando de momentos fundamentais para a estabilidade da nação, tais como a maioria de D. Pedro II, por exemplo, tratar-se-ia de uma generalização de natureza vulgar a afirmação de que o Partido Conservador visava, basicamente, o Regresso puro e simples ao modelo pré-1831, ou, quiçá, a restauração do Trono Português. A este respeito afirma José Honório Rodrigues:

Não foi uma cega resistência à mudança, nem uma oposição irrecusável ao declínio dos privilégios, a essência da posição conservadora. Eles souberam transigir, souberam conciliar, souberam fazer concessões, porque era conduzidos pelos interesses e não pelas emoções, pelo raciocínio, pelo pragmatismo, pelo realismo, e não pelo subjetivismo, pelo possibilismo.⁵⁹

1.2.3. Movimentos de contestação

Neste tópico, buscamos, ainda que de forma breve, enfatizar alguns aspectos relacionados a outros movimentos partidários no Segundo Reinado, com especial ênfase à Liga Progressista. Ainda que se considere que estes movimentos não foram desencadeados ao longo do período que abrange o escopo temporal desta pesquisa, faz-se mister citá-los, haja visto que sua composição, em termos de membros, abrangia quadros pertencentes tanto aos grupos liberais quanto aos conservadores durante o Segundo Reinado.

No que alude à Liga Progressista, temos que o referido partido surge a partir do descontentamento de alguns quadros liberais com uma aparente legitimação do mesmo em relação ao domínio do Partido Conservador – que abrigou o Partido Liberal no condomínio do poder ao longo dos ‘Gabinetes da Conciliação’ –, reunindo também alguns conservadores dissidentes.

A partir de 1860, com a retomada do comércio internacional (após um momento de fratura com o pânico bancário que engendrou a crise financeira de 1857) e a relativa melhoria dos indicadores econômicos, impunha-se, segundo Afonso Arinos, uma crescente necessidade de reordenação do *status quo* da política nacional⁶⁰:

⁵⁹ RODRIGUES (1972), p.155.

⁶⁰ FRANCO (1974), pp.39-42.

“O chamado partido Progressista, que passou a dominar a situação durante algum tempo, constituiu-se pelo entendimento mais estreito dos grupos moderado e liberal, entendimento que nunca chegou a ser fusão e que não chegou também a extinguir a competição interna das duas facções, que lavrou sempre na concorrência dos postos e na distribuição de poderes, como fogo por debaixo das cinzas.”⁶¹

A Liga Progressista teve seu programa divulgado em 1864, porém teve duração efêmera, sendo dissolvido pelo Poder Moderador em 16 de Julho de 1868. Contudo, conseguiu compor alguns Gabinetes, em que se destacam os de Zacarias de Góis e Vasconcelos.

Parte importante dos debates incitados pela Liga Progressista – através de um de seus grandes líderes, o conselheiro Nabuco – residia na necessidade de realização de reformas na dimensão judiciária, separando funções judiciárias de policiais, além da necessidade de autonomia aos magistrados, protegendo-lhes os direitos individuais.

Contudo, progressivamente, a Liga foi minada pela sua própria natureza e composição, de membros liberais e conservadores. Aqueles formaram um movimento de dissensão, o Clube Radical, que propugnava a eliminação do Conselho de Estado, o voto direto e a abolição do trabalho escravo. Com a queda do Gabinete Zacarias em 1868, o partido se dissolve, abrindo espaço para o retorno do Partido Liberal e o surgimento de um movimento radical, o Partido Republicano (em suas diferentes manifestações regionais)⁶².

2. Apontamentos sobre a estruturação financeira do Império do Brasil

Ao longo deste tópico, pretendemos fornecer um pano de fundo para a compreensão das ações de política econômica ao longo dos ‘gabinetes da Conciliação’; em outras palavras, buscamos efetuar algumas considerações a respeito da dinâmica da economia brasileira no Segundo Reinado, com especial ênfase à dimensão cambial e à adesão da economia brasileira ao sistema do padrão-ouro, a partir de 1846.

Qualquer abordagem a respeito da implementação do padrão-ouro em terras brasileiras deverá levar em consideração, primordialmente, o fato de que ao longo do século XIX

⁶¹ Idem, p.41.

⁶² Afirma ainda Arinos: “Prosseguia, dentro dos quadros parlamentares, a evolução para a esquerda que levou da Conciliação ao Progressista, deste ao liberalismo radical de 1868, até que a ala esquerda deste último se tornou solidamente republicana. Era a marcha coerente, implacável da História.” (FRANCO (1974), p.42.)

percebe-se um claro compromisso das economias ocidentais no sentido de que se mantenham taxas de câmbio estáveis.

Tal estabilidade neste indicador era necessária à manutenção de políticas comercial e financeira que fossem adequadas, no sentido da minimização do risco e manutenção de um horizonte decisório favorável, aos agentes e investidores nacionais⁶³. O sucesso na implementação do sistema, portanto, residiria em torno da capacidade destes países em manter a paridade cambial (sem corrigi-la através de intervenções e outras medidas de natureza discricionária, se possível) a fim de que se mantenha a estabilidade do padrão no âmbito internacional.

De qualquer forma, faz-se necessário ter em mente que tal sistema monetário, gerido no âmbito internacional, visava, sobretudo, salvaguardar interesses dos grandes credores (notoriamente as casas bancárias inglesas) no sentido de manter ativa a solvência das diversas economias no que diz respeito ao estoque de suas dívidas.

Estes interesses condicionam, em grande medida, a execução de políticas monetárias, fiscais e cambiais de cunho ortodoxo, abrindo espaço para a emergência, a partir da Inglaterra, do sistema do padrão-ouro. Entender, ainda que de forma sintética, a metodologia adotada por estas economias, centrais e periféricas, para a operação do sistema supracitado, bem como as assimetrias que permeiam os países exportadores e importadores de capitais, são alguns dos objetivos deste item do capítulo.

2.1.O advento do padrão-ouro no século XIX

No ocaso do século XVIII, o sistema monetário europeu começa a consolidar um processo de profundas transformações. O ouro e a prata, que já possuíam o *status* de serem os principais meios de troca na economia internacional, vão se tornando a base para um sistema bimetálico.

Ainda que o padrão estipulado fosse sensível às crises (que ocorreram em profusão ao longo do século XIX), alterando as relações médias entre preços, tem-se que ele foi a referência para as trocas entre países até o advento da Primeira Guerra Mundial, com duração efêmera após o término do conflito. Pretende-se assim estudar a progressiva adoção do ouro

⁶³ MILWARD (1996), p.87.

como referencial de riqueza e meio de circulação na economia mundial no século XIX, e a difusão do padrão de trocas daí derivado.

A partir das décadas de 1840-50, o modelo bimetalista⁶⁴ evidenciado em algumas das economias ocidentais, tais como a França, começa a entrar em declínio. A descoberta de grandes reservas de ouro na Califórnia e na Austrália, associada ao ato do Banco da Inglaterra já em 1816 (*Coinage Act*), adotando o referido metal como referência para as transações financeiras, são, conjuntamente, o marco inicial da expansão do padrão-ouro e da conversibilidade de moedas nas praças européias (comandadas por Londres e Paris) e, *a posteriori*, sobre grande parte das economias ocidentais⁶⁵.

A respeito da formação do padrão, e da defesa permanente da conversão plena de moedas, afirma Barry Eichengreen:

A pedra fundamental do padrão-ouro no período anterior à guerra foi a prioridade atribuída pelos governos à manutenção da conversibilidade. No países situados no centro do sistema – Grã-Bretanha, França e Alemanha – não havia dúvida de que as autoridades fariam, em última instância, o que fosse necessário para defender a reserva de ouro de seus bancos centrais e manter a conversibilidade da moeda (...) outras considerações poderiam, no máximo, influenciar a escolha do momento em que as autoridades deveriam agir⁶⁶.

Com a descoberta das tais novas jazidas de ouro, preço relativo deste metal sofreu uma redução, por conta de sua relativa abundância, ‘inundando’ as praças européias de ouro e forçando uma articulação entre as mesmas, já na década de 1870, consolidando o modelo do Padrão-Ouro até o início da Primeira Guerra Mundial. Já neste período observa-se a influência da Grã-Bretanha sobre o sistema financeiro, consolidando-se como importadora e exportadora de capitais.

É importante ter em conta que o sistema não era imune a falhas: no século XIX observaram-se vários períodos de crise, em especial sobre as praças européias⁶⁷; fatores como o recrudescimento da inflação e déficits comerciais levavam, eventualmente, as diferentes

⁶⁴ Ao longo dos séculos, o ouro e a prata foram utilizados como determinadores comuns das trocas e da mensuração do valor do dinheiro; em que pese o fato do ouro ser negociado em valores bastante superiores aos da prata (eventualmente, no caso brasileiro após 1846, na razão de 15,625 moedas de prata para cada uma de ouro em circulação corrente).

⁶⁵ Deve-se ter em conta, ainda, que o período entre 1848 e 1871 é permeado por uma série de revoluções armadas na Europa, o que obriga algumas economias, por vezes, a utilizar mais intensamente o papel-moeda a fim de sustentar o *warfare* relacionado a estas convulsões sociais – papel que, obviamente, era sujeito à depreciação (HAWTREY (1947), pp.70-78).

⁶⁶ EICHENGREEN (2000), p.57.

⁶⁷ Dornbrusch e Frenkel citam oito grandes crises: 1825, 1836-39, 1847, 1857, 1866, 1873, 1882 e 1890 (DORNBRUSCH & FRENKEL, *in* BORDO & SCHWARTZ (1982), p.234.)

economias a um processo de crise, na defesa desesperada da paridade entre o ouro e suas respectivas moedas locais.

As necessidades e premissas que orientam a adoção de um padrão de trocas lastreado sobre o ouro por parte de diversos países no século XIX, em boa parte, estão ligadas a 3 questões principais, quais sejam:

1) A demanda por uma conversibilidade das moedas nacionais em ouro. Enquanto equivalente universal para trocas, o ouro será o meio pelo qual as moedas nacionais, de curso forçado e circulação limitada, serão utilizadas para mensurar um poder de compra e viabilizar o comércio.

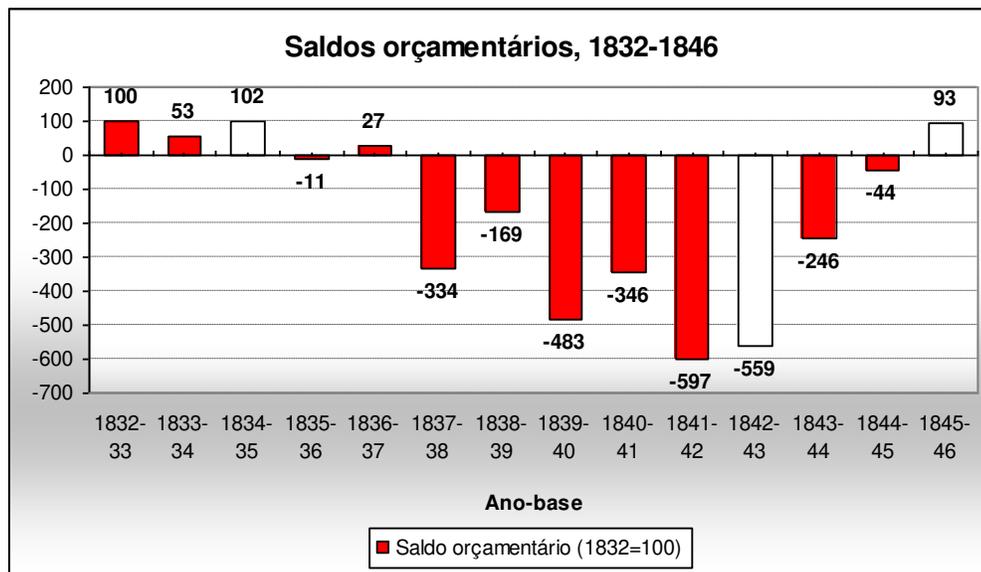
2) A liberdade para um fluxo internacional de ouro, a fim de equilibrar o balanço de pagamentos, com superávits/déficits na conta de capitais entre países. As transferências internacionais do metal, ao menos no plano teórico, seriam a forma de corrigir eventuais desequilíbrios.

3) A formulação de um arcabouço de regras que pudessem orientar, novamente em teoria, a quantidade de moeda em circulação em uma economia nacional, em relação ao estoque de ouro neste país⁶⁸. Considerando que o século XIX é permeado por grandes ondas de empréstimos internacionais, nos quais as casas bancárias inglesas registram grande participação⁶⁹, torna-se necessário o uso de instrumentos que permitam aos credores exercer uma vigilância sobre os tomadores de empréstimo, e tomar as devidas precauções em caso de risco de solvência.

O ingresso da economia brasileira ao regime do padrão-ouro, ocorrido em 1846, deve ser entendido no contexto de uma debilidade orgânica da economia nacional, que impunha ao Tesouro nacional uma reforma econômica que visasse fortalecer os seus estoques em moeda metálica. É importante pensar, ainda, que o padrão surge exatamente no contexto de um gabinete de membros do Partido Liberal. O Gráfico 01, abaixo, ilustra este fato a partir da dimensão dos saldos orçamentários no período anterior ao do padrão-ouro:

⁶⁸ As variações no nível de reservas se davam a partir da formação de certificados de depósitos bancários denominados nas principais moedas do sistema; transferências reais, com embarque de moeda metálica, se davam, via de regra, em momentos de crise generalizada.

⁶⁹ PETTIS (2001). A partir dos dados dispostos em Ónody (1960), verificamos que os empréstimos estrangeiros contraídos pelo Império do Brasil, que fazem parte do principal recorte temporal deste trabalho, se deram nos anos de 1852, 1858, 1859 e 1860.

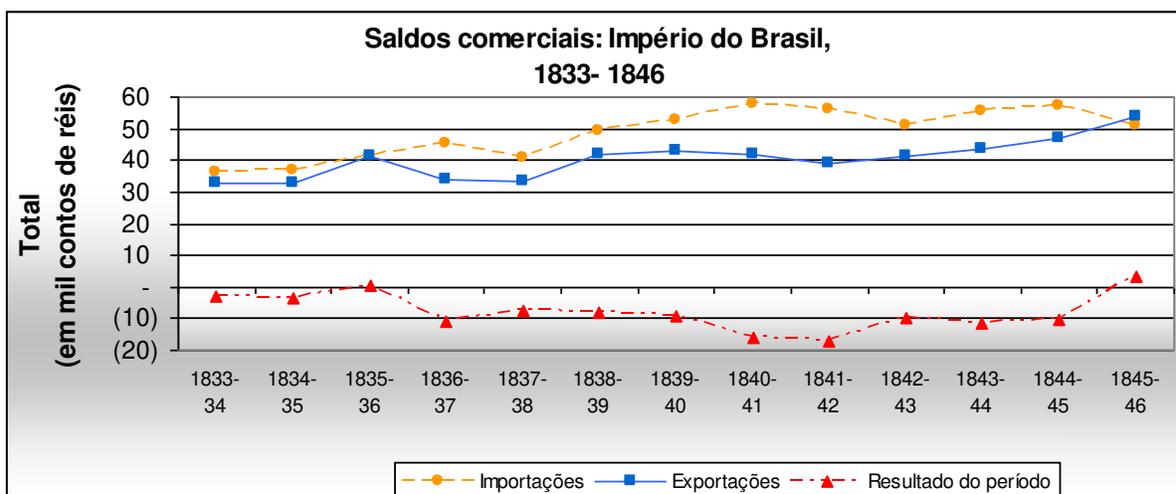


Fonte: ÓNODY (1959), p.197.

Tal debilidade pode ser observada, portanto a partir da década de 1830. Ainda que o café já começasse a render dividendos à economia, ainda não se havia evidenciado surtos de exportação do produto que pudessem acelerar o crescimento nacional⁷⁰. A progressiva diminuição do ingresso de metais preciosos no ‘sistema econômico’ através da mineração em jazidas, e a forte concorrência internacional em gêneros primários, como a cana-de-açúcar⁷¹, contribuem para uma estagnação das exportações que, junto com o aumento das importações de produtos, gera evasão de capitais em moeda metálica. O Gráfico 02 ilustra a tendência:

⁷⁰ Este movimento seria visível a partir da década de 1850, notoriamente.

⁷¹ A este respeito, afirma Raymundo Faoro: “O açúcar de beterraba, introduzido no mercado mundial durante as guerras napoleônicas, precipita o Nordeste na crise de onde não mais sairia, senão para transitórias melhorias”. FAORO (1975), p.325.



Fonte: CALÓGERAS (1960), p.63.

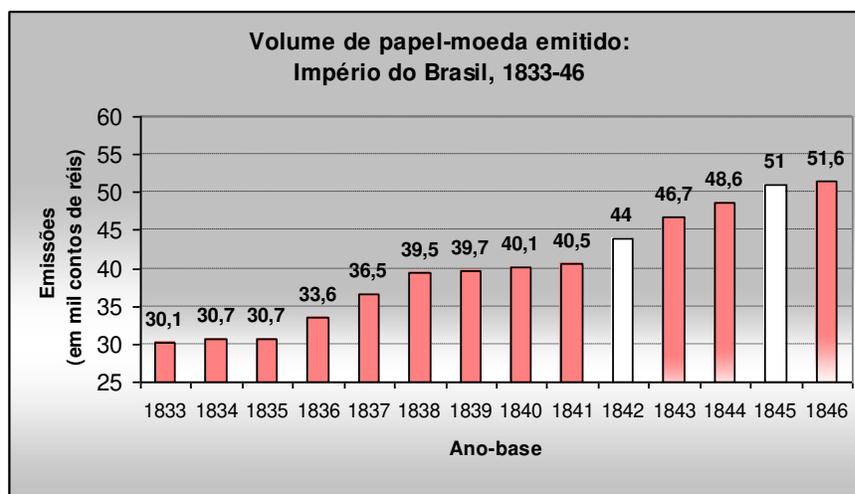
Já durante a década de 1830, o governo imperial procedia, em intervalos incertos, a processos de retirada de moeda da circulação nacional, com o intuito de manter a taxa de câmbio no patamar estabelecido desde 1833. Mais que isso, porém, tal processo de renovação dos haveres de moeda em poder do público se dava também em função do crescente contrabando de moedas falsificadas, principalmente as de cobre, conhecidas pela alcunha de *xenxém*.⁷²

Este fato contribuía sensivelmente para a deterioração do meio circulante, principalmente nas províncias do Norte, onde a escassez de vias de comunicação com a Corte estimulava o surgimento de oficinas de cunhagem de moedas falsas.⁷³ Não obstante este processo de mudança sobre o meio circulante interno, a oferta de papel-moeda⁷⁴ aumentou gradativamente durante o período; a taxa de crescimento do volume emitido girava em torno de 4,2% ao ano. Estes dados estão elencados no Gráfico 03:

⁷² GREMAUD (1997), pp.83-4.

⁷³ MONT’ALEGRE (1972), p.89. O autor faz referência, inclusive, à origem externa dos principais falsificadores, que eram, em grande parte, norte-americanos. A imprensa de Nova York denunciava o fato em 1835: “*NOTÍCIA IMPORTANTE PARA O COMÉRCIO DO BRASIL – É bem sabido que uma grande quantidade de moeda contrafeita e falsificada é manufaturada nesta cidade e subúrbios, a qual é mandada para os diferentes Estados da América do Sul, e ali passa como genuína por via dos que nelas traficam fraudulentamente*”.

⁷⁴ Neste momento, faz-se mister realizar uma pequena pausa com fins ilustrativos: quando utilizamos o termo ‘papel-moeda’, estamos fazendo referência à moeda na forma de dinheiro/certificados de depósito cujo lastro era inferior a 100%, ou seja, à moeda criada através dos mecanismos de emissão dos bancos e do chamado multiplicador bancário, sobretudo para sanar a escassez de moeda puramente metálica. Trata-se de um termo com significado diferente de ‘moeda-papel’, que configura certificados de depósito emitidos pelos bancos e outras casas de custódia com lastro de 100%, ou seja, com resgate total, e garantia plena de conversibilidade de ouro, não havendo assim a criação de moeda fiduciária; tal sistema seria aquele mais compatível com os preceitos de plena conversibilidade apregoados pelo modelo do padrão-ouro. Para maiores detalhes a respeito, ver FERNANDES (2001), pp.80-81.



Fonte: IBGE (1987),p.481.

Em 1846, a fim de estancar a saída de capitais e fornecer maior estabilidade à moeda nacional, é sancionada a Lei nº. 401, em 11 de Setembro. Ela fixa a razão de paridade a 27 *pence*, em ouro, a cada mil-réis. Da mesma forma, o artigo segundo da Lei determinava que o Governo Imperial estava autorizado a recolher papel-moeda na quantidade que julgasse necessária, com o intuito de manter a valorização da moeda nacional. A razão entre a prata e o ouro ficou estabelecida, a partir de 1847, no valor de 15,625⁷⁵.

Tais medidas colaborariam no sentido de tornar uniforme o sistema monetário nacional (dando menos ênfase à prata e aos outros metais na cunhagem e circulação de moedas). Poder-se-ia assim, na abordagem de Hugon, gerar bases para a retomada do desenvolvimento na segunda metade do século XIX, notoriamente sob a égide da ‘economia do café’⁷⁶.

A partir do referencial teórico-analítico proposto acima, é possível ter em conta que o sistema do Padrão-Ouro experimenta grande expansão ao longo do século XIX por conta de uma necessidade de estabilização monetária nas economias ocidentais, favorecendo o incremento do comércio internacional. A defesa da paridade, porém, poderá ser vista a partir de diferentes ângulos, conquanto verificamos que há um interesse nítido dos credores internacionais, alocados no eixo da grande onda de empréstimos da década de 1840, em especial, em manter a solvência das economias que haviam contraído empréstimos durante o boom de capitais.

⁷⁵ Em ato sancionado em 1849, o governo brasileiro restringiu o lançamento adicional de moedas de prata na economia, ao proibir as operações governamentais com o referido metal com valores superiores a vinte mil-réis (VIANA, p.308).

⁷⁶ HUGON (1978), p.145

Por outro lado, o sistema de padrão-ouro tem sua relevância no sentido de gerar uma *solidariedade mecânica* entre as diversas economias⁷⁷. À medida que um país elevasse suas taxas de desconto para estancar a fuga de capitais, ter-se-ia como presumida uma reação semelhante por parte de outros bancos centrais, que elevariam suas taxas, reequilibrando o sistema.

A política econômica destes países, ainda que seja um tanto quanto ousado afirmar que tenha sido ‘harmoniosa’, visava não só defender a paridade de suas moedas, bem como evitar desequilíbrios no balanço de pagamentos que conduzissem ao endividamento excessivo frente ao nível de produto interno.

O Padrão poderá ser entendido, ainda, enquanto um instrumento de compromisso entre as diversas economias: ainda que aquelas que se encontrassem em situação dita ‘periférica’ fossem obrigadas, de forma rotineira, a reverem ou suspenderem suas metas de paridade-ouro, o sistema foi mantido em alguns países-chave, notoriamente a Inglaterra, por quase um século⁷⁸.

Nestas economias ‘centrais’, a simplicidade teórica que envolvia o sistema faz com que ele seja bastante aceito como instrumento ‘estabilizador’ de contratos, conferindo segurança às transações diversas. Bordo e Kidland oferecem uma visão sintética sobre o período:

The gold standard was also successful as an international rule: by pegging their currencies to gold, countries became part of a fixed exchange rate system. The international aspect of the gold standard may have reinforced the domestic commitment mechanism because of the perceived advantages of more favorable access to international capital markets, by the operation of the ‘rules of the game’, and by importance of England as a hegemonic power⁷⁹.

3. *Premissas e encaminhamentos*

Ao longo deste capítulo, buscamos enfatizar alguns aspectos relacionados à estruturação do sistema político brasileiro ao longo do Segundo Reinado, bem como ao desenvolvimento da dinâmica da circulação interna e das trocas comerciais no mesmo período.

A análise da estrutura partidária do Império tornou possível observar a visível complexidade em relação às bandeiras de luta dos partidos. Analisados individualmente, foi

⁷⁷ EICHENGREEN (2002), p.60.

⁷⁸ BORDO & KIDLAND, in BAYOUMI, EICHENGREEN & TAYLOR (1996), p.86.

⁷⁹ Em tradução livre: ‘O padrão-ouro também foi bem-sucedido como uma lei internacional: ao fixarem o valor de suas moedas em função do ouro, os países se tornaram parte de um sistema de taxas fixas de câmbio. O aspecto internacional do padrão-ouro pode ter reforçado o mecanismo doméstico de compromisso em função das perceptíveis vantagens de um acesso mais favorável aos mercados de capitais, pela operação das ‘regras do jogo’, e pela importância da Inglaterra enquanto potência hegemônica’. In BORDO & KIDLAND, in BAYOUMI, EICHENGREEN & TAYLOR (1996), p.86.

possível perceber que, na gênese da formação destes movimentos partidários, sua preocupação residia na forma a qual seria construída, por assim dizer, a nação recém-independente. Os pontos principais destas diferenças estão sintetizados, em citação cuja importância é capital, por Oliveira Lima:

“Os liberaes admittiam o direito de resistência toda vez que o governo commettesse arbitrariedades e offendesse as leis e a Constituição do Império; os conservadores repudiavam como ilegal qualquer revolução, visto que era livre toda propaganda doutrinaria e que a imprensa, as urnas e os tribunaes offereciam meios sufficientes de reparar os abusos das autoridades (...). Os liberaes permaneciam addictos ao principio de descentralização administrativa, reduzindo ao mínimo a polícia (...); e os conservadores julgavam a centralização política indispensável à integridade do Império”⁸⁰.

Mesmo considerando direcionamentos opostos no que alude à condução do país – descentralização no modelo liberal, centralização progressiva no projeto conservador – estes movimentos eram capazes de articular-se conjuntamente em situações de interesse nacional, tais como no movimento da Maioridade de D. Pedro II, conforme foi possível verificar nas seções anteriores.

Mais que isto, verifica-se também que a partir de 1838 o Partido Conservador desfrutará de maior evidência na dimensão política interna: a emergência de grandes revoltas ao final do Período Regencial, tais como a guerra dos Farrapos (1835-1845), a Cabanagem (1838) e a Sabinada (1837) imporiam, ao que se verificava na época, o risco iminente da desagregação da nação⁸¹; situação que impunha ao campo econômico, inclusive, dificuldades de formação de expectativas, além de prejuízos ao desenvolvimento econômico, com a desorganização da produção agrícola e do comércio nas regiões conflagradas, além da deterioração do câmbio, engendrando fuga de capitais⁸².

A reação centralizadora do movimento conservador se segue, neste sentido, como uma resposta à aparente ‘anarquia’ instaurada por sobre a nação, e que teria sido em grande medida desencadeada pelos liberais, em especial após obterem êxito na aprovação da reforma constitucional que engendrou o Ato Adicional de 1834. Afirma, neste sentido, Ilmar de Mattos:

Para os Saquaremas [*i.e.*, os membros do Partido Conservador] a manutenção de uma Ordem e a difusão de uma civilização apareciam como objetivos fundamentais; eram também os meios pelos quais empreendiam a construção de um

⁸⁰ LIMA (1937), p.43.

⁸¹ FERREIRA (1999), pp.30-31.

⁸² PRADO (1947), pp.135-148; MONT’ALEGRE (1972), p.97

Estado e a constituição de uma classe. Por sua vez, e de modo necessariamente complementar, a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial, enquanto processos intimamente relacionados, tornavam-se não apenas os resultados de uma intenção traduzida em ação, mas também os requisitos que asseguravam a Ordem e difundiam a Civilização⁸³.

Nesta linha, a aparente ‘incapacidade’ dos liberais de operarem em um ambiente de grandes turbulências nos cenários político e militar – uma das razões que levará o padre Feijó a renunciar à Regência em 1837 – abrirá espaço para a hegemonia do Partido Conservador, que liderará o Conselho de Ministros de 1848 a 1862. E mesmo antes, considerando-se que os gabinetes liberais entre 1844 e 1848, conforme aborda Francisco Iglesias, eram pontuados, em última análise, por um processo de ingovernabilidade.

Tal ingovernabilidade era desencadeada tanto pela oposição maciça dos conservadores na Câmara, quanto pela própria dificuldade de articulação dos liberais no que diz respeito à formação de um bloco coeso, tal como no início da década anterior. E, ainda, pela deslegitimação dos gabinetes pelos presidentes de província, importantes cabeças-de-chave na articulação entre o Governo e as bases regionais, que não mais seguiam as orientações dos sucessivos ministérios. Afirmará sobre isto o mesmo autor:

Era evidente que o Imperador precisava apelar para os conservadores, uma vez que não poderia mais compor-se com a situação dominante, pela diversidade de vistas e choques dentro dela.⁸⁴

Ao longo de toda a história do Império, será nítida a ‘hegemonia’ dos membros do Partido Conservador, cabendo a estes a maioria dos Gabinetes. Entre seus feitos no campo político, pode-se citar a reforma do Código de Processo Penal, e mesmo a Abolição da Escravatura, a partir da restrição ao tráfico, sob a gestão de Eusébio de Queirós; bem como a Lei do Ventre Livre, de 1871 e a Lei dos Sexagenários – preparada pelos liberais, porém promulgada por um gabinete conservador – e finalmente a Lei Áurea, promulgada sob o gabinete do conservador João Alfredo.

Esta análise, porém, não exime o fato de que os partidos não eram isentos de diferenças de postura ideológica entre seus quadros: Dentro de cada grupo, observam-se profundas dissensões. No caso do Partido Conservador, esta diferenciação se tornará mais clara

⁸³ MATTOS (1987), p.281.

⁸⁴ IGLESIAS, *in* HOLLANDA (1982), p.11.

mais adiante, precisamente em 1871, momento onde a chamada Lei do Ventre Livre foi profundamente contestada, e tida como contrária aos interesses provinciais (sendo o visconde do Rio Branco, autor do projeto e chefe do gabinete então no poder, acusado por seus pares de ‘rachar’ o partido).

Da mesma forma, o Partido Liberal também possuía movimentos internos de contestação, principalmente no que alude à questão do aprofundamento das reformas de cunho social, defendidas basicamente pelas castas dos profissionais liberais e jornalistas, ao mesmo tempo em que proprietários de terra ligados ao movimento, em Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul de modo geral, reagem desfavoravelmente contra tais demandas.

Este processo, para os liberais, ficará claro, por exemplo, na década de 1860, onde as tensões internas já se colocavam presentes a partir da insatisfação de parcela significativa de membros do partido com o processo de ‘acomodação política’, acomodação esta incitada pelo movimento da Conciliação, insatisfação esta que levou à formação da Liga Progressista no ano de 1862.

E no ocaso do Império, inclusive, em ocasiões como a aprovação da chamada Lei dos Sexagenários, em 1885; neste momento, a oposição ao gabinete Dantas, de natureza liberal, e à promulgação deste projeto, foi liderada em grande medida pelos próprios liberais mineiros e paulistas; será, na Câmara, o apoio dos conservadores que garantirá a aprovação da referida Lei)⁸⁵.

No que diz respeito à economia brasileira no início do Segundo Reinado, pôde-se verificar que ela apresenta um certo ‘pioneirismo’ ao abraçar o sistema do Padrão-Ouro já em 1846, quando grande parte das economias centrais ainda não o tinha feito, ou, ao menos, ainda não o tinha feito *de jure*.

O sistema do Padrão-Ouro tem sua relevância, nesta linha de análise, não só no sentido de engendrar uma necessidade de estabilização monetária nas economias ocidentais, favorecendo o incremento do comércio internacional, ou pela necessidade da evidenciação de um interesse nítido dos credores internacionais em manter a solvência das economias que haviam contraído empréstimos durante o *boom* de capitais da década de 1840.

Durante o processo de coordenação, porém, a política econômica destes países, ainda que seja um tanto quanto ousado afirmar que tenha sido ‘harmoniosa’, visava não só

⁸⁵ CARVALHO (1996), pp.203-4.

defender a paridade de suas moedas, bem como evitar desequilíbrios no balanço de pagamentos que conduzissem ao endividamento excessivo frente ao volume do produto interno.

Ao analisar a inserção brasileira neste processo de coordenação, pode-se depreender que a iniciativa governamental de rever a política monetária em curso desde o início do século – política esta que recorria, sucessivamente à emissão de moeda para financiar o déficit orçamentário decorrente do processo de emancipação política e, sobretudo, das revoltas regionais, que ameaçavam a sustentação do território como nação única e soberana – engendrou um processo de valorização progressiva da taxa de câmbio e diminuição dos níveis de inflação, a fim de que fosse possível estabilizar a moeda, o mil-réis, à paridade-ouro estipulada em 1846.

Contudo, é importante manter no horizonte a idéia de que a economia brasileira operava com uma pauta exportadora formada, em grande medida, por gêneros agrícolas. Esta pauta contribuía, efetivamente, para tornar a economia, em grande medida, vulnerável a ciclos de preços, a despeito do processo de coordenação e, pode-se ainda dizer, de centralização das finanças nacionais, concentrando o processo decisório sobre as autoridades monetárias, trazido pelas regras do padrão-ouro. A este respeito, afirma Barry Eichengreen:

Os países produtores de commodities estavam sujeitos a abalos excepcionalmente fortes nos preços de seus produtos no mercado. Muitos haviam se especializado na produção e exportação de uma pequena diversidade de produtos primários, o que os deixava expostos a flutuações voláteis de seus termos de troca. Os países na periferia também sofriam os efeitos desestabilizadores de mudanças nos fluxos de capital internacionais. No caso da Grã-Bretanha e, em menor medida, no de outros credores europeus, um aumento dos empréstimos externos poderia provocar um desequilíbrio na balança do comércio de mercadorias.⁸⁶

Esta política, ainda, não exclui o fato que, em determinados momentos no futuro, as autoridades monetárias brasileiras tenham autorizado os bancos a diminuir sua razão de encaixes compulsórios para até 25%, condicionando assim um movimento de emissão de moeda desprovida de lastro em ouro⁸⁷, para fazer frente à demanda por moeda em situações críticas.

Uma outra faceta deste período no campo monetário reside, por fim, na criação de um sistema bancário notoriamente privado já ao longo da década de 1840; no início da expansão do cultivo do café, tem-se que estes bancos oferecerão crédito direto (ameaçando a filosofia dos

⁸⁶ EICHENGREEN (2000), p.68.

⁸⁷ Tal situação não era um padrão observado apenas nas economias periféricas; vários autores abordam que o sistema do padrão-ouro teve sucesso uma vez que a Inglaterra, considerada a potência hegemônica da época, conseguia passar aos investidores internacionais uma imagem de ‘garantidora’ do lastro de sua moeda e dos estoques de ouro, ainda que não dispusesse destes estoques em número diretamente proporcional, ou em última análise, na razão 1:1, ao volume de moeda então em circulação.

‘metalistas’), utilizando-se mesmo de recursos de emissão, até o estabelecimento do Segundo Banco do Brasil em 1853.

Colocado, portanto, o ‘pano de fundo’ a respeito do desenvolvimento do modelo nacional nos campos político e econômico, será possível realizar uma reflexão mais sistemática a respeito da atuação dos sucessivos gabinetes conservadores ao longo da década de 1850, o que consistirá na discussão proposta pela próxima seção deste trabalho.

CAPÍTULO II

AFIRMAÇÃO CONSERVADORA E POLÍTICA ECONÔMICA: OS GABINETES DA CONCILIAÇÃO – PRIMEIRA FASE, 1853-1858

Não era fácil a tarefa dos Presidentes de Conselho, por assim dizer, imprensados entre o Imperador, que executava a sua “Suprema Inspeção” com rigor e sem descanso, e a oposição no parlamento e fora dele.

Era um homem literalmente entre dois fogos.
TORRES (1968)

Nesta parte da pesquisa, pretendemos estudar em detalhe a gestão dos negócios do Império do Brasil, através dos sucessivos Gabinetes do Conselho de Ministros, compreendidos entre 1853 e 1858, *pari passu* à análise da atuação dos responsáveis pelo Ministério da Fazenda no mesmo período.

A clivagem temporal estabelecida para a presente discussão se deve a dois fatores principais, quais sejam: Primeiramente, trata-se de um momento histórico no qual percebe-se uma hegemonia do Partido Conservador na liderança dos Gabinetes do Império, possibilitando verificar com maior acurácia o direcionamento do Partido em questões de política econômica.

Da mesma forma, o ‘pânico financeiro’ evidenciado nas praças européias e americanas, em 1857, implicou em uma séria desorganização das finanças imperiais, dada a necessidade de elevação dos limites para a emissão de moeda a fim de saciar a demanda dos agentes pelo meio circulante, frente ao risco de múltiplas falências bancárias, tal como realmente se verificou. A partir de 1858-59, porém, a rígida condução da política monetária, impondo restrições progressivas à emissão, marcará um ponto de inflexão da política econômica do Segundo Reinado.

Divide-se a pesquisa, portanto (à guisa de retomada da justificativa proposta em sua introdução), em dois momentos; neste capítulo, enfatizaremos a ação governamental entre 1853 e 1858, onde a política conciliatória foi mais nítida. Por sua vez, as reflexões a respeito do período compreendido entre 1859 e 1862, onde será possível evidenciar a derrocada progressiva do movimento de acomodação de interesses que caracterizava os Gabinetes da Conciliação, com a iminência de correntes ‘alternativas’ de pensamento e ação políticas que culminaram no lançamento da Liga (ou Partido) Progressista, serão realizadas no próximo capítulo. Mas é

necessário levar sempre em consideração, porém, o fato de que em ambos os períodos, o Partido Conservador manteve-se sempre à frente do Conselho de Ministros.

Para a fixação do referencial metodológico, o capítulo se divide em três partes. No primeiro momento, procuraremos fornecer uma compreensão maior a respeito da instituição do Conselho de Ministros, bem como a sua importância para a condução dos negócios do Império.

No segundo tópico, passaremos à análise sistemática dos distintos Gabinetes que compõem o escopo temporal do capítulo, em número de três (Gabinetes Paraná, primeiro Caxias e segundo Olinda) e suas ações no campo da política econômica, fornecendo um quadro mais claro a respeito da condução dos negócios do Império do Brasil em meados da década de 1850, ou ao menos até o advento da Crise de 1857 e seu respectivo enfrentamento nos meses subsequentes. Usaremos, neste tópico, fontes primárias, tais como as *Coleções de Leis* e as *Coleções de Decisões do Governo do Império do Brasil*, nos âmbitos dos poderes Legislativo e Executivo, respectivamente. Seguir-se-ão algumas considerações finais, para o fechamento do capítulo.

Como forma de localização histórica, é importante observar que as ‘dissensões’ marcadas por Francisco Iglesias, frisadas anteriormente, frustraram a permanência no Partido Liberal no ‘condomínio do poder’ a partir de 1848. A revolução ‘Praieira’ em Pernambuco e as tensões dentro do próprio partido engendraram, no território da Corte, movimentos populares de desobediência civil – os já conhecidos ‘mata-galego’ dos tempos da Regência – culminando na queda do Gabinete Paula Sousa, e convocação de membros do Partido Conservador para o controle do Gabinete, a partir do Marquês de Olinda.

Cinco anos depois, porém, o controle dos conservadores era pleno, de tal modo que foi possível a instauração de um movimento, no cenário político imperial, de acomodação política, visando um consenso entre os partidos favorável à implementação de projetos de interesse geral – os Gabinetes do *Movimento de Conciliação*⁸⁸.

Nesta linha, a despeito de alguns setores conservadores mais radicais, que defendiam a extinção do Partido Liberal, a divisão dentro dos conservadores, as questões

⁸⁸ Vale citar, neste momento, uma diferença metodológica que se observou entre os diversos autores analisados para a consecução desta pesquisa. Foi possível perceber que não há uma concordância, um consenso, a respeito do número – e, em decorrência, da duração cronológica – dos chamados Gabinetes da Conciliação. A título de exemplo, João Camilo Torres (1968) afirma a existência de apenas um grupo de conciliação, que, supõe-se, ser o Gabinete liderado pelo Marquês do Paraná. Francisco Iglesias (1995), por sua vez, enfatiza que o movimento da conciliação prolongou-se por seis anos, período que corresponde aos Gabinetes Paraná, primeiro Caxias e segundo Olinda, datação esta que nos pareceu mais adequada. Falaremos mais a respeito destas observações no fechamento do capítulo.

políticas platinas – que levaram a conflitos armados na década de 1850 – bem como o surto de investimentos e prosperidade econômica, que marcaram sobremaneira o início da referida década, abriram espaço para o início da política conciliatória.

1. A ‘cabeça-de-chave’: O Conselho de Ministros e o Poder Executivo

Neste tópico, pretende-se enfatizar o papel do Conselho de Ministros dentro da estrutura de poder do Segundo Reinado. Mais que isso, trata-se de verificar a dinâmica do Poder Executivo, e o alcance de suas ações frente à instituição do Poder Moderador, de natureza potencialmente discricionária, não fosse o bom senso e a grande capacidade de articulação de forças políticas por parte de D. Pedro II.

Qualificações estas, porém, que não isentam o imperador do fato de, em diversos momentos, fazer uso do Poder Moderador para ‘dissolver’ o Parlamento, convocando novas eleições, ou demitindo juntas governativas dos diversos ministros do Império, tal como em 1848, frente à consensual ‘incapacidade governativa’ do Partido Liberal, situação que redundou no fracasso e na duração bastante efêmera dos Gabinetes liderados pelo Visconde de Macaé (8 de março a 31 de maio de 1848) e por Paula Sousa (31 de maio a 29 de setembro de 1848).

Contudo, antes de encetar a discussão a respeito da estruturação do Poder Executivo, faz-se mister realizar uma breve ressalva: Há que ressaltar, a fim de dirimir imprecisões futuras, que há uma severa diferença, no Segundo Reinado, entre os conceitos de *Conselho de Estado* e *Conselho de Ministros*.

O Conselho de Estado, em linhas gerais, poderá ser entendido como o grupo de indivíduos mais próximo ao Imperador no que dirá respeito à condução dos negócios do Estado, porém, primordialmente, nos assuntos relacionados à necessidade do exercício do Poder Moderador⁸⁹.

Tratado por Oliveira Torres como ‘o cérebro da Monarquia’⁹⁰, tal instituição foi criada em 1823, com o fito de reunir quadros para a devida consecução da Constituição. Quando a mesma foi outorgada em 1824, determinou-se a manutenção do Conselho, com dez membros escolhidos pelo Imperador e empossados em caráter vitalício, salvo disposição em contrário do

⁸⁹ GRAHAM (1997), cap.2; idem (1985), pp.773-74.

⁹⁰ TORRES (1964), p.161.

próprio monarca. Com a renúncia de D. Pedro I, porém, o Conselho encerrou suas atividades, sendo extinto através do Ato Adicional de 1834, conforme anteriormente fizemos alusão.

Após a maioridade de D. Pedro II – e com o aumento da influência do Partido Conservador frente à política vigente do *Regresso* – o Conselho foi reestabelecido em 1841, visando fornecer subsídios para a ação política do jovem Imperador, empossado com cerca de quinze anos de idade, e assim prolongou-se até o advento da República, em 1889.

Compunha-se ele de doze membros ordinários, e doze suplentes, além dos membros da Família Imperial, nomeados pessoalmente pelo monarca. Entre as atribuições do Conselho, ou seja, os assuntos nos quais era facultada ao Imperador reinante a possibilidade de sua convocação, destacam-se:

- Declaração de guerra, ajustes de paz e negociações com as nações estrangeiras;
- Conflitos de jurisdição entre as autoridades administrativas, e entre estas e as judiciárias;
- Abusos das autoridades eclesiásticas;
- Decretos, regulamentos e instruções para a boa execução das leis, e sobre propostas que o Poder Executivo tenha de apresentar à Assembléia Geral⁹¹.

José Honório Rodrigues, ao enfatizar as noções do Poder Moderador e do Conselho de Estado tais como o ‘quarto e quinto poderes’, sintetiza:

O Conselho de Estado foi um guardião das tradições do regime, um órgão de estatização da monarquia representativa constitucional, disfarce com que se apresentava a ditadura do Poder Moderador (...). Foi criado para ser um anteparo do Imperador, que o defendesse das acusações de abusos e aberrações do poder. Mas os liberais perceberam desde o começo a finalidade e as conseqüências desta instituição e combateram a sua criação. (...) Sentiram que a tirania, o poder irresponsável, os abusos, a oligarquia, as odiosidades, a força, tudo estaria garantido com o Conselho de Estado, evitando qualquer brecha na Monarquia. (...) O grande receio dos liberais foi o de que o Partido Conservador amarrasse o monarca ao seu carro de triunfo, mas na verdade, uns e outros, conservadores e liberais, eram todos passageiros do mesmo carro⁹².

⁹¹ GRINBERG, in VAINFAS (2002), PP.165-66.

⁹² RODRIGUES (1978), pp.279-81.

O Conselho de Ministros, por sua vez, representa a função executiva/administrativa, de aplicação da Lei nos seus casos mais concretos e cotidianos⁹³; trata-se de um poder ativo que o chefe de Estado, no caso brasileiro o Imperador, exercia com a chancela de ministros responsáveis perante a opinião pública, em que pese sua autonomia de julgamento, com base no pressuposto do Poder Moderador.

O mesmo Poder Moderador, neste sentido, detinha o controle das operações do Estado quando conveniente; contudo, no caso brasileiro o mesmo atuava em uníssono com o Conselho de Ministros, sob a liderança do Presidente de Conselho.

Figura fundamental para a compreensão da dinâmica deste trabalho, o cargo do Presidente do Conselho foi criado em 1847, através do Decreto nº. 523, sendo Manuel Alves Branco (o mesmo que havia implementado, anos antes, a elevação da tarifa de importação sobre diversos produtos com similar nacional, para os montantes de 30, 45 e 60%, dependendo do produto⁹⁴), também denominado Visconde de Caravelas, o primeiro a ocupar este posto de liderança.⁹⁵

Não se trata, de forma alguma, de um cargo de somenos importância, uma vez que o Presidente, nomeado pelo Imperador, via de regra era o responsável por arregimentar e nomear os indivíduos doravante responsáveis pelas diferentes pastas que formavam à época o arranjo governamental. Afirma o próprio Imperador, em seus *Conselhos à Regente*, a respeito da condução da política nacional no regime de cooperação aparente entre os Poderes:

“[As relações com o ministério] devem fundar-se, na mais perfeita confiança. Todos os negócios, que sejam importantes, por influírem diretamente na política, e na marcha da administração, não devem ser resolvidos, sem serem primeiro examinados, em conferência dos ministros, e depois em despacho do Imperador.”⁹⁶

⁹³ É importante frisar que a composição dos ministérios variou ao longo do Império. São pastas comuns a todo o período as dos Negócios do Império (responsável pela condução das disposições gerais da nação, como educação e instrução pública, saúde, segurança interna, entre outras), da Fazenda, da Marinha, da Guerra, da Justiça, e das Relações Exteriores. A partir de 1861, instalou-se a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

⁹⁴ A ‘Tarifa Alves Branco’, conforme ficaria conhecida, tinha por objetivo ‘estimular a criação de indústrias nacionais; obrigar a Inglaterra a modificar sua elevação tarifária sobre o açúcar; criar novos mercados de trabalho; e aumentar a receita do país’. A partir dela, e com o encarecimento de diversos produtos inclusos na pauta de importação, o ambiente macroeconômico ficou relativamente mais favorável para a alocação de inversões em plantas produtivas; neste ínterim, destacar-se-á o Visconde de Mauá, como incentivador das atividades da manufatura, em seu tempo. LIMA (1978), p.101, e GRAHAM (1985), p.767.

⁹⁵ Na íntegra do decreto de criação do Conselho, temos: “Tomando em consideração a conveniência de dar ao Ministério uma organização mais adaptada às condições do sistema representativo; hei por bem criar um Presidente do Conselho dos Ministros; cumprindo ao dito Conselho organizar o seu regulamento, que será submetido à minha imperial aprovação. Francisco de Paula Sousa e Melo, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, o tenha assim entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1847, 26º da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador. assinado: Francisco de Paula Sousa e Melo.”

⁹⁶ Citado em TORRES (1968), p.195.

E continua o monarca, dirigindo-se à sua filha D. Isabel, enfatizando as vantagens da intermediação das relações dentro do Poder Executivo com a instituição da Presidência do Conselho:

“O Presidente do Conselho de Ministros (...) achar-se-á necessariamente em maiores relações com o Imperador, sobretudo quanto à política geral, do que os outros Ministros que, todavia, mas sempre de acordo com seus colegas, poderão entender-se separadamente com o Imperador. Os repetidos despachos dos Ministros com o Imperador têm inconvenientes; mas também não é avisado tratar certos negócios por meio de cartas. Enfim, oito homens não podem manter a indispensável harmonia entre si, a respeito de negócios tão sérios e diversos, sem a maior prudência e atilamento.”⁹⁷

Observa-se, portanto, a necessidade da distinção. O Conselho de Estado preconizava um ‘alto colégio’, cujos membros eram consultados, sempre que necessário, em assuntos de maior relevância ao Estado Nacional. Por outro lado, o Conselho de Ministros zelava pela manutenção do *continuum* público, de assuntos ligados à manutenção do Império e de suas Províncias constituintes. Richard Graham tem uma visão sintética sobre esta questão:

A constitutional monarch reigned in Brazil. The cabinet was responsible both to him and to a parliament consisting of a Senate of a little over fifty members and a Chamber of Deputies of around 120. The emperor, with advice from a Council of State, appointed Senators from among the three candidates who received the most votes in each province. Senators served for life. Deputies were chosen by indirect elections at least every four years.⁹⁸

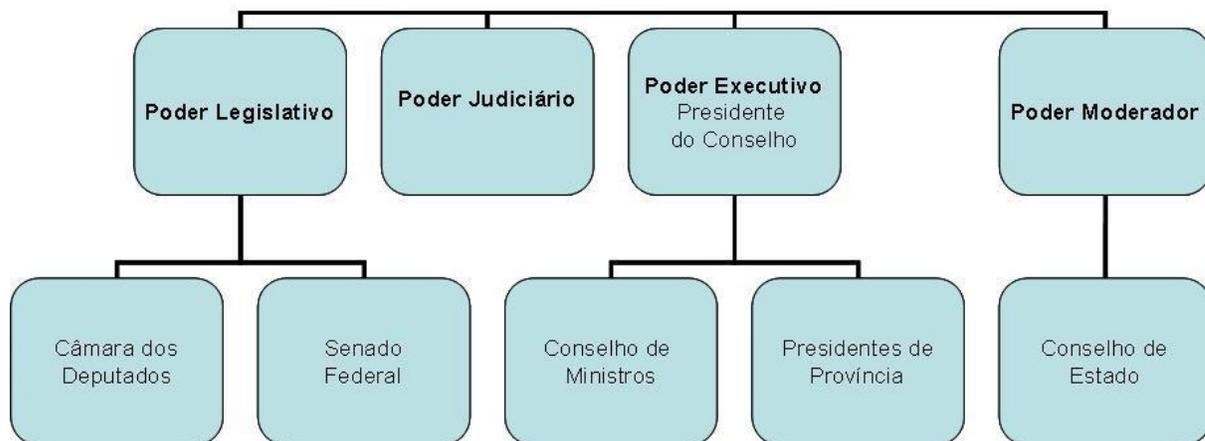
Em termos numéricos, poder-se-á depreender o caráter exclusivo de ambos os Conselhos; no Conselho de Estado, durante o período de sua vigência, setenta e duas pessoas tomaram assento, sendo apenas uma mulher (a princesa D. Isabel). Já no Conselho de Ministros, entre 1847 e 1889, formaram-se trinta Gabinetes, cada um com uma composição de, no mínimo, cinco ministros, haja visto que, em diversas situações, os premiês sobrepunham seus cargos com algum ministério⁹⁹.

⁹⁷ Citado em TORRES (1968), p.196.

⁹⁸ Em tradução livre: ‘Uma monarquia constitucional reinou no Brasil. O Gabinete era responsável por si próprio e por um Parlamento constituído de um Senado composto por pouco mais de cinqüenta membros, e uma Câmara dos Deputados com aproximadamente 120 [parlamentares]. O Imperador, com as orientações do Conselho de Estado, apontava senadores a partir de três candidatos que haviam recebido as maiores votações em suas províncias. Senadores serviam por toda a vida. [Por sua vez] os deputados eram escolhidos por eleições indiretas pelo menos a cada quatro anos’. GRAHAM (1985), PP.772-73

⁹⁹ Conforme aludimos em nota anterior, alguns ministérios, como o da Agricultura, foram criados posteriormente à criação do Conselho de Ministros. Da mesma forma, no que tange à sobreposição de cargos, pode-se citar, por exemplo, o fato de Caxias, na condição de marechal, assumir constantemente a condução do Ministério da Guerra. A sobreposição de cargos de Ministro da

**Quadro 03: Estrutura-síntese
do sistema de representação política
do Império do Brasil (1847-1889)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de VAINFAS (2002).

2. Os primeiros Gabinetes da Conciliação: 1853-58

Feitas as considerações iniciais, será possível realizar a passagem ao segundo tópico, que busca efetuar maiores considerações a respeito dos primeiros Gabinetes do Movimento da Conciliação. Contudo, indo além deste objetivo primeiro, pretendemos também examinar as ações nos campos político e econômico que condicionaram o predomínio dos conservadores na condução dos negócios do Império a partir de 1853. Desta maneira, como forma de estabelecer um referencial, discutir-se-ão brevemente os Gabinetes conservadores que assumiram o Conselho de Ministros antes da Conciliação.

Conforme aludimos no capítulo anterior, o relativo fracasso dos liberais na condução dos negócios do Estado em 1848 condicionou, em parte, a reentrada do Partido Conservador no Conselho de Ministros: A perda do apoio dos presidentes de província, a maciça oposição conservadora no Parlamento e a eclosão da revolução Praieira em Pernambuco teriam tornado patente a incapacidade dos liberais em articular correntes políticas tão diferenciadas,

Fazenda e Primeiro-Ministro também era bastante comum, como será possível evidenciar em diversas situações ao longo deste trabalho.

engendrando, conforme aludimos, a necessidade de aumentar a concentração do poder nas instâncias do Poder Executivo.

Mais que isso, poder-se-ia mesmo pensar ser possível a existência de um consenso negativo a respeito da possibilidade do Partido Liberal preservar-se no exercício do poder. Tais conjunturas propiciaram que o Partido Conservador assumisse o Conselho – e ali permanecesse por mais de uma década – em 29 de setembro de 1848, sob a liderança de Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda.

2.1. A costura da hegemonia: Gabinetes 1848-1853

À medida que se considera a composição do jogo de forças políticas que engendrou o surgimento dos Gabinetes da Conciliação, ficará até certo ponto incompleta a análise que busque compreendê-la apenas a partir de 1853. Faz-se mister, neste sentido, pensar a ação nos campos político e (principalmente) econômico dos distintos grupos conservadores a partir de 1848, como forma de compreender as orientações deste partido, notoriamente no que diz respeito à condução do poder econômico do Estado Nacional.

A respeito do primeiro Gabinete liderado pelo Marquês de Olinda (cargo recusado pelo Marquês de Monte Alegre, e que teve sua duração entre 29 de setembro de 1848 e 6 de outubro de 1849), é importante frisar que este é marcado por um certo *quantum* de agitação política: A insurreição dita *Praieira* em Pernambuco e a significativa oposição dos liberais na Câmara (em que pese o fato desta oposição ter-se manifestado em apenas uma sessão, a de 1848) ameaçavam inviabilizar a consecução da política de governo deste Gabinete.

De posse deste fato, o Imperador, por força de decreto-lei em 19 de fevereiro de 1849, dissolve a Câmara, chamando novas eleições para indicar um novo corpo legislativo, que se reuniria no ano seguinte¹⁰⁰.

O Gabinete Olinda seria afetado significativamente, porém, pelo recrudescimento das tensões em torno das nações platinas, quais sejam, Argentina e Uruguai: Principalmente neste último caso, a disputa de poder entre *blancos* (em sua maioria pecuaristas do interior, e ligados

¹⁰⁰ CASTRO (1978b), p.540.

aos argentinos) e colorados (comerciantes de Montevidéu em sua grande parte, e ligados aos brasileiros do Sul) precipitou a deterioração das relações entre o Brasil e a Argentina¹⁰¹.

O lento progresso das negociações para o restabelecimento de tratados de fronteiras e para a superação da crise regional, tiveram papel significativo na derrocada do Gabinete Olinda, sendo que este renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros (e de Ministro dos Estrangeiros, sendo assim responsável, à época, pela negociação entre o Império e outras nações) a 6 de outubro de 1849.

No que alude às ações do Gabinete Marquês de Olinda em termos de política econômica, onde o Ministério da Fazenda era liderado por Joaquim Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, pode-se frisar, a princípio, que o Estado iniciava um movimento de parcerias com o setor privado, em especial com Irineu Evangelista de Sousa, futuro Visconde de Mauá, para a realização de obras e investimentos em infra-estrutura, notoriamente no setor urbano, nas cercanias da Corte.

Com efeito, três dias após a instalação do Gabinete, o decreto nº. 510, de 02 de outubro de 1848, autorizava o governo a fornecer a Mauá um empréstimo de 300 contos de réis (300:000\$000), visando auxiliar a consolidação e expansão da fundição de ferro que o mesmo havia instalado na área da Ponta da Areia, no Rio de Janeiro. Realizado sob condições relativamente vantajosas para Mauá¹⁰², o empréstimo foi integralmente amortizado nos anos seguintes.

No âmbito das políticas de Estado, por sua vez, o Gabinete Olinda se destaca pela cessão de créditos para amortização de compromissos financeiros adquiridos em exercícios fiscais anteriores, principalmente em despesas com a Casa Imperial e com ajudas de custo aos parlamentares, visando a redução de parte das dívidas do Estado.

E deve-se destacar, também, ainda, a fiscalização progressiva ao surgimento de sociedades anônimas: Pelo decreto nº. 575 de 10 de janeiro de 1849, tais sociedades deveriam ser incorporadas apenas com autorização do governo, através do Ministério da Fazenda (na Corte) ou dos Presidentes de Província. Esta autorização seria fornecida (artigo 3º.) apenas com os estatutos

¹⁰¹ Por apego à brevidade, não se realizará uma discussão específica a respeito da política externa do império na solução de impasses diplomáticos na região do Rio da Prata; procuraremos enfatizar as ações práticas do Ministério dos Estrangeiros, e seus reflexos sobre a condução do Estado. De todo modo, esta discussão é realizada com maior vulto por SOUZA (1985) e por COSTA (1996)

¹⁰² Entre outras cláusulas, a Lei que promulgava o empréstimo preconizava, no § 1º, que a quantia emprestada seria paga depois de cinco anos da cessão dos créditos, em parcelas anuais de cinquenta contos de réis. Porém, todas as aplicações físicas de Mauá – terrenos e outros bens hipotecáveis – seriam penhoradas para a realização do empréstimo.

e o contrato constitutivo da sociedade. Desta forma, para operações de natureza bancária, somente seria autorizada a operação da sociedade quando os recursos em caixa atingissem a proporção de 25% do total de ações a serem lançadas.

Como é possível evidenciar, o governo buscava impedir a especulação com base em companhias e sociedades de capital anônimo, ainda que nos anos que precedem a Crise de 1857, o relaxamento destas restrições e o surto de consumo percebido no período precipitassem a dinâmica especulativa, alimentando a conjuntura de instabilidade, conforme abordaremos. De todo modo, o mesmo Gabinete aprovou, com o decreto nº. 597, de 24 de março de 1849, a criação do *Banco Commercial do Maranhão*.

Durante o referido Gabinete, aprovou-se o Orçamento para o ano fiscal 1849-1850. Para este exercício, as despesas do Estado remontaram ao total de 26.802 contos de réis. A análise dos gastos previstos revela que a pasta da Fazenda absorvia a maior parte dos recursos (37,25%), notoriamente para o pagamento de juros e amortização das dívidas externa (10,44%) e interna (12,65%).

Já o demonstrativo relacionado à receita (cuja previsão de arrecadação gravitava em torno de 25.717 contos, ou seja, inferior à despesa anual, indicando a existência de déficit orçamentário¹⁰³) torna-se claro que as receitas aduaneiras, quais sejam, taxas de importação e exportação de produtos, eram responsáveis pela maior parte dos recursos percebidos pelo Estado, com 61,24% e 13,31% do total das receitas previstas, respectivamente. Cabe, por fim afirmar que as despesas do Estado reduziram-se em cerca de 5,56% em relação ao ano fiscal 1848-9, embora as receitas também tenham se reduzido na medida de 1,73%¹⁰⁴

Com a queda de Olinda, assume a presidência do Conselho de Ministros José de Costa Carvalho, o Marquês de Mont'Alegre. Tendo recusado o convite do Imperador para a presidência do Conselho um ano antes, assumindo ali o cargo de ministro dos Negócios do Império, o mesmo Mont'Alegre indica, para a composição de seu ministério, um grupo de homens que ficaria conhecido como a 'Trindade Saquarema', por conta de sua notória influência sobre os rumos do Partido Conservador: Paulino Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai,

¹⁰³O artigo décimo do decreto é bastante claro: "No caso de deficiência da receita geral, seria o déficit preenchido com emissão de bilhetes, ou letras do Tesouro, ou apólices da dívida pública." O termo 'bilhetes' não faz referência, dentro do texto, a que tipo de títulos seriam lançados na hipótese de déficit nas finanças do governo. Não se afirma, ainda, o uso de emissão de moeda, dada a restrição ao livre aumento do meio circulante através da Lei nº 401 de 1846: A adesão ao padrão-ouro implicava, necessariamente, na estabilização – e, em última análise, no impedimento – das emissões de papel-moeda desprovidas de lastro integral.

¹⁰⁴ CASTRO CARREIRA (1980); *Coleção de Leis do Império* (1849).

assume a pasta dos Estrangeiros (de vital importância, num momento de disputa diplomática no Rio da Prata), Rodrigues Torres mantém o Ministério da Fazenda (haja visto que já ocupava o cargo no Gabinete Olinda), e Eusébio de Queirós, a pasta da Justiça. Trata-se, portanto, de uma certa solução de continuidade, dada a permanência de alguns líderes nas pastas que compunham o Conselho de Ministros.

Este grupo de ministros (re)assumiu o cargo tendo a Câmara sob maioria conservadora, uma vez que os liberais haviam sido retirados do Parlamento com o decreto de dissolução da casa; na verdade, os conservadores impõem praticamente a unanimidade sobre a Câmara, com exceção a Bernardo de Sousa Franco. Este deputado, que no início das atividades do Gabinete era o único membro do Partido Liberal, em especial, destacar-se-á na formulação da política econômica do Império em anos posteriores.

Contudo, no que se refere ao início do Gabinete (1850), despeito do fato de eventos exógenos como a epidemia de febre amarela terem prejudicado os trabalhos da Câmara e engendrado a tomada de posse de alguns deputados liberais, torna-se patente a ausência de um bloco opositor ao grupo conservador no Parlamento, situação que se reverterá a partir de 1851¹⁰⁵. Grosso modo, porém, esta oposição cresceu em significância de tal modo que o Gabinete solicita sua exoneração em novembro de 1851, contudo o pedido seria acolhido pelo Imperador apenas em maio do ano seguinte.

No que alude às ações do Gabinete Mont'Algre em termos de política econômica, é possível observar que seu início foi, de certa forma, modesto: não se registraram medidas de vulto nos primeiros três meses de sua atuação. Em 1850, porém, deve-se dar maior ênfase a dois decretos governamentais: A 31 de maio, o Decreto nº. 552 autorizava o governo a substituir parte do papel-moeda em circulação universal, ou seja, passível de uso em quaisquer áreas do Império, por notas de circulação limitada, circunscritas a distritos a serem marcados pelo governo; não seria mais possível, portanto, a livre circulação de papéis pelo território. É importante enfatizar, ainda, que o governo pretendia substituir apenas as moedas que estivessem em circulação nas distintas praças nacionais, e não emitiria, de modo algum (artigo 3º.) valores dispostos na forma de meio circulante acima deste patamar.

E, a 6 de setembro, o governo brasileiro, por força do Decreto nº. 587, é autorizado a ceder créditos para amortizar, sob condições mais favoráveis em termos de juros de longo prazo,

¹⁰⁵ IGLESIAS (1995), pp.17-18.

parte de sua dívida, contraída por ocasião dos empréstimos britânicos contratados em 1824-25, no período das lutas pela Independência¹⁰⁶.

O ano de 1851 poderá ser caracterizado por uma política concessiva, por parte do Estado, na cessão de créditos – através da emissão de títulos da dívida pública, em grande parte – para a suplementação de gastos correntes dos exercícios fiscais anteriores. De fato, dos 8.351 contos de réis em créditos abertos pelo governo para o pagamento destes gastos, 83,24% deste valor destinou-se, basicamente, a suplementar os gastos oriundos dos sucessivos déficits orçamentários do Império, notoriamente nos exercícios fiscais 1850-51 (31,98%) e 1851-52 (31,66%).

Por outro lado, as despesas com saúde pública, notoriamente para aplacar o problema das epidemias de febre amarela (no Centro-Sul) e varíola (Pará), que tanto afetaram a composição do Parlamento por conta dos riscos de contágio e pela morte de vários deputados, não atingiram sequer 1% dos créditos do governo¹⁰⁷. Faz alusão a esta situação, a título de exemplo, o Quadro 04:

**Quadro 04: Volume de gastos complementares do Império, 1851
(em % do total de créditos cedidos)**

Despesas em saúde pública	0,74
Repressão ao tráfico	1,20
Suplementação de déficit orçamentário	83,24
Ajuda de custo a deputados	0,23
Questões relacionadas à região platina	12,41
Outros	2,20
Total	100,00

Fonte: *Coleção de Leis do Império*, 1851; elaboração própria.

¹⁰⁶ CASTRO CARREIRA (1980), p.317; *Coleção de Leis do Império* (1851), p.284. A respeito dos chamados empréstimos da Independência, pode-se perceber que se tratam de duas operações encetadas nos anos supracitados: Realizou-se, primeiramente, com vistas às ‘despesas urgentes e extraordinárias, exigidas pela defesa, segurança e estabilidade do Império’, a tomada de um crédito no valor de £ 3 milhões, oferecido por um *pool* de instituições bancárias (no montante de 33% deste valor) e pela casa *N.M. Rothschild* (66%); tratar-se-ia da primeira operação do clã Rothschild com o Império, seguindo-se diversas outras até o seu ocaso. Registrou-se, ainda, outra captação, no valor de £1,4 milhão, em agosto de 1825, em uma operação na qual o Império assumia o pagamento, ‘em troca’ do reconhecimento de sua independência, de um empréstimo contraído por Portugal no ano de 1823 (MONT’ALEGRE (1972), pp.85-89).

¹⁰⁷ Quando se realiza uma análise mais acurada da situação fiscal do Império, é possível perceber que ocorre um intenso movimento de transferência de rendas, advindas da tributação, das províncias para a Corte. Será apenas em situações extraordinárias, como epidemias e crises sanitárias, que se realizará um direcionamento maior dos recursos para as províncias, tal como ocorrido na seca que atingiu a província do Pará em 1877. Uma discussão mais abrangente a respeito desta situação é realizada por DINIZ (2005).

O Gabinete Mont'Algre merece vulto, ainda, por lançar as bases do que poder-se-ia chamar de um sistema bancário no país, a partir da criação de alguns bancos de caráter comercial e da reinstalação do Banco do Brasil¹⁰⁸. Caberá, portanto, refletir um pouco mais sobre este tema.

A estruturação de um sistema de transações bancárias no espaço territorial brasileiro teve como momento inicial a chegada da família real e o estabelecimento da Corte, em 1808. Para financiar as operações comerciais decorrentes da abertura dos portos, através da cessão de crédito aos agentes, D.João VI cria o primeiro Banco do Brasil, instituição capaz de emitir notas bancárias com conversibilidade a 100%, em 1808, sendo que o Banco inicia a atividade de emissão propriamente dita a partir de 1810. Contudo, o Banco foi dissolvido no ano de 1829¹⁰⁹.

Será na década de 1850, porém, que se registrará um grande incremento da atividade bancária, haja visto a reestruturação do sistema monetário brasileiro proposta com a Lei de 1846 e a fixação da paridade do mil-réis. No eixo deste novo arranjo institucional, surgem diversas casas bancárias de caráter emissionista, estimulando a tomada de créditos para o sistema produtivo¹¹⁰.

Dentre estes bancos, faz-se mister citar alguns, de atuação mais destacada no período, quais sejam:

Banco do Brasil: este banco, fundado a partir de iniciativa do Visconde de Mauá em 1851, teve seus estatutos aprovados em 2 de julho do mesmo ano, através do Decreto nº. 801. Prefigurava uma instituição de caráter privado, com capital de 10.000:000\$000 (dez mil contos de réis), e capacidade de emitir vales de valor superior a 200 mil réis, mas com o limite de emissão de até um terço do capital efetivo da casa bancária. Experimentando desde o início de seus trabalhos um processo de expansão rápida, o banco estabeleceu Caixas Filiais em São Paulo e no Rio Grande do Sul.¹¹¹

Banco Comercial do Maranhão: teve seus estatutos aprovados em 1849, com autorização de emissão de vales de até 100\$000.

¹⁰⁸ A título de nota explicativa, é importante enfatizar que o termo 'sistema', utilizado ao longo deste trabalho para exemplificar o surgimento e maturação de uma série de estabelecimentos bancários no país durante o período do Império, embute algumas tensões. A primeira delas reside sobre o fato de não haver uma expressiva relação entre estas casas, tal como nos sistemas contemporâneos, através de mecanismos como câmaras de compensação de cheques, além de janelas e taxas de desconto (a própria inexistência de um Banco Central, ainda, precipita desta descoordenação). Como conseqüência, o 'sistema' era significativamente vulnerável e sujeito a choques e reversões contínuas de expectativas por parte dos agentes. Contudo, como foi possível verificar processos seminais de coordenação de políticas para o setor bancário – exercidos, à época, pelo Banco do Brasil e por casas privadas de maior porte, como a Mauá, McGregor & Cia – e de relações entre casas privadas em momentos de contração da base monetária, mantivemos, na medida do possível, o termo 'sistema bancário'.

¹⁰⁹ FERNANDES (2001), pp 85-86.

¹¹⁰ TRIGUEIROS (1987), pp.85-90.; HANLEY (2005), p.25-7.

¹¹¹ PIRES DO RIO (1947), p.98; KUNIOCHI (2005), p.75.

Banco Comercial da Bahia: fundado por decreto a 13 de novembro de 1845 (portanto, ainda sob a égide dos liberais no Poder Executivo), foi autorizado a emitir vales no valor de até 100\$000, até o limite de 50% do capital efetivo da casa bancária.

Com as mesmas características do Banco Comercial da Bahia no que alude ao montante de emissão de vales e à formação de reservas compulsórias, têm-se:

Banco de Pernambuco: fundado em 22 de Dezembro de 1851;

Banco Comercial do Pará: aprovado por decreto em 5 de Janeiro de 1853;

Há que se ter em conta, porém, que os Bancos do Maranhão e do Pará não chegaram a funcionar. Estes seriam convertidos em Caixas Filiais do terceiro Banco do Brasil, no processo de unificação do sistema bancário de 1853, liderado pelo Visconde de Itaboraí, então Ministro da Fazenda e também presidente do Conselho de Ministros.

Com base em tais informações, é possível ter em conta que a atividade bancária em âmbito nacional apresentará expansão significativa no contexto da década de 1850. A evolução da política monetária, através do compromisso da manutenção da paridade cambial, aliada a um aparato institucional favorável, capaz de facultar aos bancos supracitados, e a outros de menor expressividade, a capacidade emissora de títulos resgatáveis (ainda que se restabeleça o monopólio ao Banco do Brasil em determinados períodos), bem como ao aumento significativo da demanda por créditos para a realização de inversões no sistema produtivo nacional, de caráter eminentemente agrícola, condicionam significativas oportunidades de realização de lucros no mercado brasileiro.

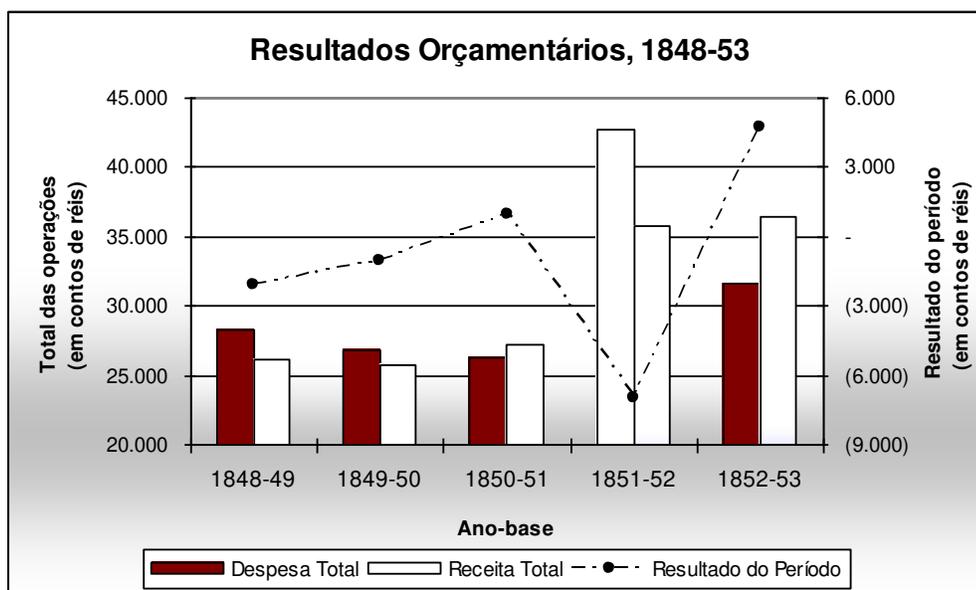
Assim sendo, é inegável que estas oportunidades favoreceram uma possível dinâmica especulativa e viabilizaram, conseqüentemente, o surgimento de diversas casas bancárias. Esta lógica, é importante frisar, contraria o movimento de concentração do sistema bancário visível no ambiente europeu, no qual alguns países passam a unificar seus sistemas na órbita nacional (como a Bélgica e, em menor vulto, a França) a fim de torná-lo menos vulnerável a crises.

A lógica de emissão de títulos nestes países, em relação ao total do fundo disponível, também é mais prudente: em 1857, no auge da crise, os bancos franceses são

autorizados a fornecer créditos até o limite de 100% de suas reservas; no Brasil, como exemplo, esta razão alcançou os 300%¹¹².

No ocaso do Gabinete, em 1852, caberia citar o decreto nº. 928, de 5 de março, que reduzia o imposto de ancoragem sobre as embarcações que navegassem entre portos estrangeiros e os do Império, a \$300 por tonelada, abolindo-se o imposto que era aplicado sobre a carga que passava pelo sistema de navegação de cabotagem¹¹³. Da mesma forma, abria-se, por força de novos decretos, a possibilidade de reduzir a taxa de exportação a 5%, se julgasse que esta redução não implicaria em um desfalque de recursos para as despesas preconizadas no orçamento votado pelo Parlamento.

De qualquer forma, conforme se evidencia no Gráfico 04, abaixo, perceberam-se significativos déficits no Gabinete Mont’Alegre, situação que começaria a se reverter apenas com a tomada de posse do novo grupo do Conselho de Ministros, liderado por Joaquim Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, que de modo complementar manteria para si a pasta da Fazenda.



Fonte: CASTRO CARREIRA (1980).

Nota: Os orçamentos aqui descritos, para os casos das legislaturas de 1851-52 e 52-53 não correspondem aos valores aprovados na Câmara dos Deputados, e sim aos valores reais, percebidos pelos diferentes Ministérios.

¹¹² Para o estudo dos casos francês e belga na unificação do sistema bancário, ver KINDLEBERGER (2000). Para a reestruturação do sistema bancário britânico, KINDLEBERGER (1985), pp.91-94. Por fim, para as variações no estoque de títulos brasileiros, VILLELLA (1999) e PELÁEZ & SUZIGAN (1981)

¹¹³ É interessante enfatizar que, por lei, as companhias que compusessem o sistema nacional de navegação de cabotagem, obrigatoriamente, deveriam pertencer a brasileiros; somente em 1860 seria permitida a operação estrangeira na cabotagem brasileira. GREMAUD (1997), p.149.

O chamado Gabinete Itaboraí tomou posse do Conselho de Ministros a 11 de maio de 1852. Novamente, tratou-se de uma solução negociada, pois não se verificou a substituição de todo o grupo: Efetivamente, permaneceram no cargo os ministros da Fazenda (Rodrigues Torres, o próprio Itaboraí), dos Estrangeiros (Paulino Soares de Sousa) e da Guerra (Manuel Felizardo de Sousa e Melo).

Ao que é possível evidenciar, esta situação poderá ser creditada a duas razões, quais sejam: Primeiramente, mantiveram-se no cargo os responsáveis por pastas estratégicas naquele momento histórico, dado o recente fim do movimento armado na região do Rio da Prata, que envolveu inclusive forças militares brasileiras¹¹⁴.

Nesta linha de raciocínio, tornava-se de suma importância a manutenção da política de Estado com relação a questões externas, e mesmo bélicas, justificando-se assim a continuidade dos Ministérios dos Estrangeiros e da Guerra; quanto a Rodrigues Torres, justificar-se-ia a permanência na Fazenda também por ter sido convocado pelo Imperador a montar o novo Conselho de Ministros.

Por outro lado, deve-se frisar que os membros substituídos no Gabinete eram tidos como conservadores radicais no cenário político, tais como Eusébio de Queirós. Como já se definiam, conforme abordaremos no próximo tópico, as linhas mestras do movimento da Conciliação, tratava-se de um gesto conveniente engendrar a saída de alguns membros mais exaltados do grupo conservador, em preferência de quadros ditos ‘moderados’¹¹⁵.

No campo da representação política, a legislatura constituída, *via* eleições, sob a égide do Gabinete Itaboraí, apresentou a unanimidade de deputados eleitos para a Câmara (113) como membros do Partido Conservador. A despeito das diversas denúncias de irregularidades e de infrações cometidas no processo eleitoral, não se processou, a princípio, o reconhecimento da eleição de nenhum membro de grupos opositores. Nem mesmo Bernardo de Sousa Franco, desta vez, fora legitimado como deputado eleito, o que gerou vários protestos na Câmara dos Deputados.

Ao longo da legislatura, ainda, visualizar-se-ia um movimento de dissidência no seio dos conservadores, que pouco apoiariam as decisões do gabinete; aliado ao fato dos liberais estarem alijados do poder, de tal modo que não poderiam, de certa maneira, celebrar alianças

¹¹⁴ Nas intervenções armadas contra Manuel Rosas, ditador argentino, registraram-se importantes lances no ano de 1852, como a passagem da localidade fortificada de Tonelero pela esquadra brasileira, e a batalha de Monte Caseros, a 3 de fevereiro do mesmo ano, episódio que engendra a queda do argentino Rosas e seu posterior asilo na Inglaterra (SOUSA (1997), pp.130-32).

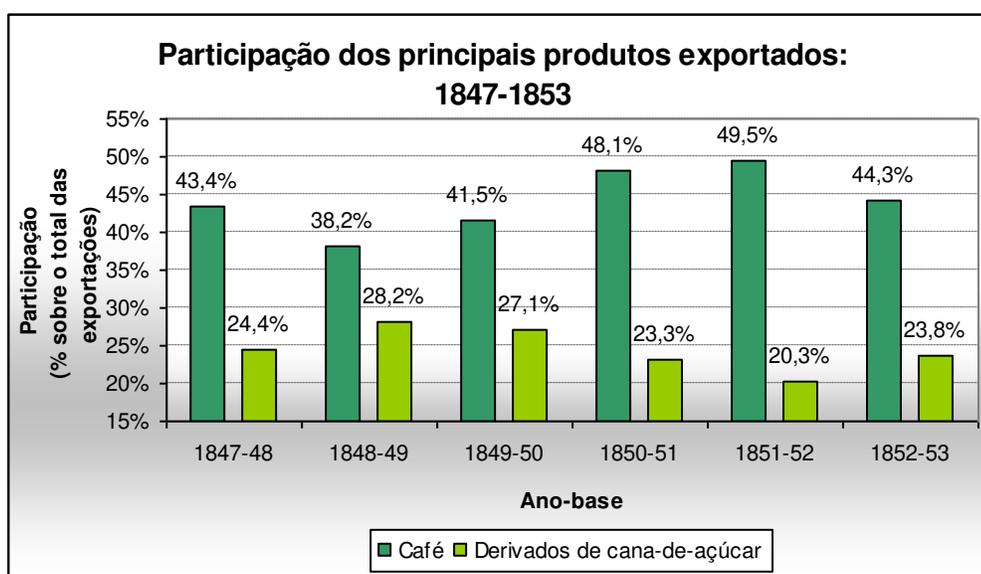
¹¹⁵ IGLESIAS (1982), pp.21-22.

políticas com o Poder Executivo, o gabinete Itaboraí perderá força, chegando ao fim em 6 de setembro de 1853.

É conveniente citar, ainda, as críticas de alguns deputados a respeito da política relativamente concessiva do Estado no que diz respeito à cessão de créditos para necessidades conspícuas, como o financiamento de companhias artísticas, e em especial a projetos de investimento em tecnologia de manejo da cana-de-açúcar, sob o argumento de que tal inversão somente privilegiaria os produtores rurais.

A respeito, inclusive, da posição da cana-de-açúcar na participação da pauta de exportações do Império, tem-se que ela ainda representava expressiva participação na geração de divisas a partir da remessa do produto para o exterior, conforme pode-se depreender a partir dos dados elencados no Gráfico 05¹¹⁶.

Neste momento, onde se observam críticas ao Gabinete Itaboraí que culminam na queda de seu grupo, assumirá Honório Carneiro Leão, Marquês do Paraná, a presidência do Conselho de Ministros; tratar-se-á de um conservador, porém que comporá um governo já sob o novo ideal conciliador: A necessidade de radicalização partidária parecia ter-se esvaído, assim, a demanda por um movimento conciliatório, que acatasse os diferentes interesses dos grupos regionais, independente de sua orientação política, poderia, expressivamente, ser a tônica da condução futura das questões de natureza mais premente dentro do cotidiano do Império.



Fonte: MONT'ALEGRE (1972), pp.104-05.

¹¹⁶ Maiores detalhes a respeito da composição da pauta de exportação brasileira no Segundo Reinado podem ser encontradas em GRAHAM (1985).

No campo da política econômica, o gabinete Itaboraí, ainda que de duração quase efêmera, registrou medidas de vulto para a condução dos negócios da Fazenda. Neste sentido, dois fatos merecem destaque, quais sejam, a celebração do empréstimo de recursos da Casa Rothschild para a amortização dos compromissos assumidos no período da Independência, e a promulgação da Lei Bancária de 1853.

A respeito do empréstimo, pode-se afirmar que o mesmo foi contraído a 27 de julho de 1852; seu montante, de £1.040.600 (£954.250, descontadas as comissões e outros emolumentos, à taxa de cerca de 5%), destinava-se a pagar o remanescente dos fundos dos chamados empréstimos portugueses, que remontavam ao ano de 1823, e também o empréstimo contraído a 29 de agosto de 1825.

Estas operações de tomada de crédito, basicamente, consistiam nas reparações a serem pagas pela Coroa brasileira em face das ‘perdas’ que a Coroa portuguesa percebera com a separação da colônia no início da década de 1820. O empréstimo de 1852 destinava-se, neste sentido, a realizar uma ‘reciclagem’ dos compromissos anteriormente assumidos, com a troca de dívidas antigas por novas, aproveitando-se o diferencial favorável de juros para o empréstimo de 1852 (4,5% ao ano).¹¹⁷

E, no que alude à chamada Lei Bancária, deve-se pensar na mesma como resultado de um processo de concentração de casas bancárias dispersas pelo território, liderado pelo próprio Visconde de Itaboraí. No intuito de fortalecer o incipiente sistema bancário e facilitar a difusão do meio circulante – ainda que sujeita às restrições da lei de 11 de setembro de 1846 – os Bancos Comerciais do Maranhão e do Pará, cujos estatutos foram aprovados porém não chegaram a entrar em operação, foram convertidos em Caixas Filiais do terceiro Banco do Brasil.

Neste momento, cria-se um banco de abrangência nacional, com o monopólio da emissão de títulos bancários. Através da Lei nº. 683 de 5 de Julho de 1853, fundem-se, a princípio, o Banco do Brasil (de Mauá) e o Banco Comercial do Rio de Janeiro; estes bancos são liquidados, e seus acionistas recebem parcelas de ações no terceiro Banco do Brasil correspondentes à sua participação nos antigos bancos.

O monopólio da emissão, por sua vez, era anexado à uma cláusula de garantias de concessão de créditos de valores a partir de 20\$000 no Rio de Janeiro, e de 10\$000 nas províncias do Império, que eram abrangidas pelas Caixas Filiais do segundo BB. Por fim, como

¹¹⁷ CASTRO CARREIRA (1980), pp.329-337.

parte da Lei, o limite da emissão para o Banco do Brasil seria do dobro de seu fundo disponível em moeda metálica¹¹⁸.

O novo Banco teria um fundo inicial de 30 mil contos de réis, divididos em 150 mil ações. Este Banco teria, ainda, a obrigação de resgatar os títulos do Tesouro Nacional em valores não inferiores a dez mil contos de réis, e em caso de aumento do fundo disponível, o resgate destes títulos deveria abranger um terço deste total¹¹⁹. Desta forma, seria possível garantir um nível de emissões compatível com a paridade de 27d (ou 27 *pence*) por mil-réis, contribuindo para a estabilização do sistema financeiro.

Em 1854, o terceiro Banco inicia suas atividades e instala uma Caixa Filial na cidade de Ouro Preto. Agregam-se ao Banco, por fim, os Bancos Comerciais do Maranhão, Bahia e Pará, bem como o Banco de Pernambuco, em 1855, gerando um aumento da unidade no sistema bancário nacional.

Esta unidade, apoiada pelo monopólio da emissão pelo Banco do Brasil, por sua vez, teria duração limitada; a partir de 1857, quando se inicia a gestão de Souza Franco no Ministério da Fazenda, tem-se que os gestores da política monetária julgam inconveniente a manutenção do Banco do Brasil como único gestor do dinheiro público; a oferta de serviços financeiros deveria ser expandida através do aumento da capacidade de emissão por outras casas bancárias.

2.1.1. A formatação do movimento conciliador

Havendo verificado, a partir de 1853, o ambiente institucional favorável à política de acomodação das distintas facções partidárias, cabe delinear com maior detalhe o debate que envolve a o início dos gabinetes de Conciliação.

O fim da Revolta Praieira em Pernambuco, o progressivo afastamento dos liberais mais exaltados com a dissolução da Câmara em 1849, bem como mesmo o isolamento dos quadros conservadores mais radicais, como se evidenciará, esvaziam o movimento de oposição no âmbito do Parlamento.

¹¹⁸ Em 1859, após a Crise, esta cláusula seria evocada por Salles Torres Homem para realizar medidas de contração do meio circulante do Banco e readequá-lo à nova legislação sobre o sistema monetário (PELÁEZ & SUZIGAN (1981), pp.114-15).

¹¹⁹ VIEIRA(1981), pp.112-13. Por outro lado, é importante frisar que Mauá, contrário à proposta de manutenção do monopólio cambial e da unificação do sistema bancário, lança nova cartada no setor financeiro, com a fundação da casa bancária Mauá, McGregor & Co., com agências no Brasil e em Londres, cujo capital inicial adveio dos lucros apurados na fusão do Banco do Brasil (para maiores detalhes sobre a questão, têm-se MONT'ALEGRE (1972) e GUIMARÃES (1999)).

Formula-se, então, a consciência coletiva de que a exaltação, a revolta, típica das convulsões sociais que caracterizaram o Período Regencial e o início do Segundo Reinado (precipitado com o movimento da Maioridade, inclusive, por força destas mesmas convulsões, que ameaçavam a integridade da nação recém-soberana), era danosa aos interesses da nação. Passado o período revolucionário, seria de suma importância o conagração dos diferentes quadros que compunham o Poder Legislativo, com vistas à promoção do progresso e do desenvolvimento do país.

Não conviria, porém, ao sistema representativo que existisse unanimidade de pensamento, tal como no caso da Câmara (com 100% dos deputados pertencendo ao Partido Conservador), em detrimento da expressão das várias opiniões existentes. Tampouco que se processasse uma hegemonia dos conservadores com a eliminação do Partido Liberal: Destarte, com seus quadros fora do poder, uma das poucas chances de sobrevivência dos liberais seria compor uma coalizão com os conservadores, formando um governo de natureza moderada, com estabelecimento de consensos sobre a condução do Estado.

Afirma, neste sentido, o deputado (futuro senador, e também conselheiro do Império) Saraiva:

“Por ventura querem os deputados que o governo procure a conciliação dos partidos fazendo chapas para deputados com nomes de liberais e de saquaremas. Isto é conciliação dos partidos quando eles transigem com seus princípios, ou tiverem menos ódio uns dos outros. Isso seria um absurdo: o governo não faz chapa, os partidos é que fazem a eleição, é que podem conciliar-se sobre este ponto¹²⁰.”

Nabuco de Araujo, no discurso conhecido como ‘a ponte de ouro’, pela impecabilidade de lógica e estilo, endossa a opinião de Saraiva:

“A conciliação como coalizão e fusão dos partidos, para que se confundam os princípios, para que se obliterem as tradições, é impraticável, e mesmo perigosa. (...) Entendo ao contrário que a conciliação deve ser a obra do governo e não dos partidos, porque no estado atual se os partidos por si mesmos se conciliarem será em ódio e despeito ao governo; e a transação, versando sobre o princípio da autoridade, não pode deixar de ser funestíssima à ordem pública e ao futuro do país”¹²¹

¹²⁰ Citado de IGLESIAS (1982), p.27.

¹²¹ Citado de IGLESIAS (1982), p.28.

Não seria, porém, o Gabinete Itaboraí o responsável pela consecução desta política de sintetização dos interesses políticos, dada a força das facções internas ao Partido Conservador, sobretudo os que se denominavam ‘puros’, radicais contrários à composição de coalizões com correntes adversárias. O próximo presidente do Conselho de Ministros, como figura forte no jogo político, porém, conseguiria trazer a pacificação ao Partido Conservador e reduzir as lutas entre grupos rivais no Parlamento nacional.

2.2. Gabinete Marquês do Paraná

Após terem-se colocado as temáticas que propiciaram a emergência do movimento da conciliação, será possível enumerar os distintos gabinetes que permearam o período em análise, que definimos como primeira fase do movimento da Conciliação. Ela se inicia pelo gabinete liderado por Honório Carneiro Leão, também denominado Marquês do Paraná.

Este gabinete, de duração relativamente longa (6 de setembro de 1853 a 3 de setembro de 1856), traz como membros componentes, entre outros, o Visconde do Bom Retiro (Império), o parlamentar Nabuco de Araújo (Justiça) e Pedro de Alcântara Bellegarde (para o Ministério da Guerra, substituído depois pelo então Marquês de Caxias).

Uma das características deste gabinete que é conveniente citar, logo a princípio, é a de ter conseguido reduzir as lutas intestinas do Partido Conservador, que se tornaram mais nítidas após o surgimento do movimento dissidente dos conservadores ditos ‘puros’, liderados pela ‘Trindade’ Queirós-Itaboraí-Uruguaí. Convém, nesta linha, recuperar a reflexão realizada por Paula Beiguelman:

De fato, não era possível contrapor o Partido Liberal, com o passivo representado pela revolução praieira, ao Partido Conservador, que acabava de prestar um relevante serviço ao país. Por outro lado, o longo ostracismo do Partido Liberal era de molde a provocar o seu esvaziamento, comprometendo as bases do jogo dual. É então que o Imperador encarrega Honório Hermeto Carneiro Leão de executar uma política de conciliação com o Partido Liberal.¹²²

Tal feito, esta redução das dissensões internas, se verificou por duas vertentes, quais sejam, o afastamento da dissidência dos ‘puros’ e a acomodação de alguns quadros das

¹²² BEIGUELMAN (1973), pp.77-8.

administrações anteriores com presidências de província¹²³. De todo modo, tal composição de forças também se destinava, vale dizer, a evitar descontentamentos incontrolláveis nos quadros institucionais, que pudessem conduzir a rachas no processo de representação política. A respeito da disposição deste gabinete em minorar as dissidências a fim de engendrar, da melhor forma possível, o movimento conciliatório, afirma Francisco Iglesias:

Paraná era o político mais forte do país. Já passara por vários cargos importantes, em todos deixando sinais. Tinha o gosto da administração, sabia dominar os homens, era um dirigente nato. Naquele momento, ninguém mais talhado que ele para a presidência do Conselho. E soube exercê-la de forma objetiva, realizando quanto pensava, como prático e decidido que era.¹²⁴

Em uníssono com o argumento de Iglesias, afirma Oliveira Lima:

“Político de um extraordinário bom senso, aguçado pela clarividência e realçado por uma tenacidade que roçava pela obstinação, tratou em 1853 de fundir elementos de grande valia sob um programa sympathico de paz”.¹²⁵

O Marquês fixa, ainda, as relações entre a Coroa e o Gabinete; dá, nesta linha, maior ênfase às ações do Conselho de Estado, ainda que limite em parte a ação dos ministros, através de Leis ou de sua influência pessoal.

No que dirá respeito ao primeiro momento de sua gestão (setembro-dezembro de 1853), cabe citar, no campo político, que os membros da Câmara receberão o novo gabinete com um misto de curiosidade e ceticismo: ainda que fosse da opinião de todos a necessidade de uma política conciliatória, o ano se encerraria sem que se nutrissem esperanças significativas de que o Gabinete acolhesse, como uma outra parte de seu programa de ação política, membros de correntes políticas diferenciadas, internas ou não ao próprio Partido Conservador.

Durante o período em que ocupou o Ministério da Fazenda, em sobreposição ao cargo de Primeiro-Ministro, Carneiro Leão foi responsável pela implementação, na prática, da Lei Bancária de 1853, elaborada pelo ministro anterior, o Visconde de Itaboraí, que havia assumido a liderança do Conselho de Ministros no mandato imediatamente anterior.

¹²³ De fato, Eusébio de Queirós retirou-se, ainda que temporariamente, da vida pública, assim como Itaboraí; Paulino Soares de Sousa foi nomeado para dirimir questões de fronteira no território do Oiapoque (atual estado do Amapá); Zacarias de Góis, por fim, assumiu o posto de Presidente da Província do Paraná, então recentemente desmembrada de São Paulo.

¹²⁴ IGLESIAS (1982), p.41.

¹²⁵ LIMA (1927), p.44.

No mais, no campo econômico, cabe citar o empréstimo que foi realizado, por via do decreto nº. 723, a 30 de setembro de 1853, para a República Oriental do Uruguai, com fins de soerguimento e reconstrução do país após as guerras platinas e as disputas de poder entre *blancos* e *colorados*, com o valor de 60.000 *patacões* depositados mensalmente (o que perfazia um valor de aproximadamente 57:600\$000), com prazo máximo de um ano para a cessão dos créditos, ou seja, previa-se um montante máximo para o empréstimo de 720.000 peças (cerca de 691 contos de réis), a serem repassados às autoridades monetárias do Paraguai através do Ministério dos Estrangeiros.

Aprovaram-se, ainda, estatutos para algumas companhias de investimento em infraestrutura, que operariam com capital aberto, quais sejam, a *Companhia de Iluminação a Gás da Corte*, e a da estrada de ferro entre Recife e São Francisco¹²⁶. Outras companhias serão criadas nos anos vindouros, muitas delas operando, inclusive, com propósitos meramente especulativos.

O ano de 1854 não traz, ainda, grandes mudanças no campo político: Deve-se destacar, porém, o lançamento da proposta de reforma judiciária, pelo ministro Nabuco de Araújo, com mudanças ao código promulgado em 1841; pretendia-se, nesta reforma, priorizar o aumento do número de juízes nas cidades de porte médio e capitais de província, em detrimento dos pequenos núcleos.

Neste momento, fazendeiros de café e outros proprietários de terra fluminenses, formando um grupo doravante conhecido como movimento de Vassouras¹²⁷, temerosos da perda de prestígio junto às esferas locais do Poder Judiciário, pressionam os parlamentares pelo arquivamento da proposta, julgando-a reacionária, e com base no conceito de que tal projeto restringiria severamente a atuação dos tribunais do júri em pequenas cidades.

Todavia, mantém-se o gabinete Paraná, e da mesma forma os liberais não realizam maiores movimentos de contestação, ao menos no que é possível auferir pela consulta das fontes primárias – evidentemente, por encontrarem-se emudecidos nos canais oficiais: os liberais ocupam uma ou outra cadeira no Parlamento, muito esporadicamente, em caráter de suplência (como no caso de Bernardo de Sousa Franco, que havia sido eleito em legislaturas anteriores, porém teve sua posse negada).

¹²⁶ CASTRO CARREIRA (1980), pp.339-42. A dita ferrovia, porém, somente seria inaugurada no ano de 1860, após a contratação pelo governo federal, na condição de intermediador, de um novo empréstimo junto a bancos ingleses, no montante de £400.000.

¹²⁷ IGLESIAS (1997), p.45. Ainda sobre a questão da reforma judiciária, afirma Austricliano de Carvalho: ‘*Afinal, o projecto passou na Camara, levantada a questão de gabinete por Nabuco, para ir morrer no Senado estrangulado pela oligarchia de Vassouras, dos Teixeiras Leites*’ (CARVALHO (1927), p.511).

Recrudescem, porém, as críticas dos próprios conservadores ao gabinete. Entre elas, cabe citar a de Ângelo da Silva Ferraz, futuro Barão de Uruguaiana e Presidente do Conselho de Ministros (1859).

Em 1854, enquanto chefe do movimento de oposição, conforme afirma Nabuco de Araújo, o deputado realiza uma crítica contundente à política conciliatória, tida como limitada e mesmo infantil; a simples concessão de cargos aos liberais não poderia ser suficiente para acomodar os distintos interesses de grupos políticos, com vistas ao progresso. Afirma o deputado:

No partido que se chama liberal há homens assim de muito talento como de nobreza de caráter; eles não procuram, aceitas o que lhes oferece. (...) Esta política terá muito de sublime, mas eu creio que qualquer mercador de verduras faz o mesmo sem aspirar às honras de heroicidade. A verdadeira política da conciliação, aquela que todos consideram como necessária, não consiste no emprego destes meios¹²⁸.

A partir de 1854, a economia do Império entra em uma fase de aceleração de seu crescimento; este fenômeno foi engendrado, principalmente, a partir do incremento dos níveis de investimento na área de infra-estrutura.

Efetivamente, a 25 de Março deste ano, é inaugurado o sistema de iluminação a gás na cidade do Rio de Janeiro e na Corte. A 30 de Abril, na praia da Estrela, é inaugurado o primeiro trecho ferroviário do País, ligando o Rio à localidade de Raiz da Serra, próximo a Petrópolis. Esta estrada, cujo capital pertencia, em grande medida, a Irineu Evangelista de Sousa, recém-nomeado Barão de Mauá, seria a primeira de uma série de concessões do Governo Imperial a grupos externos para a construção de ramais ferroviários.

Estes processos – a iluminação à gás e a estrada de ferro – são apenas dois indicadores de uma conjuntura de investimentos obtidos a partir da ampliação da cessão de créditos para investimentos em infra-estrutura¹²⁹: Tal ampliação propiciou o surgimento de diversas companhias cujo interesse, ao menos de acordo com a retórica oficial, residia em captar recursos para a aplicação em plantas produtivas, contudo, em diversas situações, os recursos fora percebidos pelas companhias, porém os projetos não saíram do papel.

Neste aspecto, eram as ferrovias e investimentos na área naval que lideravam o *ranking* da esfera da especulação. Em outras palavras, a partir do biênio 1854-55, na esteira do

¹²⁸ IGLESIAS (1997), p. 48.

¹²⁹ MONT'ALEGRE (1972), p.127.

lançamento da Companhia de Iluminação, no Rio, e da primeira ferrovia, uma série de companhias surgiram no sentido de lançar ações e obter empréstimos bancários – ainda que boa parte destes recursos fosse drenado para operações no sistema financeiro¹³⁰.

Dentre algumas destas companhias, autorizadas por Decretos do Gabinete do Ministro da Fazenda, têm-se, a título de exemplificação, na província do Rio:

Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres;

Companhia Pharol Agrícola e Industrial;

Companhia Praça da Glória;

Companhia de Refinação e Destilação (destinada a realizar o fabrico de açúcar e de ‘carvão animal’);

Companhia de Carris de Ferro da Tijuca;

Companhia da Estrada de Ferro de Cantagalo;

Companhia Anônima de Produtos Químicos e Farmacêuticos da Corte.

Na Região Norte, reformularam-se os estatutos e relançou-se:

Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas;

E em São Paulo:

Companhia da Estrada de Ferro Santos a Jundiáí.

A partir de Agosto de 1857, mais 23 companhias foram autorizadas a funcionar, com capitais que somavam 39.742 contos de réis. Entre estas empresas, havia construtoras, empresas de pesca, mineração e navegação. Fomentava-se, neste sentido, a especulação na praça do Rio de Janeiro¹³¹. Em crônica ao Correio Mercantil, José de Alencar faz alusão ao movimento

¹³⁰ Entre 1851 e 1856, o Governo aprovou, por decreto, a criação de 78 companhias, com capital estimado em 156.368 contos de réis, todo este valor representado em ações negociáveis (MONT’ALEGRE(1972), p.136). Em um autor contemporâneo ao período em estudo, tem-se uma opinião negativa a respeito do início da espiral especulativa: ‘*Pode-se afirmar que até 1852 os commerciantes do Rio de Janeiro podião ser apontados como modelo de honradez a todos os negociantes do mundo; mas desde que a febre das emprezas por associações anonymas nos accometteu, e com ella o imoral jogo da agiotagem, sentio-se uma rápida transformação na circumpção e critério de grande parte dos nossos negociantes, e nas outras classes sociaes a que estas aleatórias especulações se entregarão*’. SOARES (1865), pp.11-12. E, em uma crítica mordaz, afirma José de Alencar: ‘*Ora, se há tempo em que a solidão seja insuportável, é este de agora, em que não se fala, não se trata, nem se pensa senão em companhia. Janta-se em companhia dos amigos, passa-se a noite em boa companhia, e ganha-se dinheiro em companhia. Nada hoje se faz senão por companhia. A iluminação a gás, as estradas, os açougues, o asseio público, a construção de ruas, tudo é promovido por este poderoso espírito de associação que agita atualmente a praça do Rio de Janeiro*’. ALENCAR (1955?), p.162.

¹³¹ Liberato de Castro Carreira (1960) afirma que, na década de 1850, surgiram 71 empresas associadas a privilégios industriais. 62 indústrias, 14 bancos de depósito, desconto e emissão, 3 caixas econômicas, além de 20 companhias de navegação, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de ferrovias, 2 de estradas de rodagem, 4 de bondes de tração animal, 8 de mineração, 3 de transporte público de passageiros e 2 de iluminação e distribuição de gás.

especulativo, que invadia as esferas da vida urbana, em trecho que, a despeito de longo, é fortemente conveniente resgatar:

Se não quereis ficar doido, abandonai a cidade, fugi para Petrópolis, ou fechai-vos em casa.

Sobretudo não vos animeis a deitar a cabeça à janela ou a sair à rua, ainda mesmo de noite.

Apenas derdes os primeiros passos, encontrareis um homem grave, que vos apertará a mão como antigo conhecido.

Pensais que vai perguntar pela vossa saúde, ou falar-vos de algum negócio particular? Enganai-vos completamente.

Desde terça-feira que não há nesta grande cidade senão um negócio. A forma vulgar da saudação, o clássico *bons dias*, foi substituído por um cumprimento mais cheio de interesse e solicitude:

— Então, quantas teve?

— Vinte.

— Ah! dou-lhe os parabéns.

E o sujeito deixa-vos com um pequeno sorriso de despeito ou de vaidade satisfeita.

Daí a dois passos encontrais um outro conhecido de mãos nos bolsos e chapéu à banda.

— Meu amigo, quer vender?

— O que, senhor?

— As suas ações.

— Ah! as minhas ações! Não se vendem.

— Pois, se quiser, fico com todas as dez.

Este especulador, que tomais por um comprador de ações, está desesperado por vender as suas antes do dia onze.

(...)

E continuais o vosso caminho, já um pouco azoado.

— Psiu!...psiu!

É um amigo que vem a correr, naturalmente para participar-vos alguma novidade importante.

— Sabe alguma coisa de novo?

— A respeito...

— Ora, a respeito das ações.

— Não; não tenho ouvido dizer nada.

— Fala-se numa segunda errata.

— Qual! não tinha jeito nenhum.

— Como! O regimento de custas era obra de juriconsultos, e teve duas erratas.

— Tem razão!

— Adeus.

(...)

Se falais de uma moça elegante, de um lindo *toilette* preta que brilhava um desses dias nos salões, de uns bonitos olhos e de uns requebros graciosos, vos interrompem de repente:

— O pai não teve ações!

Se vos lembrais da Charton na Filha do Regimento, e se despertais todas as vossas belas recordações para sacia-las segunda-feira, ouvindo aqueles gorjeios maviosos de envolta com as facécias do Ferranti, não vos deixam acabar.

— É verdade, diz um, a propósito de Ferranti, deram-lhe dez ações!

E saís desesperado, correndo para a casa antes que vos venham atordoar novamente os ouvidos com a maldita palavra que está na ordem do dia.

Quanto mais se soubésseis o que é realmente para toda a sociedade a lista que publicaram na terça-feira os jornais diários da corte.

É uma espécie de cadastro, de registro, de livro negro da polícia, no qual se acham escritas as ações de cada um, por conseguinte o seu talento, a sua virtude, a sua consideração na sociedade.

As moças lá vão procurar os nomes dos noivos; os negociantes indagar se os seus devedores merecem a continuação do crédito; os amigos saber o grau de amizade que devem despende mutuamente.

Os curiosos divertem-se com as comparações, e os parasitas estudam os nomes daqueles a quem devem tirar o chapéu ou fazer simplesmente um cumprimento de proteção.

E assim são as coisas deste mundo.

Dante os homens tinham as suas ações na alma e no coração; agora tem-nas no bolso ou na carteira. Por isso naquele tempo se premiavam, ao passo que atualmente se compram.

Outrora eram escritas em feitos brilhantes nas páginas da história, ou da crônica gloriosa de um país; hoje são escritas num pedaço de papel dado por uma comissão de cinco membros.

Aquelas ações do tempo antigo eram avaliadas pela consciência, espécie de cadinho que já caiu em desuso; as de hoje são cotadas na praça e apreciadas conforme o juro e interesses que prometem.¹³²

Pelo lado do comércio, porém, esta situação, a ampliação do crédito, também seria passível de verificação: o rápido incremento das quantidades exportadas a partir de 1849, notoriamente de *commodities*, impulsionou a tomada de empréstimos de grandes proprietários para a ampliação de suas propriedades¹³³. Diante desta demanda crescente por crédito, o sistema bancário, que operava já em seu limite de empréstimos em relação aos seus encaixes, é forçado a aumentar o limite de emissões. Já em 1854, o Banco do Brasil solicita licença para elevar a capacidade emissora ao triplo de seu acervo em moedas metálicas¹³⁴.

Tal fato não exime, porém, a verificação de um incremento das importações, tanto em bens de capital – para as obras de infra-estrutura – quanto em bens de luxo, para o consumo dos estratos mais abastados da sociedade. O consumo de tais bens representava, é válido afirmar, uma espécie de ‘dreno’ de recursos, para fora da rede bancária nacional, em detrimento de um processo de acumulação interna de recursos.

A proibição do tráfico negreiro a partir de 1850, porém, trouxe consigo um movimento de progressiva escassez de oferta de mão-de-obra escrava; com o aumento dos preços dos escravos que se estabelecia no período, estudavam-se medidas de caráter atenuador, através

¹³² ALENCAR (1955), pp. 267-70.

¹³³ A título de ilustração, temos as quantidades exportadas dos principais gêneros, em toneladas. Café: 129.000; Açúcar, 127.000; Fumo, 7.000; Mate, 6.000; Borracha, 5.000; Cacau, 4.000 (MONT’ALEGRE (1972), p.127).

¹³⁴ ‘Foi nesse anno que elle [Carneiro Leão] autorizou a inflação monetária, a elevação ao triplo do seu fundo disponível das emissões do Banco do Brasil, para evitar a queda do cambio e a suspensão dos pagamentos em ouro’. CARVALHO (1927), p.513.

do estímulo à formação de correntes migratórias. A princípio, cogitou-se a entrada de chineses, cuja eficácia havia sido comprovada em outros territórios. Seria, porém, apenas nas décadas seguintes que o movimento de migração, baseada na mão-de-obra européia, apresentaria um incremento significativo¹³⁵.

No biênio 1855-6, que corresponde ao ocaso do gabinete Paraná, a medida de maior destaque no campo político, certamente, gira em torno da reforma da Lei Eleitoral. Mais que simplesmente reordenar o processo de representação política, o projeto visava também fortalecer, tal como nas propostas da década de 1840, a autoridade central, retirando as chamadas ‘incompatibilidades’, que tornavam impossível a eleição de quadros mais qualificados ao exercício do poder, como magistrados e outros membros do Poder Judiciário, além de generais, autoridades municipais e juízes de paz, por exemplo.

A eleição para a legislatura de 1853-56, que havia consolidado a maioria de conservadores nas casas do Legislativo (sobretudo na Câmara dos Deputados), havia sido feita sob a égide do código de 1846 (Lei nº. 387), e às custas de métodos de coerção sobre os (poucos) eleitores aptos a exercerem o direito ao sufrágio, métodos estes que foram, evidentemente, denunciados pelos liberais. A eleição era feita pelo modo indireto, com os eleitores escolhendo seus candidatos que estavam inseridos em uma lista fechada, cuja composição era de atribuição direta dos presidentes de cada província.

A reforma eleitoral propunha, por outro lado, a alteração deste sistema: A representação desempenhada pelo deputado não se faria mais em função de sua província de origem como um todo, mas sim de um distrito determinado pelo governo: cada circunscrição eleitoral regional elegeria o seu próprio deputado, ampliando a capacidade de reinvidicação das esferas locais¹³⁶. Após amplos debates, onde se afirmava principalmente que tal projeto reduziria a resolução das questões políticas nacionais ao nível de aldeias e paróquias, dada a representação local no Poder Legislativo, o projeto é aprovado, tornando-se a Lei nº. 842, a 19 de setembro de 1855.

A conciliação política, neste momento, atinge parte de seus objetivos: registram-se, nos primeiros meses de 1856, poucas discussões no âmbito do Parlamento, haja visto que se

¹³⁵ Idem, p.139. Não pode, porém, descartar a existência do tráfico de escravos com natureza interprovincial, que, até certo ponto, manteve o abastecimento dos complexos econômicos do centro-sul a partir do remanejamento de cativos das regiões setentrionais do Império; tal discussão está melhor sintetizada em TROVÃO e ALMEIDA (2008).

¹³⁶ GRAHAM (1997), cap.3.

preunciavam novas eleições para o ano seguinte, já sob a égide da nova legislação. Em alusão a esta aparente calma, afirma o Imperador, em sua *Fala do Trono*:

A paz e a ordem interna se consolidam cada vez mais pela calma dos espíritos e pelas tendências do povo para o trabalho e para os melhoramentos do país. Este resultado, devido em grande parte à política até agora seguida, justifica a continuação do apoio franco e decidido que sempre vos tem merecido.¹³⁷

No que dirá respeito à mudança de nomes na composição do Conselho de Ministros, nota-se uma reforma, ainda que limitada, em junho de 1855: Assumem, entre outros, José Maria Paranhos, futuro visconde do Rio Branco (Estrangeiros), Caxias (Guerra) e na Marinha, João Maurício Wanderley, (Barão de Cotegipe, futuro presidente do Conselho de Ministros, no ano de 1885)¹³⁸.

Em parte, o impasse na questão platina, com o recrudescimento das ameaças do Paraguai ao Brasil e aos países que lhe eram aliados, engendrou um desgaste das lideranças dos ministérios mais sensíveis a problemas de natureza externa, em que pese o fato de Paraná afirmar em seus discursos, sistematicamente, o afastamento dos ministros por questões puramente pessoais¹³⁹.

A 12 de janeiro de 1855, o marquês abandona o cargo interinamente (dando a lugar a Antônio Limpo de Abreu, o visconde de Abaeté), retornando em 27 de Janeiro e tornando a acumular as duas pastas, da Fazenda e do Conselho de Ministros. Durante seu segundo mandato no Ministério, o marquês prezou pelo aumento da unificação do sistema bancário nacional, com a fusão dos Bancos Comerciais do Maranhão, Bahia e Pará, bem como o Banco de Pernambuco, ao Banco do Brasil. Tal medida possuiria, como objetivo primordial, a contenção da ‘drenagem’ de recursos deste mesmo sistema, através da progressiva formação de uma rede bancária controlada – e, no limite, monopolizada – pelo Banco do Brasil.

Porém, nos momentos finais de seu controle sobre a pasta, as finanças nacionais passaram por um período de descontrole: a redução do saldo comercial com o aumento das importações – fruto de um surto de consumo incentivado pela viabilização de trocas comerciais com os países ‘centrais’ após a adesão nacional ao padrão-ouro – e o aumento das operações de

¹³⁷ Citado em IGLESIAS (1997), p.54.

¹³⁸ Em citação elogiosa a respeito de Wanderley, afirma José de Alencar: ‘É inegável que este nome dá nova força e novo prestígio ao gabinete, que decerto não podia fazer uma melhor aquisição.’ ALENCAR (1955?), p.253.

¹³⁹ Idem, p.51.

crédito para investimento em companhias responsáveis por obras de infra-estrutura, além do aumento do consumo conspícuo, de luxo, implicou na necessidade de contratação de créditos externos, para a manutenção das reservas internacionais, bem como na elevação do volume emitido de papel-moeda pelo Banco do Brasil. Em estudo clássico, Austrícliano de Carvalho alude a este período com termos mais incisivos:

Entra, agora, um período singular [*o período da Conciliação*]. As patrulhas exgotaram-se, sem finalidade e desilludidas. O tráfico negreiro extingue-se e os capitães do torpe commercio derivam para as sociedades anonymas, mais proveitosas á nação. Desenvolveram-se a especulação e a agiotagem. Perverteram-se os hábitos de frugalidade e modestia, com a abundancia do dinheiro, e o luxo dos outros invadiu todas as almas.¹⁴⁰

Tendo novamente se afastado do Ministério da Fazenda a 23 de agosto (sendo substituído por Wanderley), a 3 de setembro a morte de Carneiro Leão interromperá as atividades do gabinete: D. Pedro II, porém, não aceitaria o pedido de demissão coletiva dos ministros, que alegavam não possuir condições de governar sem a liderança de Paraná, bem como por conveniências pessoais.

O Imperador, neste sentido, rejeita a proposta afirmando a conveniência da permanência dos ministros em seus cargos, a fim de completar as reformas preconizadas na nova Lei Eleitoral, ou ao menos até que se realizem novas eleições e se permita a tomada de posse da nova legislatura. Para a presidência do Conselho de Ministros, neste momento, assumirá Luís Alves de Lima e Silva, então Marquês de Caxias.

Com a morte de Paraná, e o fim de seu gabinete, o movimento conciliador, em parte, também perde força; não se verificará, nas legislaturas futuras e nos diferentes grupos componentes do Conselho de Ministros, a capacidade de governança que foi possível verificar no grupo liderado por Carneiro Leão.

De fato, as legislaturas subseqüentes da Câmara dos Deputados, eleitas por força de voto, traziam de volta para os círculos mais íntimos de poder indivíduos que haviam sido afastados dos mesmos quando do surgimento da Conciliação. Acalmados os ânimos, e sanado o espírito de revolta que dominava o país desde o período regencial, cabia aos parlamentares recompor forças para concentrarem-se no soerguimento e consolidação do Estado Imperial. Tal soerguimento se verificaria, a título de exemplificação, na dimensão administrativa, haja visto

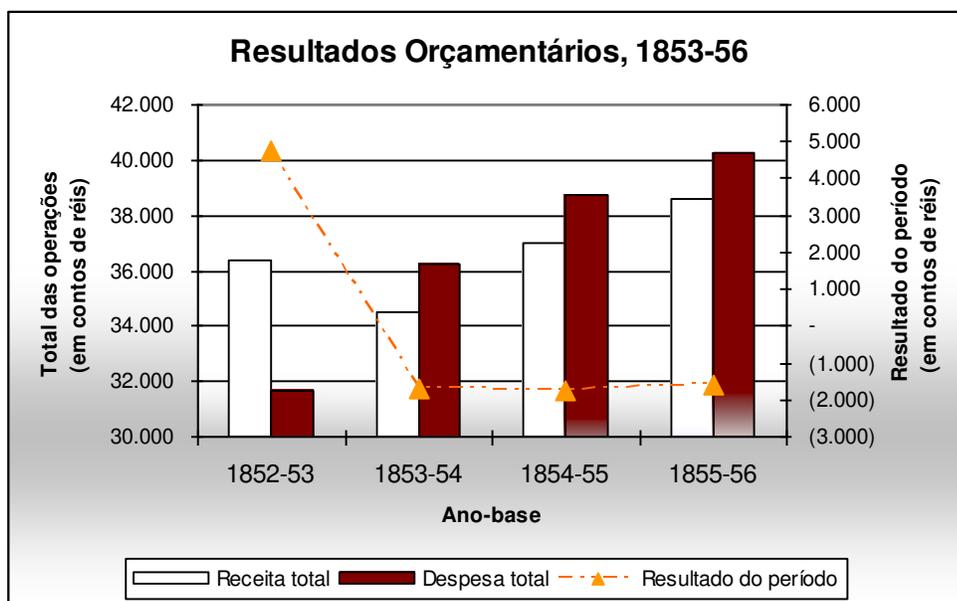
¹⁴⁰ CARVALHO (1927), p.503.

o salto do volume de investimentos em infra-estrutura que se nota a partir de 1853-54, principalmente no entorno da Corte, com companhias de iluminação e inauguração de estradas de ferro.

De toda forma, também para a dimensão econômica, será certamente favorável a avaliação do Gabinete liderado pelo Marquês do Paraná. A despeito da aprovação, por força de decretos-lei, ao funcionamento de companhias e empresas de investimento que captaram recursos sob forma de subscrição de ações e não realizaram o investimento (após 1857, principalmente), este Gabinete conservador prezou pela prudência na cessão de créditos e na emissão de moeda, evitando a expansão exagerada do meio circulante e a desvalorização seqüencial do mil-réis.

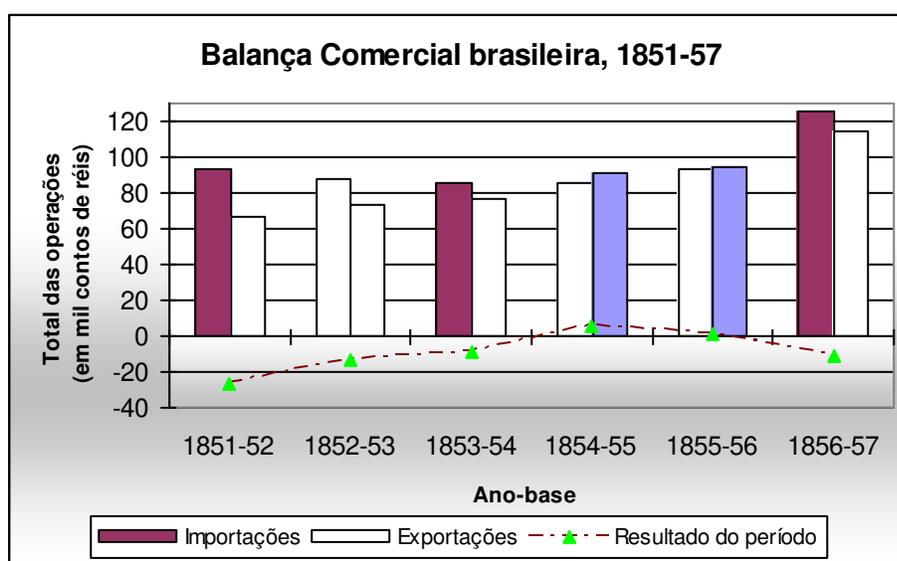
Para o setor bancário, principalmente, o período foi bastante profícuo: No final do exercício de 1854 (por decreto assinado a 20 de dezembro), e em 1855 (por decreto datado de 21 de março), criaram-se novas Caixas Filiais do Banco do Brasil, que estavam agora espalhadas por mais nove províncias do Império (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, São Paulo e Rio Grande do Sul).

Na dimensão orçamentária, porém, registraram-se déficits de pequeno vulto, haja visto que o Tesouro, atento aos princípios da Lei n.º. 401, evitou recorrer à emissão de moeda para cobrir as despesas correntes do governo, conforme faz alusão o Gráfico 06:



Fonte: CASTRO CARREIRA (1980)

Durante o período que precede a crise de 1857, pode-se ter em conta, portanto, que a economia brasileira vivia um momento de expansão: a ocupação da fronteira agrícola, e também, o progressivo estabelecimento do café enquanto cultura destinada à exportação colaboravam no sentido de ampliar o saldo dos cofres públicos; da mesma forma, na área comercial, o aumento do volume de exportações implicou na entrada significativa de capitais estrangeiros ao longo da década, ainda que os saldos comerciais, na maioria dos exercícios fiscais, registrem pequenos déficits. O Gráfico 07 ilustra a tendência:



Fonte: CALÓGERAS (1960), p.103.

Evidencia-se que os saldos comerciais mantiveram uma trajetória positiva nos anos de 1854 e 1855. Contudo, nota-se uma queda brusca no ano fiscal 1856-1857, como parte dos rumores iniciais que acabaram precipitando a crise que é objeto de nossa discussão. Neste ano, o Banco do Brasil ‘comprou’ 8.386 contos de réis em ouro inglês, a fim de saldar seus débitos em relação ao fundo disponível. Outra forma de cobrir este déficit se deu através da emissão: no mesmo período, o volume de moeda emitida atingiu 32.805 contos de réis, 40% superior ao ano precedente.

Em 1856, de fato, nota-se a elevação das exportações, mas a perda de moeda metálica, para cobrir as importações, sem que se percebessem sinais de recuperação, tornava a economia nacional extremamente frágil e sujeita a crises. O desencadeamento de fenômenos como este, porém, não se dará a partir da dimensão interna (em que pese que a vulnerabilidade do

sistema possuía aspectos majoritariamente internos, como a desagregação da rede bancária e o próprio *drive* exportador do período): será o movimento especulativo norte-americano o fator crucial para a quebra de diversas instituições financeiras pelo mundo, desencadeando impactos igualmente significativos sobre o Brasil.

Como balanço do Gabinete Paraná no campo administrativo-econômico, portanto, observa-se a orientação pelos princípios de ortodoxia, poupança e equilíbrio fiscal. Neste momento, as disputas entre defensores do crédito e metalistas puros são vencidas pela última corrente, com restrições à atividade especulativa e pressões por orçamentos equilibrados e saldos comerciais favoráveis.

2.3. Primeiro Gabinete Caxias

Conforme aludimos no tópico anterior, com a morte de Carneiro Leão, e o presumido fim de seu gabinete, os ministros que o compunham solicitam sua exoneração ao Imperador, que a recusa sob o argumento da necessidade de manter a continuidade do processo político, marcado então pela consolidação da reforma eleitoral.

Entendia D. Pedro II, neste sentido, que a substituição imediata do Gabinete traria prejuízos a este processo, uma vez que não se realizara ainda, de modo completo, a divisão dos círculos eleitorais: a convocação de novos nomes para a composição do Conselho de Ministros poderia desagradar as lideranças conservadoras, que ainda mantinham maioria no Parlamento. O Imperador, assim, convoca o então ministro da Guerra, marquês de Caxias, para a liderança do Conselho (mantendo, sob forma de sobreposição, a pasta que havia assumido no Gabinete Paraná). O programa do gabinete se manteria, até que a nova legislatura tivesse assumido seus cargos, a partir do ano de 1857.

Realizado o processo eleitoral, já sob a égide da nova lei, houve uma sensível mudança na composição partidária dos novos quadros: registrou-se o ingresso de diversos liberais, o que denota, além do relativo sucesso da nova legislação, o afastamento das legislaturas de partido único que se vinham registrando nos anos anteriores. Mais que isto, o novo sistema modifica o modelo de representação política no que diz respeito aos pressupostos de ‘domínio’ dos potenciais eleitores pelos candidatos.

Colocando em termos mais claros, no modelo anterior à reforma eleitoral, era necessário que o candidato tivesse uma influência que se estendesse sobre a província como um todo; com a nova lei, bastava o domínio de um ‘círculo’, uma pequena circunscrição de natureza local. Esta modificação traria as lideranças regionais, anteriormente dispersadas pelo território, para dentro dos círculos mais íntimos do Poder Legislativo.

De toda forma, esta significativa participação de liberais na legislatura que assumiria em 1857 poderá ter contribuído, inclusive, para que, com o Gabinete que se seguiria ao Paraná-Caxias, um indivíduo pertencente aos quadros liberais, Bernardo de Sousa Franco (cuja eleição havia sido impugnada em 1853, conforme fizemos alusão anteriormente) pudesse assumir cargos dentro do Conselho de Ministros, através da condução dos negócios do Ministério da Fazenda¹⁴¹.

Possuindo uma natureza meramente transitória, o gabinete Caxias não possui ações de vulto em termos de política econômica, ‘contentando-se’ em satisfazer as demandas mais relacionadas ao cotidiano do Império. Deve-se registrar, para o período de 1856 sob o controle deste gabinete, a aprovação do funcionamento, além de ‘favores’, a mais algumas companhias, além de fixar em 7% a taxa de exportação.

Já para os quatro primeiros meses de 1857, registraram-se, além de questões de ordem geral, como fixações de alíquotas para impostos de produtos, normas técnicas dirigidas aos funcionários das coletorias, incorporações de terras pertencentes a indígenas, além de prescrições para o recolhimento aos cofres federais das multas que eventualmente fossem aplicadas em caso de contrabando de escravos¹⁴².

Todavia, a posse da nova Legislatura, efetivada a 4 de maio de 1857, imprimiria novo ritmo ao processo decisório, e traria novos quadros para a gestão da política econômica do Império, que terão como grande desafio conter a onda especulativa que já se verificava em dimensão global, e que resultaria, meses depois, em um grande movimento de reversão de expectativas, com a ocorrência de ‘pânicos’ e corridas bancárias, causadoras de falências e concordatas em diversas casas do gênero, no Brasil e no exterior.

Portanto, neste momento de transição ministerial, caberá realizar um breve parêntese para discorrer a respeito do setor externo no biênio 1856-57, a fim de compreender melhor as ações de política econômica que permearão o período da crise que se abateu sobre a praça do Rio de Janeiro.

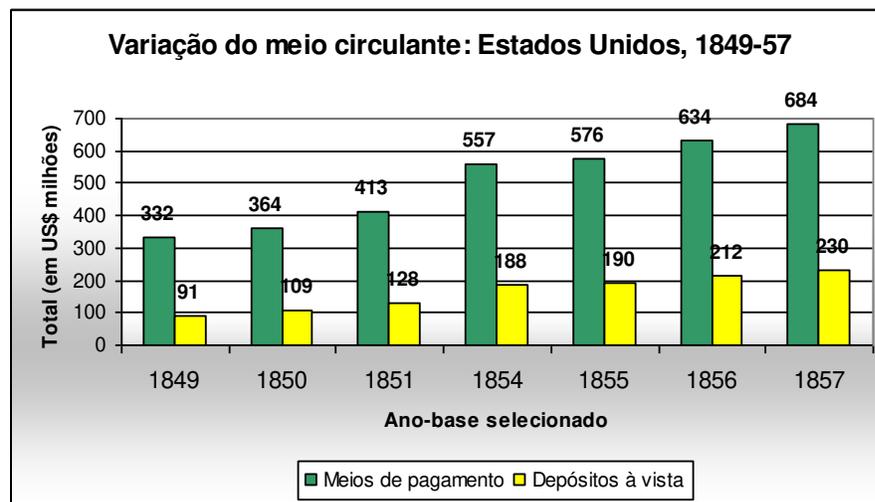
¹⁴¹ GRAHAM (1985), p.781.

¹⁴² *Coleção de Decisões* (1857), p.3.

2.3.1. Especulação e crise: Influências externas

A partir dos anos 1849/1850, registraram-se descobertas de jazidas auríferas nos Estados Unidos e na Austrália. Essa nova ‘febre do ouro’ propiciou uma entrada maciça do referido metal nos espaços econômicos europeus, incentivando o mercado financeiro e aumentando a dinâmica especulativa, que se concentrava na compra de participações acionárias em companhias de origem diversa, em que se incluíam também as de natureza mineradora.

Mais que isso, o surgimento de novos estabelecimentos bancários contribuiu, igualmente, para o aumento das emissões de papel moeda, que em 1857 foram responsáveis pelo aumento da razão entre papel-moeda em poder do público e moeda metálica em poder do público, que passou de 6 para 1 (1837), ao patamar de 8 para 1 em 1857. Fazendo referência, ainda, à dimensão do meio circulante, o Gráfico 08 faz alusão à variação dos meios de pagamento dos bancos, *pari passu* ao aumento de seus depósitos:



Fonte: JUGLAR (1915), p.82.

Durante a década de 1850, este movimento especulativo revelou-se bastante intenso nas praças dos Estados Unidos e na Europa, porém concentrou-se significativamente sobre os papéis de companhias norte-americanas: para uma economia em expansão de sua infra-estrutura interna, tem-se que grandes obras e *joint-ventures* entre os setores público e privado, corporificadas nas estradas de ferro que marchavam, em ritmo célere, às jazidas dos territórios do

Oeste, representariam, de forma emblemática, as pontas-de-lança do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos¹⁴³.

Com a progressiva ocupação destes territórios, a ampliação da malha ferroviária incentivou o fomento a diversas companhias de construção/administração destes ramais, que mantinham capital aberto em Bolsa de Valores, a fim de poderem captar fundos que fizessem frente aos investimentos necessários no setor.

No tocante a estas empresas de participação societária, é possível evidenciar que os preços médios de suas ações começaram a subir de forma vertiginosa entre 1855 e 1857, incentivando a dinâmica especulativa: empresas foram fundadas sem que tivessem sequer um projeto claro de implementação de ferrovias no território estadunidense. Apenas no ano de 1856, surgiram 25 companhias com tais características¹⁴⁴.

A ampliação do estoque de ouro na década de 1850 também tem impacto direto sobre os preços gerais, nas economias ocidentais; diante da alta de preços, decorrente do aumento do meio circulante, (e também por conta deste mesmo aumento na criação de moeda), amplia-se a oferta de crédito nos mercados europeu e norte-americano. Alguns bancos, de capital aberto e de médio/grande porte – tais como o *Crédit Mobilier* francês – passaram a realizar grandes empréstimos para os setores industrial e comercial. Em fins de 1856, a especulação atinge seu auge.

Pode-se realizar, ainda, mais algumas reflexões a respeito do funcionamento da economia norte-americana antes da crise que nos propomos a discutir: O mecanismo de adoção do ouro como equivalente de trocas, neste país, funcionou *de facto* – ou seja, desprovida de embasamento jurídico-institucional – entre 1834 e 1862, quando os gastos relacionados à Guerra de Secessão impulsionaram a atividade de emissão de moeda e de títulos de dívida pública – também conhecidos por *greenbacks* por parte do Tesouro Norte-Americano. Será, assim, apenas em 1879, quatorze anos após o término do conflito armado, que nos Estados Unidos se implementará o padrão-ouro *de jure*¹⁴⁵.

¹⁴³ MOORE (1975), BENSEL (1990).

¹⁴⁴ JÚGLAR(1989), p.88.

¹⁴⁵ MARCONDES (1998), p.538; ÓNODY (1960), p.151. A Guerra de Secessão, cabe citar, foi bastante importante para a desorganização progressiva das finanças norte-americanas ao longo da década de 1860. A fim de financiar o esforço de guerra, o Tesouro passou a recorrer às emissões de notas e títulos de médio prazo, conhecidos como *greenbacks* (por terem a cor verde em seu verso), e em 1862, os pagamentos em espécie foram suspensos, em preferência a estes títulos. Para maiores detalhes, ver BENSEL (1990), pp.262-65.

Contudo, mesmo os EUA não estariam imunes a crises em diversos momentos. Clément Juglar (1989) afirma que o sistema bancário norte-americano enfrentou pânico nos anos de 1815-16, 1820, 1839, 1848, até a primeira grande crise em 1857¹⁴⁶.

Durante a década de 1850, observa-se também, para os EUA, um surto de prosperidade em relação às suas transações em âmbito internacional: As exportações de trigo do referido país experimentaram uma expansão significativa, por conta do aumento do consumo na Europa e, em grande medida, pela retirada do trigo russo do mercado a partir de 1853, com a eclosão da Guerra da Criméia.

Estas exportações, porém, não eram capazes de compensar o aumento das importações, concentradas, sobretudo, sobre bens de capital, bem como sobre insumos básicos para a indústria ferroviária, aquecida com o aumento da atividade especulativa através do lançamento de diversas companhias de construção de estradas de ferro, conforme citamos anteriormente.

Face ao aumento das importações e, a partir de 1856, a retomada do ritmo ‘normal’ das exportações com o término da Guerra da Criméia, as reservas norte-americanas em ouro reduziam-se drasticamente; o sistema financeiro norte-americano, já fragilizado, sofrerá seu primeiro golpe mais intenso em Agosto de 1857, com a falência da *Ohio Life & Trust Company*, cujos ativos, aplicados sobre títulos de companhias ferroviárias, eram superiores a 5 milhões de dólares (em valores da época). A falência desta companhia, considerada sólida até poucos dias antes de sua quebra, é a primeira de uma série de falências de bancos da Costa Leste dos Estados Unidos, e que se prolongaria até 1858.

Para o caso europeu, observam-se diferentes fenômenos que engendraram a aceleração da especulação e posterior crise do sistema financeiro. No início da década de 1850, a Europa (e principalmente a Grã-Bretanha) passava por um período de prosperidade por conta do reaquecimento do sistema produtivo após o fim do conflito entre a Prússia e a Áustria no biênio 1851-52, bem como pelo recebimento de juros e dividendos do *boom* de empréstimos da década de 1840¹⁴⁷.

¹⁴⁶ É importante ter em mente que, durante estes momentos de crise, o volume de notas em circulação ultrapassava o dobro do fundo disponível em moeda metálica nos bancos norte-americanos. Em alguns casos, como na crise de 1830, a circulação remontava a 135 milhões de dólares, para uma reserva de apenas 45 milhões (JUGLAR (1989), p.19).

¹⁴⁷ A respeito da onda de empréstimos, notoriamente de origem britânica na década de 1840, ver maiores referências em PETTIS (2001).

Não obstante, a descoberta de jazidas minerais na Califórnia e na Austrália gerou grande incremento de riqueza para os cofres ingleses; para que esta quantidade de moeda fosse absorvida pelo sistema financeiro, o Banco da Inglaterra reduziu a taxa de juros e aumentou as operações de redesconto, dando início a um amplo ciclo de investimentos em companhias de transporte ferroviário e aplicação em terras de além-mar¹⁴⁸.

E no campo das operações militares, deve-se registrar dois fenômenos de grande vulto. Em primeiro lugar, a eclosão da Guerra da Criméia frustrou boa parte da euforia do mercado europeu no que diz respeito à expansão do *quantum* de investimentos. E em segundo lugar, o início do chamado Grande Motim na Índia, em 1857, paralisaria este grande mercado consumidor de produtos britânicos, ao mesmo tempo que provocava o aumento dos gastos militares pelas autoridades inglesas. Deslocar-se-á novamente, assim, o foco dos agentes e investidores sobre as esferas acumulativa e especulativa.

Contudo, registram-se diferentes dinâmicas entre as diversas praças europeias, no que alude ao alvo primário da especulação: Na França e na Inglaterra, aplicaram-se grandes quantias de capital em companhias de construção de ferrovias e na compra e manutenção de estoques reguladores de *commodities*, tais como trigo (para a Inglaterra) e café (no caso francês). Já no caso da Alemanha, o foco se deslocou para o sistema bancário, em especial na praça de Hamburgo: criaram-se novos bancos de emissão e redesconto de títulos; na Escandinávia, por fim, os agentes investidores demandaram as companhias de construção de navios de guerra.

Colocadas, portanto, as nuances que permeiam a crise de 1857, que consiste em um momento capital deste trabalho, levando-se em conta principalmente os principais mecanismos de especulação no contexto do padrão-ouro, caberá verificar o modo como tais mecanismos se reproduziram no Brasil, e como as autoridades monetárias – imbuídas, eventualmente, de posturas diferenciadas a respeito da condução da política de emissão do meio circulante – reagiram a tais conjuntura de instabilidade.

¹⁴⁸ Para uma versão sintética da análise da crise de 1857 em solo europeu, KINDLEBERGER (2000) fornece algumas considerações. Visões mais aprofundadas a respeito da economia britânica no período, por sua vez, são obtidas em CROUZET (1982). Para uma explanação mais detalhada a respeito dos descobrimentos de jazidas na Califórnia e na Austrália, ver VILAR (1980).

2.4. *O segundo Gabinete Olinda e a Crise de 1857*

É sob clima de relativa incerteza que se forma o novo grupo que comporá o Conselho de Ministros; efetivamente, com a morte de Carneiro Leão, havia-se aberto um vácuo significativo no meio dos conservadores, e havia um certo ambiente de incerteza quanto à continuidade da política conciliatória sem a liderança forte como a do Marquês do Paraná. Esta incerteza torna-se patente quando membros de vulto no Partido Conservador, como Paulino Soares de Sousa, recusam-se a assumir a presidência do Conselho. Será Araujo Lima, agora marquês, quem aceitará a convocatória do Imperador para a composição do novo Gabinete.

Conjugam-se, agora, indivíduos que haviam sido afastados do círculo do poder, e mesmo membros do Partido Liberal, tais como Jeronymo Coelho (Guerra) e Bernardo de Sousa Franco, que assume a pasta da Fazenda. Como se verá, este ministro será responsável por uma mudança ampla na condução da política monetária, no que toca ao meio circulante, e na gestão do ‘sistema bancário’ nacional.

O discurso que pauta o início deste gabinete, proferido pelo próprio Marquês, como resposta da Câmara à Fala do Trono, é de continuidade das políticas implementadas pelos gabinetes Paraná/Caxias, tanto no sentido conciliatório quanto na condução dos negócios do Estado. Nesta linha de raciocínio, afirma o Presidente do Conselho de Ministros:

“O ministério não pode apresentar trabalhos, que não os tem preparados, por isso adotará os projeto que já estão em andamento em ambas as casas, salvas aquelas modificações que julgar convenientes. (...) Esperamos que daí resultarão instituições que assegurem a tranqüilidade pública e promovam o desenvolvimento da riqueza nacional. Eis o nosso programa.”¹⁴⁹

Na pasta da Fazenda, ocupa sua liderança Bernardo de Sousa Franco, futuro Visconde de Sousa Franco. Membro, inclusive, do Partido Liberal, sua postura, como se verá, contrariará a lógica implementada pelos diferentes gabinetes conservadores, à medida que prioriza o aumento do meio circulante, com a liberação da emissão de moeda aos bancos espalhados pelo território, a fim de atender às crescentes exigibilidades de reprodução dos

¹⁴⁹ Citado por IGLESIAS (1995), p.62.

complexos econômicos¹⁵⁰. O próprio Sousa Franco, em estudo publicado anos antes, faz menção a esta questão:

Decidi-me a publicar este pequeno opúsculo pela consideração de que em um país novo e falto de capitais como o Brasil, é-lhe serviço importantíssimo procurar desenvolver seus trabalhos e lançar mão das instituições de crédito como o mais poderoso meio de aproveitar os capitais desempregados, pô-los a serviço da indústria, e como que os duplicara em seu benefício.¹⁵¹

E, ainda, no que diz respeito à preferência pela circulação de papel-moeda e pela liberação do direito de emissão, afirma Sousa Franco:

No ponto de vista exclusivo da segurança a moeda metálica é preferível a todas, mas não é esta condição única da bondade do meio circulante. A moeda metálica dificulta a sustentação e estabelecimentos de crédito, que tão necessários são aos países industriais; embaraça as transações pela dificuldade de transporte e contagens; e perdem-se neste sistema os lucros da aplicação dos metais aos outros diversos usos a que são indispensáveis, para os ter somente empregados na fatura das moedas em que podiam ser substituídos até certo ponto por matéria menos dispendiosa¹⁵².

A princípio, o ministério registra ações de limitado vulto, afirmando-se apenas um hipotético estado de tranqüilidade nas finanças do Estado, dado que achavam-se pagas todas as suas despesas e gastos correntes, bem como por haver disponibilidade de ativos nos cofres do tesouros, além de não terem sido emitidos títulos do Tesouro, o que configura a inexistência de dívida flutuante.

Deve-se registrar, porém, o decreto de 26 de agosto, que autorizava o governo a realizar negociações de empréstimos para a Estrada de Ferro D. Pedro II, bem como a outras companhias ferroviárias, que tivessem o fito de realizar prospecção das áreas mais potenciais e nelas coordenar a construção de estradas de ferro, principalmente nas províncias de Pernambuco, Bahia e São Paulo.

¹⁵⁰ A respeito de Sousa Franco, refere-se Austricliano de Carvalho: '*Figura primacial do ministério, já era senador pelo Pará, na vaga de José Clemente. Era um chefe liberal, instruído e de grande talento, adestrado na administração, cujos assumptos discutia com proficiência. (...) Mameluco, de mediana estatura e craneo desenvolvido, foi um perseverante, enérgico, dogmático, bravo no ataque e na defesa e sectário da liberdade de crédito, da pluralidade da emissão, em contraposição a Itaborahy, o mentor financeiro do último ministério*'. CARVALHO (1927), p.520.

¹⁵¹ Citado por GREMAUD (1997), p.89.

¹⁵² Citado por GREMAUD (1997), p.90.

Cabe enfatizar, ainda, que a ação de Sousa Franco no Ministério da Fazenda priorizava, de modo geral, o surgimento de novos bancos de emissão, para satisfazer a demanda por moeda corrente, visando atender, em grande medida, aos interesses das províncias por crédito para o seu desenvolvimento, bem como aos empresários urbanos em suas necessidades de moeda. Na gestão de Sousa Franco, aprovaram-se os estatutos das seguintes instituições¹⁵³:

Banco Comercial e Agrícola, com o capital de 20 mil contos, estatutos aprovados em 31 de agosto de 1857, e com a capacidade de estabelecer agências filiais nas cidades das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. O referido estabelecimento iniciou suas atividades de emissão de notas em março de 1858, prolongando-se até a sua liquidação a 9 de outubro de 1862.

Banco do Rio Grande do Sul, com capital de mil contos, aprovado a 24 de outubro de 1857, iniciando o funcionamento em junho do ano seguinte. E no ano de 1857, ainda, registre-se o Banco do Maranhão, aprovado a 25 de novembro, iniciando os trabalhos em maio do ano seguinte.

Em 1858, já no auge da crise, aprovaram-se os estatutos do *Banco Rural e Hipotecário* (com capital de 8 mil contos, a 27 de fevereiro) e do *Banco da Bahia*, no mês de novembro (também com o capital de 8 mil contos de réis). A atividade destes bancos todos manteve-se por alguns anos, até que a modificação da Lei Bancária de 1860, no ano de 1866, retirou a estes (e a quase todos os outros bancos) o direito à emissão¹⁵⁴.

Verifica-se, assim, um processo de legitimidade do governo aos mecanismos de especulação, dado que as companhias de estradas de ferro gozavam, geralmente, a garantia de remuneração do governo, sob forma de juros, ao capital aplicado, tornando-se investimentos de rentabilidade razoável e baixo risco. A garantia ao capital investido aumentará, seguramente, a demanda por tais ações, elevando o seu preço e incitando a órbita especulativa. No estudo realizado por Oliveira Lima, tem-se interessante abordagem a respeito deste tema:

A política utilitária iniciada pelo Marquez de Paraná em 1853, o qual pessoalmente não acreditava muito na utilidade das estradas de ferro mas buscava pacificar a política pela indústria, desviando para esta o dinheiro antes empregado no tráfico de escravos, depressa ofereceu no reverso da medalha a representação do jogo de bolsa que foi sua consequência natural, n'uma antecipação reduzida do encilhamento

¹⁵³ SOARES (1865), p.47.

¹⁵⁴ CALÓGERAS (1960), p.116-17.

dos primeiros meses da Republica. (...) o próprio ministro da Fazenda de 1857 e 1858, que era Sousa Franco, deixou-se arrastar nesse declive¹⁵⁵.

O processo de continuidade das posturas dos gabinetes anteriores, mais que uma preocupação do presidente do Conselho, será efetivamente a tônica da atuação do Gabinete Olinda: na maioria dos campos que compunham as ações do Estado na ordem política e social, a crônica registrará poucas ações de vulto. Afirma Paulino Soares de Sousa, neste sentido, que há entre os parlamentares um grande sentimento de perda de tempo, dada a ausência de discussões, nas casas do Legislativo, o que caracterizaria que o país encontrar-se-ia em estado estacionário desde o fim dos Gabinetes Paraná/Caxias.

Da mesma forma, a falta de um programa de ação bem definido será um golpe mortal no Gabinete, pois com o ‘vácuo’ do processo decisório, parte dos conservadores que o sustentava também passa a retirar seu apoio a Olinda. A este respeito afirma Francisco Iglesias:

Se o ministério não fora organizado com unidade de vistas, o seu exercício só fez aprofundar as separações. Não tinha meios de subsistir, uma vez que não formava um bloco coerente, com programa bem definido, faltando-lhe ainda o apoio de grande parte do parlamento, que o combatia, sem fala em muitos que o aceitavam oficialmente, mas não lhe era solidários nas medidas, sobretudo as financeiras.¹⁵⁶

Por fim, minado pela oposição ‘externa’ e pela falta de legitimação de seus aliados, o Gabinete é destituído, com o Imperador convocando, após convites fracassados a Eusébio de Queirós e a Paulino Soares de Sousa, um antigo membro do Partido Liberal, que se havia ‘convertido’ ao movimento conservador, qual seja, Antonio Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté, que havia ocupado o Ministério da Fazenda, em caráter temporário nos anos de 1848 e 1855, porém ascendendo à presidência do Conselho pela primeira vez, a 12 de dezembro de 1858.

Observa-se, portanto, que são exatamente as medidas de corte econômico as mais combatidas pelos membros do Poder Legislativo, e que condicionam em parte a própria derrocada do Gabinete Olinda. Pensar a gestão da Fazenda pública, sob a liderança de Sousa Franco, porém, demanda um exame mais minucioso da grande conjuntura de instabilidade que afetou o Império durante o período, e que ficaria consagrado como a Crise (ou Pânico) de 1857.

¹⁵⁵ LIMA (1927), pp.188-89.

¹⁵⁶ Citado por IGLESIAS (1995), p.69.

Tida por diversos autores do período como resultado da política emissionista de Sousa Franco, esta crise possui uma natureza mais profunda, a qual passa agora a ser objeto de nossa análise.

3. A Crise de 1857 em perspectiva

3.1.O choque internacional e sua transmissão

Um debate é percebido em torno do fator desencadeador da crise de 1857. Charles Kindleberger, a título de exemplo, manifesta uma clara posição ao afirmar que o movimento se iniciou com a falência da companhia de seguros *Ohio Life & Trust Company*, em 24 de Agosto do referido ano. Este fenômeno teria sinalizado aos credores e investidores que a bolha especulativa, ‘ancorada’ sobre companhias e movimentação de ações, estaria entrando em colapso¹⁵⁷.

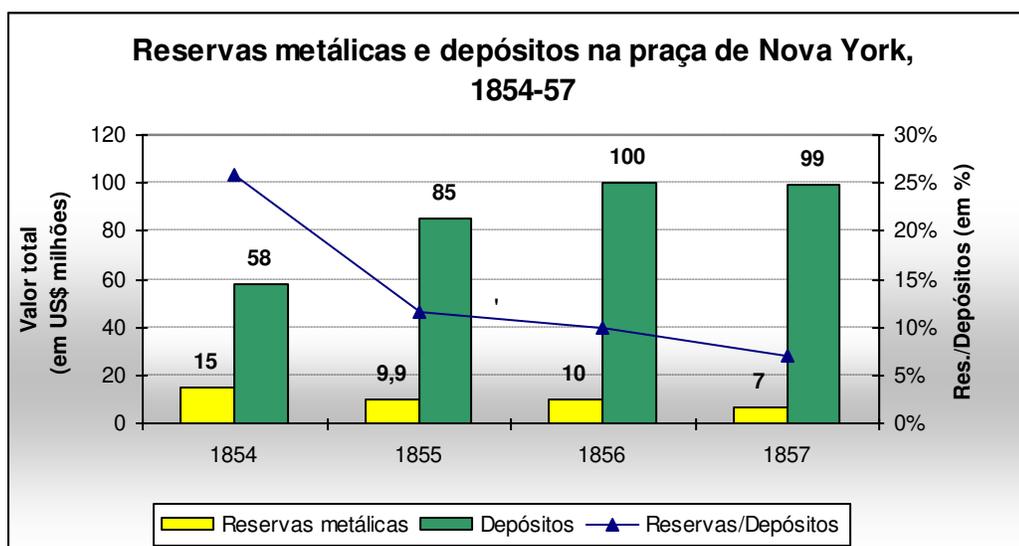
Tomados pelos conhecidos (e mesmo tradicionais) mecanismos de incerteza quanto à solvência das casas bancárias, comuns a momentos de instabilidade que se sucedem a *booms* de oferta de ativos financeiros, estes agentes recorreram aos bancos a fim de liquidar suas posições de caráter especulativo e retornar a aplicações de corte conservador. Os bancos, porém, fortemente alavancados por conta dos créditos concedidos com relativa facilidade nos anos anteriores, não conseguem fazer frente à demanda por saques e passam, progressivamente, a entrar em processo de falência.

Em decorrência deste primeiro movimento nos Estados Unidos, registram-se corridas bancárias neste país e também na Europa, com vistas à troca das notas e títulos bancários, além das participações acionárias, por moeda corrente. Na Grã-Bretanha, que ainda então era a praça central do sistema monetário, o Banco da Inglaterra reajusta suas taxas de juro, elevando-as a 10%, a fim de reduzir o volume de saques e evitar a descapitalização completa¹⁵⁸.

A alta dos juros afetará todo o sistema monetário europeu, conquanto outros Bancos Centrais passam a elevar suas taxas de redesconto a fim de evitar perdas maciças de recursos através do esgotamento da conta capital. É importante frisar, neste sentido, que os bancos estadunidenses, contribuindo para a aceleração do ‘pânico’, operavam com níveis baixos de reservas, conforme se pode depreender através do Gráfico 09:

¹⁵⁷ KINDLEBERGER (2000)

¹⁵⁸ CARVALHO (1927), p.523.



Fonte: JÚGLAR (1989), p.87.

Uma segunda abordagem para a eclosão da crise posterior, segundo Kindleberger¹⁵⁹, residiria sobre o setor agrícola. A Guerra da Criméia, ocorrida entre 1853 e 1856, retirou do mercado todo o suprimento de produtos agrícolas russos, notoriamente o trigo. Neste sentido, os produtores rurais europeus – notoriamente os ingleses, após a revogação das Leis dos Grãos em 1846¹⁶⁰ – passaram por uma pequena *Golden Age* que lhes permitiu centralizar capital e aplicá-lo em investimentos (ou especulações) sobre terras públicas e outros bens estatais, além de outras aplicações de altas rentabilidade e risco.

Com o fim do conflito, aliado a safras recordes para o período, e o progressivo retorno do trigo russo ao mercado, estes produtores param de perceber os ganhos extraordinários anteriormente verificados; por terem aplicado seus fundos em projetos de risco elevado, sua descapitalização será uma consequência clara¹⁶¹.

Uma terceira vertente, por sua vez, busca deslocar a motivação para a eclosão da crise a uma brusca oscilação do volume do meio circulante: como uma clara decorrência à descoberta de jazidas de ouro na Califórnia, estabeleceu-se toda uma infra-estrutura de serviços e

¹⁵⁹ Além de Kindleberger (2000), a discussão é proposta por HILL (1985)

¹⁶⁰ As leis dos grãos, promulgadas em 1815, via de regra, configuravam-se em medidas de forte caráter protecionista, como forma de criar reservas de mercado para os produtos agrícolas ingleses: As chamadas *corn laws* proibiam a importação de alimentos da Europa Continental. Foram duramente criticadas por David Ricardo, que argumentava que tais leis, conquanto protecionistas, não obstante favorecerem a elevação dos preços dos alimentos no mercado interno (dada a ausência de concorrência), possuíam também o efeito de concentrar a renda nos setores ditos ‘atrasados’, controlados pela nobreza rural. Foram revogadas durante o mandato de Robert Peel como primeiro-ministro, em 1846.

¹⁶¹ HILL(1985), p.98. PRADO (1991), p.241.

logística para atender a região, que recebeu imigrantes e aventureiros de toda espécie, em um típico processo de ‘febre do ouro’, comum aos processos de encontro de áreas auríferas. Contudo, o transporte do ouro se dava por via marítima, *via* Panamá (ainda sem o canal que lhe conferiu notoriedade).¹⁶²

Em 11 de Setembro de 1857, o vapor de bandeira norte-americana *USS Central America* soçobrou em meio a uma forte tempestade, fazendo 426 vítimas fatais a bordo, incluindo seu capitão. Não obstante, o navio também carregava uma carga de ouro da Califórnia recém-minerado, em lingotes e moedas de vinte dólares, de valor estimado em US\$ 100 milhões (em valores da época).

Desta forma, impossibilitados de honrarem seus compromissos financeiros, dado o afundamento deste estratégico navio cujos seguros não eram capazes de cobrir o total da carga de ouro sonante embarcada, bancos e corretoras em New York fecharam suas portas, disseminando assim a crise¹⁶³.

Torna-se fato, assim, que no fim de Agosto a crise já se manifestava nos Estados Unidos¹⁶⁴. Após o colapso da *Ohio Life, a Mechanics' Banking Association*, um dos bancos mais antigos dos EUA, suspendeu operações por falta de reservas disponíveis. Esta quebra foi seguida pelo *Pennsylvania Bank* e pelo *Maryland Bank*. Os protestos em cartório sobre os títulos destes bancos começaram a aparecer; primeiramente, para somas pequenas¹⁶⁵, avolumando-se com a progressão da crise. A 13 de Outubro, por fim, todos os bancos norte-americanos suspendem operações de conversão de títulos em moeda nacional, como forma de evitar o enxugamento total das reservas metálicas.

No verão de 1857, os primeiros rumores da crise na América chegaram à Europa, com algumas semanas de atraso. Em meio ao pânico e à corrida bancária que se estabeleceram, o Banco da Inglaterra eleva suas taxas de juros; mas suspende, por outro lado, o *Peel Act* de 1844, que fixava a conversibilidade total da libra em ouro; dá-se espaço para a emissão de natureza fiduciária.

¹⁶² PETTIS (2001), p.65.

¹⁶³ Esta visão a respeito da Crise de 1857 não encontra respaldo amplo no debate internacional. Apenas alguns autores norte-americanos, tais como Binu Koshy (1998) e Gary Kinder (1998) defendem-na, alegando que o naufrágio do *USS Central America* foi o fator disseminante do pânico de 1857.

¹⁶⁴ JÚGLAR (1989), p.85.

¹⁶⁵ As primeiras letras de protesto, datadas de Setembro de 1857, aludem a valores em torno de 250 dólares, em média (JÚGLAR (1989), p.85-87).

Será na Alemanha, porém, que registrar-se-ão os maiores efeitos. De fato, o sistema bancário vinha operando com baixos níveis de reservas a fim de sustentar os empréstimos para a região da Escandinávia e mesmo para a Rússia, dado o fim iminente da Guerra da Criméia. Para escapar da primeira onda de pânico, os bancos alemães, liderados pela praça de Hamburgo, formam uma liga a fim de garantir a manutenção das operações de redesconto (21 de Novembro de 1857).

Dois dias após, porém, duas importantes casas comerciais da região abrem falência e dissemina-se a crise: a 1 de Dezembro, diversos estabelecimentos que mantinham relações comerciais com a Inglaterra e com a Suécia fecham, incluindo duas das mais antigas firmas de *trading*, quais, sejam, *Conrad Warneke*, e *Lorent & Co.*

De posse destes fatos, o governo alemão iniciou uma série de contatos com grandes casas bancárias européias no sentido de obter um empréstimo substancial que garantisse a solvência de seu sistema bancário, contudo, elas não puderam satisfazer a esta demanda, por estarem operando muito além de suas reservas, fornecendo empréstimos a outras economias também afetadas pela crise¹⁶⁶.

Por fim, a 8 de Dezembro, quando a bancarrota ameaçava todo o sistema bancário na região de Hamburgo, o Tesouro Austríaco forneceu-lhe um grande empréstimo a fim de atender o resgate de títulos e manter a operacionalidade das casas bancárias, com o envio de um trem lacrado, repleto de prata; este metal seria logo utilizado como fonte de conversibilidade de notas bancárias¹⁶⁷.

Contudo, isto não seria o fim. Até o final de 1858, 145 casas bancárias européias encerraram suas atividades. Em distantes colônias, como no caso da Índia, a crise foi sentida por mecanismos de transmissão de preços a produtos de exportação, como gêneros agrícolas. As conseqüências desta instabilidade resultaram em desemprego e baixas taxas de crescimento no biênio 1857-58. Será sobre o Brasil, porém, que esta crise se abaterá de forma mais significativa, por conta da limitação de seus estoques em moeda metálica para manter a funcionalidade do sistema.

¹⁶⁶ A própria casa *Rothschild*, para o caso brasileiro, será fornecedora de um importante empréstimo de consolidação para o Tesouro Nacional no início de 1858.

¹⁶⁷ Kindleberger (2000) coloca este empréstimo – conhecido como a operação do *Sillberzug* – como o ponto final da crise de 1857 no espaço europeu.

3.2. Efeitos da Crise sobre o Brasil

A 3 de Novembro, através do vapor *Conrab*, os rumores da instabilidade nos Estados Unidos chegaram ao Brasil, dando conta de que os bancos de Nova York haviam suspenso seus pagamentos¹⁶⁸. Diante deste cenário, os credores europeus e dos Estados Unidos aqui residentes passaram a pressionar o Tesouro Nacional – e seu operador, na qualidade de emissor da moeda de curso forçado, o Banco do Brasil – a liquidar seus débitos, gerando fuga de moeda metálica e, mais do que isso, gerando embarque de mercadorias, em momentos nos quais o estoque de ouro era insuficiente para honrar as dívidas.

O rápido desdobramento dos eventos é algo a ser considerado: frente às insistentes demandas dos credores internacionais, o estoque de ativos monetários do Império passava a perder reservas, dada a contínua drenagem de recursos com o intuito de evitar grandes desvalorizações cambiais (que não tardariam a ocorrer).

Como a colocação de títulos e venda de ativos imóveis, para obtenção de divisas, era uma atividade lenta e permeada de riscos, o governo apelará para a atitude mais dolorosa: suspendeu a conversibilidade entre notas do Tesouro e moedas metálicas, a 11 de Novembro. O comércio externo, por sua vez, entra em processo de estagnação, uma vez que os vendedores europeus passam a exigir pagamentos à vista para a cessão de seus produtos, desaparecendo o sistema de compra por consignação¹⁶⁹.

A 13 de Novembro, outros navios que haviam acabado de aportar trouxeram as notícias do aumento dos juros na Inglaterra. Frente a este cenário, observam-se novas corridas bancárias, com o intuito de resgatar os títulos por ouro; o Banco do Brasil corria sérios riscos de ficar sem cobertura de fundos para fazer frente às operações quotidianas, dado o possível embarque maciço de ouro para a Inglaterra.

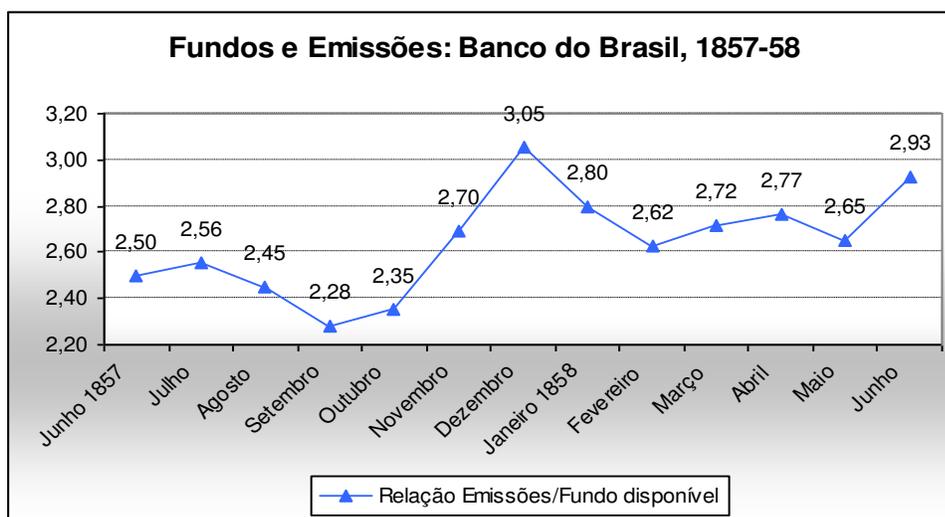
Mesmo após a suspensão da conversibilidade, a fuga de capitais prosseguia: os embarques de ouro para a Inglaterra, e a conseqüente desmonetização da economia nacional, foram freqüentes durante o período. O próprio Banco do Brasil teve seus estoques, medidos em torno do montante de fundos disponíveis, bastante reduzido:

¹⁶⁸ PRADO (1991) p.243. Há que se ter em conta que o Brasil só interligou-se de forma plena com os ‘centros civilizados’, como afirmava o Barão de Mauá, em 1874, com a inauguração do telégrafo por cabo submarino, por iniciativa do próprio Mauá. Antes desta data, eram os paquetes e navios diversos que traziam as notícias de outras regiões do globo. Eram, em verdade, os ‘paquetes’, navios de linhas regulares entre o Brasil e os demais centros, que traziam as principais notícias do que estaria acontecendo nas praças internacionais.

¹⁶⁹ VILELLA (1999), pp.2-8.

“O Banco do Brasil, sendo nesta praça o único reservatório de capital monetário para a satisfação do comércio exterior, devia ser o primeiro a sofrer os resultados daqueles acontecimentos. O seu fundo disponível foi seriamente ameaçado e, de fato, dentro de dez meses, este fundo sofrera o desfalque de 4.714:123\$847, desfalque que prometia aumentar rapidamente pelos pagamentos forçados de recâmbios e pedidos de remessa por parte de credores nas praças em crise.”¹⁷⁰

O Gráfico 10 ilustra esta tendência:



Fonte: VILELLA (1999).

4. O saneamento do sistema: a política monetária entre 1857 e 1858

Diante deste cenário de crescente incerteza a respeito das finanças públicas do Império, bem como sobre a solvência seus estabelecimentos bancários, os agentes passaram a recorrer ao setor privado para a obtenção de créditos. As casas mais visadas – A.J.Alves Souto e Cia, e Mauá, McGregor e Cia – sobreviveram à primeira onda de crise, mas principalmente por conta do tratamento concessivo do Banco do Brasil, que suplementou suas dotações em moeda metálica e negociou acordos para a obtenção de créditos externos, notoriamente britânicos – a saber, *Rothschild & Sons*, no montante de £600.000 – agindo como um Emprestador de Última

¹⁷⁰ Relatório do Banco do Brasil de 1858, citado por MONT'ALEGRE (1972), pp.147-8.

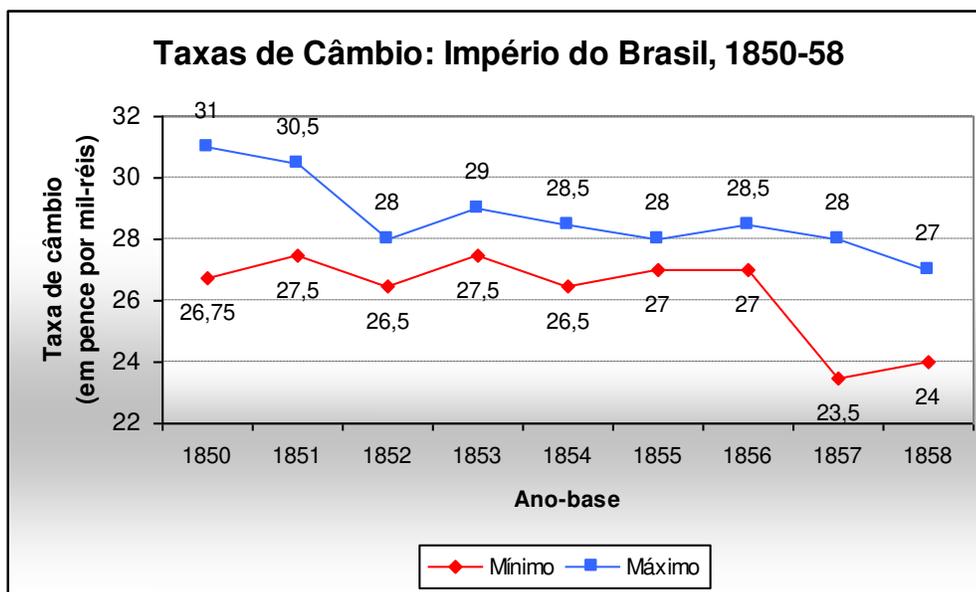
Instância. A orientação do governo era clara, neste sentido: deter a marcha da desvalorização cambial e evitar a fuga de capitais e a conseqüente desmonetização da economia nacional.

Este empréstimo se aloca no eixo de negociações entre o Banco do Brasil e importantes casas bancárias européias, possíveis graças ao aval do Império Brasileiro para a cessão de créditos aos bancos nacionais. A princípio, em 1 de Dezembro de 1857, o Governo forneceu aval para a tomada de um empréstimo de £340.000, ou 3.000 contos de réis (o que equivalia a 27,63% do fundo disponível do Banco no período).

Não obstante, em 4 de Dezembro, as autoridades monetárias, julgando que este montante seria insuficiente para reestabilizar as atividades do sistema financeiro nacional, pressionaram o Governo a fim de que este cedesse um aval para um empréstimo no valor de £600.000. Por fim, à medida que os dias passavam e mais notícias chegavam ao país a respeito do pânico instalado nas praças européias e norte-americanas, o mil-réis continuava a desvalorizar-se, chegando ao valor de 23,5 *pence* em 31 de dezembro, o mais baixo do ano, conforme será possível verificar a partir do Gráfico 11.

A respeito destes mesmos dados, é interessante perceber que o *spread* das taxas máxima e mínima no Império é relativamente pequena entre os anos de 1852 e 1856, ocupados, em grande parte, pelo Gabinete Paraná; o processo de ajuste do câmbio após o ano de 1846, associado ao enxugamento das moedas falsas em circulação, bem como à relativamente pouca presença de estabelecimentos bancários com a capacidade de emissão, certamente terá contribuído de maneira significativa para a estabilização do câmbio nos anos subseqüentes¹⁷¹.

¹⁷¹ A respeito da circulação de moedas falsas e o aumento da fiscalização do governo sobre esta situação, faz referência o escritor José de Alencar, em tom de sátira: *‘O crime de moeda falsa é um dos mais severamente punidos em todos os países, porque ameaça a fortuna do Estado e a dos particulares. Entretanto não acho razão no legislador em ter punido unicamente o falsificador de moeda, deixando impunes muitos outros falsificadores bem perigosos para a nossa felicidade e bem-estar, Todos os dias lemos nos jornais anúncios de dentistas, de cabeleireiros e de modistas, que apregoam posições de todas as qualidades, sem que a Lei se inquiete com semelhantes coisas. (...) Um homem qualquer que nos dá a descontar uma letra de uns miseráveis cem mil réis, falsificada por ele, é condenado a uma porção de anos de cadeia. Entretanto aqueles que falsificam uma mulher, e que desgraçam uma existência, enriquecem e riem-se à nossa custa.’* ALENCAR (1955?), pp.90-91.



Fonte: MARANHÃO (org.), 1983, p.296.

O início de 1858 não trouxe respostas mais amplas do Governo para o enfrentamento da crise. A 9 de Janeiro, o Banco do Brasil, através de memorando de seu presidente, Dias de Carvalho, ao Ministério da Fazenda, anuncia que prosseguiria vendendo letras de câmbio na praça londrina, ao valor de 25 *pence* por mil-réis (portanto desvalorizados em relação à taxa ‘oficial’) a fim de captar fundos para a manutenção do pagamento de saques, conquanto o Governo não abrisse linhas de crédito para a sustentação da casa bancária. Em resposta, para evitar o recrudescimento da especulação, o governo colocou 1.000:000\$000 (mil contos de réis) à disposição do Banco para o fortalecimento de seu caixa.

Ao final do mês de Janeiro, dado que a situação nas praças européias ainda não havia se modificado o Banco do Brasil encontrou sérias dificuldades para honrar seus compromissos de pagamento através do lançamento de títulos; passou, neste momento, a dispor de suas reservas em ouro, reduzindo-as significativamente; em Março, o Banco do Brasil retirou 700 contos de suas Caixas Filiais, para fazer frente à demanda por moeda corrente junto ao escritório central.

A conjuntura de instabilidade começou a ser revertida apenas em meados de 1858. Neste momento a casa bancária Mauá, McGregor & Cia., convencida da possibilidade de restauração da paridade-ouro do mil-réis, lança com apoio do Banco do Brasil algumas letras de câmbio na praça de Londres, com valor inicial de £400.000, em Março, atingindo um total de

£810.000 até Junho. Neste mesmo mês, os níveis de comércio foram restabelecidos na praça londrina, e o sistema bancário norte-americano já havia conseguido absorver as perdas decorrentes da quebra de bancos e companhias de crédito¹⁷².

No Brasil, acertaram-se os últimos detalhes, em Junho, para a tomada de um empréstimo de £1,4 milhão, para o prosseguimento das obras da Estrada de Ferro D. Pedro II. Por fim, a colheita de 1858, que elevou os preços do café no mercado internacional, também elevou a demanda por moeda internamente, o que possibilitou uma apreciação da mesma: em Agosto, a taxa de câmbio havia subido para 26,55 *pence* para cada mil-réis, nível bastante próximo ao acordado na Lei nº. 401, de Setembro de 1846.

Contudo, o esforço para a revalorização do câmbio não pararia por aí: a 12 de Dezembro de 1858, um novo Gabinete foi formado, tendo Salles Torres Homem, Visconde de Inhomirim, como Ministro da Fazenda. Sua concepção de política monetária era, pode-se afirmar, diametralmente oposta à de Souza Franco: Em um corte nitidamente metalista, Torres-Homem afirmaria, bem como já o fizera em momentos anteriores¹⁷³ que o aumento do estoque de papel-moeda, praticado ao longo dos anos e acentuado durante a crise de 1857, era o agente causador dos aumentos no nível de preços, da desvalorização da taxa de câmbio e descenso dos salários, além de ‘travar’ o desenvolvimento industrial¹⁷⁴.

5. *Premissas e encaminhamentos*

Procuramos, ao longo deste capítulo, lançar alguns subsídios para a compreensão do que poderíamos denominar como o primeiro momento do movimento da Conciliação, e seus reflexos sobre a ação do Estado Imperial, notoriamente no campo econômico; o capítulo, assim, centrou-se entre estes dois pilares.

¹⁷² CALÓGERAS (1960), p.111.

¹⁷³ ‘Na sessão de 58, Torres-Homem investiu contra Sousa Franco, opondo a unidade da emissão à pluralidade deste, a quem censurou a incoherencia da liberdade ampla que defendia com a liberdade restrita que adotara, com um regimen de autorização’. CARVALHO (1927), p.523.

¹⁷⁴ ‘Deplorava Sousa Franco que a crise commercial que se declarou em 57 não desse logar a fazer resaltar a efficacia da medida que tomou [o aumento das emissões e a descentralização da capacidade emissora do Banco do Brasil], sendo uma inverdade a insufficiencia que se allega, tanto mais quanto era uma realidade a solidez dos novos bancos, cuja emissão não poderia exceder o capital realizado e effectivo, garantido por titulos acreditados’. CARVALHO (1927), p.522. Em Pires do Rio, ainda, está a citação de Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí: ‘Se convêm edificar nosso sistema monetário sobre papel inconvertível, então seja o governo que o fabrique; não se dê a associações particulares o direito de se locupletarem à custa dos sofrimentos do povo’. Citado por PIRES DO RIO (1922), p.111.

Cabe recapitular, neste sentido, que a organização dos negócios do Império é função direta do Conselho de Ministros; sendo seu líder nomeado pessoalmente pelo Imperador, tal cargo não o isentaria de um certo nível de dependência em relação ao monarca, que poderia, com base no Poder Moderador, impor suas decisões sobre o Poder Executivo.

Contudo, é possível observar que ao longo dos sucessivos gabinetes analisados, neste e no capítulo seguinte, a interferência de D. Pedro II sobre as atividades cotidianas das pastas que compunham o Conselho era relativamente pequena, ainda que lhe fosse facultada liberdade de ação sobre os poderes constituídos.

O exame sistemático das atas do Conselho de Estado, que conformava o grupo político mais próximo ao Imperador, e que propiciava-lhe orientações a respeito da condução da nação, demonstra que o monarca intervinha apenas em assuntos de sucessão política, nomeando, quando necessário novos quadros para a condução dos ministérios (mais exatamente, nomeando o novo presidente do Conselho, que por sua vez trazia seus aliados para os ministérios). Ou mesmo, em última análise, em assuntos que pudessem porventura afetar a soberania nacional, além da própria unidade territorial do Império, como nas já discutidas ‘questões platinas’.

Em parte, serão também estas questões que criarão as condições objetivas para a emergência do ideal dito ‘conciliatório’: efetivamente, a grande preocupação com a manutenção da unidade do país frente aos crescentes riscos de desagregação, tanto externamente com a ameaça no setor Sul, quanto internamente com as revoltas liberais em São Paulo (1842) e em Pernambuco (1848).

Verificava-se, naquele momento, que somente a formação de um governo de coalizão, capaz de agregar, tanto quanto possível, os diferentes grupos políticos de destaque no cenário nacional, seria, mais que uma solução de continuidade, a saída para a manutenção do modelo de representação política, e mesmo da instituição do preceito monárquico. Será com este enfoque, conforme foi possível depreender, que se engendra o surgimento, sob a liderança de Honório Carneiro Leão, Marquês do Paraná, dos sucessivos Gabinetes da Conciliação. Em um movimento de síntese, análoga a estas discussões propostas, resgatamos a abordagem de Oliveira Lima:

“Não foram sómente fortes sympathias que gerou o movimento da conciliação: também engendrou poderosas antipathias. Indiferença é que não mereceu e oportunidade teve-a toda.

Sucedeu a um gabinete de acção e de resistência [Mont’Alegre] e que tinha dirigido a politica nacional durante uma phase, senão das mais agitadas, pelo menos das mais criticas, e se vira a braços com uma campanha estrangeira apenas assegurada a pacificação interior.

Também o momento era propício a uma transformação política do ponto de vista doméstico. Os princípios combativos do liberalismo cediam da sua intransigência sob o influxo dos negócios originados nas necessidades do progresso material do paiz.”¹⁷⁵

Ao adotar-se, com o raciocínio proposto anteriormente, o termo ‘sucessivos’, enfatizamos que o ideal conciliatório não fenece com a morte de Carneiro Leão. Efetivamente, não se verificará outro líder capaz de aglutinar, de forma tão consensual e legitimada, grupos conservadores e liberais dentro do condomínio do poder, com o fim de articulá-los e consolidar o sistema político, inclusive reformando-o quando possível, tal qual ocorreu com o lançamento da Lei dos Círculos.

Contudo, os gabinetes sucessivos sustentariam, tanto quanto possível, a política conciliatória, trazendo ainda, para o direto exercício do poder, membros do Partido Liberal, como foi o caso de Sousa Franco, como ministro da Fazenda, ao longo do segundo Gabinete Olinda.

Um segundo ponto a ser reforçado está na ideia de que estes gabinetes, de modo geral, procuraram balizar suas ações de política econômica aos conceitos do modelo do padrão-ouro; ao limitar a criação livre de casas bancárias e outros estabelecimentos de cessão de créditos, o governo buscava assegurar a valorização contínua do mil-réis e, assim, ter acesso aos mercados financeiros internacionais.

Visto por outro ângulo, porém, a adesão a tal sistema implicaria, sem possibilidade de dúvidas, na necessidade de realizar um enfrentamento aos efeitos de transmissão de crises e pânico, geradores de corridas bancárias e reordenações de expectativas dos distintos agentes envolvidos no sistema de transações internacionais.

A fórmula pluri-emissionista, observada após a concessão do privilégio de lançamento de notas e títulos por parte de diversas casas bancárias, embute duas tensões. Primeiramente, trazia um movimento de expansão do crédito que engendrava, via de regra, como consequência, um significativo aumento das importações, em bens de capital e de consumo,

¹⁷⁵ LIMA (1927), p.46.

como verificamos anteriormente; tal situação, seguramente, comprometia de forma significativa o equilíbrio do balanço de pagamentos.

Igualmente, esta fórmula elevava o passivo dos bancos, ampliando suas estruturas de endividamento: a emissão de bilhetes, necessariamente, prefigurava-se maior que o total dos depósitos dos contribuintes, que por sua vez era também maior que o capital próprio das casas bancárias. Desta forma, a solicitação de resgate de depósitos e/ou dos títulos emitidos engendrava crises bancárias, que exauriam o capital destas instituições, levando-as à falência e provocando crises de confiança, comprometendo a capacidade de financiamento externo da economia do Império.

O enfrentamento a tal conjuntura, portanto, viria também através da melhoria dos marcos regulatórios da atividade financeira, aos movimentos especulativos que então se evidenciaram; este pensamento é melhor abordado, em síntese, por Heitor Ferreira Lima:

(...) a enorme expansão do setor monetário de nossa economia, principalmente a partir de 1850, exigia apreciável massa de recursos materiais que a estreiteza ou inexistência de um sistema bancário adequado não podia atender, o que levou a iniciativa privada dos maiores centros urbanos a tentar resolver isso através de emissões particulares e organização de estabelecimentos de crédito próprio, devido ao desinteresse do poder público pelo assunto. Quando o governo, na administração Sousa Franco, organizou novos bancos e legalizou os emissores existentes, os negócios se intensificaram e surgiram, como é natural em tais circunstâncias, os especuladores e aventureiros que agem em situações semelhantes.¹⁷⁶

Todavia, a reação adicional a tal conjuntura de instabilidade, bem como os debates relacionados à permanência e continuação do movimento político da Conciliação, que em nosso entendimento muda seu foco, porém não se encerra em 1858, estarão melhor descritas no próximo capítulo.

¹⁷⁶ LIMA (1978), pp.98-9.

CAPÍTULO III

CRISE, ESTAGNAÇÃO E TRANSIÇÃO POLÍTICA:

OS GABINETES DA CONCILIAÇÃO – SEGUNDA FASE, 1858-1862

Esforcemo-nos em obter o concurso de todos para o bem de todos, preferindo à discussão de princípios abstratos de política a dos remédios para as primeiras e imediatas necessidades do nosso país.
D. Pedro II, Fala do Trono de 1851.

Neste último capítulo, pretendemos enfatizar alguns aspectos relacionados aos distintos grupos que compuseram o Conselho de Ministros entre dezembro de 1858 e maio de 1862, ainda sob a égide do Partido Conservador. Trata-se de um período no qual o modelo da Conciliação, que viemos estudando até o presente momento, passará por uma revisão, com o fim da hegemonia conservadora nas distintas casas do Legislativo, e mais que isso, abrir-se-á o caminho para o drapeamento dos conservadores da liderança do Poder Executivo, com o surgimento da Liga Progressista e o início do Gabinete Zacarias em 1862.

Quando do momento da queda do Marquês de Olinda (gestão em que, segundo Francisco Iglesias, o ministro da Fazenda detinha mais poder que seu superior imediato), o movimento conciliador passa por um momento de inversão. O predomínio do Partido Conservador já era minado, em suas bases, por grupos descontentes dentro do partido que, em união com liberais dissidentes, formatavam as bases de movimentos futuros de contestação, tais como a Liga Progressista, anteriormente descrita, e o Clube Radical (1869), que prefiguraria o estado ‘embrionário’ dos diversos Partidos Republicanos regionais, que teriam maior vulto a partir das décadas de 1870/1880.

Com a emergência do chamado Gabinete Abaeté, o Partido Conservador, em grande maioria, continuará a assumir os cargos de liderança no cenário do Império, ao menos até o surgimento da referida Liga. Os últimos três gabinetes conservadores, portanto, serão melhor estudados no presente capítulo.

Depreende-se, portanto, que a Conciliação não manterá seus traços originais a partir de 1858; mas passará, efetivamente, por uma reordenação:

No gabinete de 12 de dezembro de 1858, sob a direção de Abaeté, o espírito que domina é o do partido conservador, quase com exclusivismo. (...) Dessa data até a Liga, sucedem-se três gabinetes que são conservadores, mas não podem ser confundidos com o espírito partidário de antes. Se neles há figura de ministros intransigentes, puritanos, há a presença de moderados e a presidência do Conselho cabe a políticos que não podem receber acusação de extremismo, como Abaeté e Caxias; mesmo Ferraz, bem mais marcado, no exercício do importante cargo não se revelou sectário¹⁷⁷.

Para levar a cabo esta análise, o capítulo se dividirá em duas partes. Na primeira parte, tendo já colocado explanações a respeito da estruturação do Conselho de Ministros no capítulo anterior, realizaremos neste capítulo, como fechamento à discussão, considerações sobre os últimos gabinetes conservadores ditos ‘puros’ – porém já contando com membros de outras correntes político-partidárias – em número de três, quais sejam, os gabinetes Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana) e segundo Lima e Silva (futuro Duque de Caxias).

Focar-se-á, analogamente, a atuação destes mesmos gabinetes também na área da política econômica, que é pontuada pelo enfrentamento e relativa superação dos graves prejuízos causados pela crise de 1857, e pela reformulação/reativação do espaço especulativo, através de novas opções de investimento em empreendimentos de infra-estrutura, e compras de ativos financeiros, abrindo espaço para graves instabilidades que se manifestariam mais adiante, ao largo da chamada Crise de 1864.

Utilizar-se-ão, também para este capítulo, fontes primárias como as *Coleções de Leis do Império*, e as *Coleções de Decisões do Governo do Império do Brasil*. Seguir-se-ão, na segunda parte, algumas considerações finais, para o fechamento do tópico.

1. Gabinetes 1858-1862

1.1. Gabinete Abaeté

Diplomata, presidente de província (Minas Gerais, 1833-34), Ministro dos Negócios Estrangeiros¹⁷⁸, membro do Partido Conservador, além de ministro interino da Fazenda em 1855,

¹⁷⁷ IGLESIAS (1997), p.70.

¹⁷⁸ Limpo de Abreu escreveu, em 1845, um importante libelo de protesto contra o *Bill Aberdeen*, a famosa lei britânica que coibia o comércio de escravos entre a África e a América, fornecendo ao Império Britânico – a despeito de ferir o Direito Internacional – a capacidade de inspecionar, apresar e, se necessário, afundar navios de transporte de cativos.

Antônio Paulino Limpo de Abreu, visconde de Abaeté, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro a 12 de Dezembro de 1858. Reservou-se também, como superposição, a pasta da Marinha¹⁷⁹.

Para a composição de seu gabinete, o visconde atribuiu a pasta da Fazenda para Salles Torres-Homem, futuro visconde de Inhomirim, e um dos poucos negros a assumir posição de destaque no Poder Executivo do Império.

Para enfrentar a conjuntura de crise surgida no ano anterior, sua concepção de política monetária era, pode-se afirmar, diametralmente oposta à de Souza Franco. Em um corte nitidamente metalista, Torres-Homem afirmava que o aumento do estoque de papel-moeda, praticado ao longo dos anos e acentuado durante a Crise de 1857, era o agente causador dos aumentos no nível de preços, da desvalorização da taxa de câmbio e descenso dos salários, além de ‘travar’ o desenvolvimento industrial:

O combate que Sales Torres Homem ofereceu, tenaz, constante, demolidor, ao ministro da Fazenda do gabinete do Marquês de Olinda, foi leal, sem o disfarce do anonimato (...) Quem folhear os anais da Câmara dos Deputados e analisar os debates então travados testemunhará não só a superioridade de Sales Torres Homem sobre o seu adversário, como a pugnacidade com que se empenhou em destruir a política financeira de seu antecessor (...) como resultado da súbita transformação da economia do país, (onde) os capitais vantajosamente empregados (antes de 1850) no tráfico de escravos, produzindo lucros fabulosos, foram destinados a especulações perigosas em que a avidez dos ganhos ignorava os riscos das empresas.¹⁸⁰

De todo modo, o referido Gabinete forneceria grande poder à pasta da Fazenda, como forma de sanar os efeitos da crise do ano anterior. Afirma F. Iglesias a este respeito:

“A escolha do novo ministro da Fazenda era como que todo um programa, a certeza de que as questões financeiras continuariam a ter o maior realce e agora em linha oposta à que se seguira antes. Nessa substituição de nomes há uma prova nítida da falta de firmeza administrativa, negação de qualquer continuidade.¹⁸¹”

Em Joaquim Nabuco, tem-se concordância a respeito do assunto, sendo que o autor enfatiza a preeminência da pasta da Fazenda naquele momento histórico, o que permitiu, em

¹⁷⁹ Tal postura, segundo autores como F. Iglesias e Joaquim Nabuco, a tendência do referido Gabinete para a solvência das questões financeiras: a pasta da Marinha, tida como de expressividade menor, era entregue a políticos jovens, em início de carreira, ou a quadros de menor influência no cenário político nacional; ao ocupar este ministério, Abaeté estaria emitindo sinais de afastamento do jogo político, o que abriria espaço para as ações do ministro da Fazenda.

¹⁸⁰ MAGALHÃES JR. (1956), p.28.

¹⁸¹ IGLESIAS (1982), pp.70-1.

grande medida, que Torres-Homem pudesse sugerir as rígidas medidas que se verificaram no período:

O Gabinete de 12 de Dezembro de 1858 pode ser chamado o Gabinete *Abaeté-Salles Torres-Homem*, como o anterior, *Olinda-Sousa Franco*. A questão financeira tinha a supremacia: a pasta da Justiça, todas as outras, eram secundárias no momento. O Presidente do Conselho, figura do passado, desde muito simples espectador político, escondia-se na Marinha¹⁸².

Torres-Homem, em sua exposição à Câmara dos Deputados, explica as razões de sua postura, em nota que convém citar; torna-se patente que para o referido ministro, o excesso de meio circulante, que leva à desvalorização cambial, seria um fator potencialmente gerador de efeitos perversos sobre a economia, tanto pelo lado fiscal (dado que a perda aparente de valor do dinheiro leva à crise fiscal) quanto pelo lado dos movimentos de capitais (haja visto que uma desvalorização cambial dificulta a remessa de lucros, afetando a credibilidade do governo junto às praças centrais e inviabilizando futuras tomadas de crédito).

A existência de papel inconvertível, como meio circulante de um país só pode ser tolerável em circunstâncias anormais e enquanto perdurem as causas de sua existência, que devem ser logo superadas para a volta ao *regímen* da circulação metálica ou mista, como remédio radical às grandes flutuações dos valores, sem o que a indústria e a prosperidade não podem progredir, pois que lhes falta a estabilidade do valor no instrumento da circulação dos seus produtos.

Não é somente o comércio que sofre as conseqüências do papel-moeda, todas as classes da população estão sujeitas à sua perniciosa influência.

O governo é o primeiro que sente a influência da depreciação da moeda, quer como credor, quer como consumidor; como credor, fica sujeito à sorte comum; como consumidor, é obrigado a despende mais para adquirir a mesma soma de produtos, e consideravelmente é prejudicado nas remessas de fundos para pagamentos de seus compromissos no exterior.

A criação do Banco do Brasil com a faculdade emissora não satisfaz as necessidades da circulação, pois que lhe falta a base metálica, e ainda menos com a concorrência de outros bancos com a mesma faculdade, impossibilitando a regularização da emissão, em relação ao movimento das transações ou conveniência pública; de sorte, que outrora era conhecida e determinada a quantidade do papel emitido, hoje o limite está fora de toda a previsão; os Bancos podem elevar a sua emissão à altura do seu capita social sem restrição do fundo disponível, uma vez que possuam títulos da dívida pública ou de ações de estradas de ferro garantidas.

Este estado de coisas na presença de qualquer crise monetária ou comercial é um perigo iminente, pois que o bilhete sem garantia suficiente de convertibilidade imediata deprecia-se, porque os títulos que os garantem ou não acham compradores ou caem em ruína depreciação¹⁸³.

¹⁸² NABUCO (1949), p.34.

¹⁸³ Citado por CASTRO CARREIRA (1982), pp.369-70.

No afã de incentivar a formação de um estoque de moeda metálica compatível com as emissões bancárias, Torres Homem suspendeu, como primeira medida, a autorização recebida pelo Banco do Brasil, a 5 de fevereiro de 1856, para a circulação de notas bancárias com volume três vezes superior ao de reservas, já descrita no capítulo anterior.

Ainda que tal medida permitisse que o limite de emissões fosse ao dobro do fundo disponível, já se trata de uma primeira forma de combater a dinâmica especulativa e a emissão sem lastro. A partir do órgão governamental, ainda, as medidas de contração da base monetária deveriam atingir todos os outros bancos privados, dado que também lhes foi retirada a capacidade de livre emissão¹⁸⁴.

Outra medida de vulto registrada no período foi o empréstimo realizado pelas autoridades monetárias nacionais junto à casa bancária *N.M. Rothschild & Sons*, que tinha como objetivo liquidar os valores restantes a pagar de empréstimos realizados no ano de 1829; rolou-se, portanto, a dívida antiga, convertendo-a em títulos novos com prazo de pagamento de 25 anos, a juros de 5%.

Procurou-se realizar, ainda, em abril de 1859, uma ampla reforma sobre as casas bancárias em operação no país, e principalmente no território da Corte, com o restabelecimento da circulação metálica tão rápido quanto possível, no prazo máximo de três anos; da mesma forma, pretendia-se que apenas o Parlamento fornecesse autorizações de funcionamento a bancos emissores, ou que liberasse a capacidade de emissão às casas bancárias já existentes. Concederam-se, ainda, autorizações para o funcionamento de dezoito companhias e bancos, contudo, nenhuma delas conseguiu atender aos requisitos do governo para o início de suas operações, sejam companhias de seguros, de investimento ou bancos, como o Banco de Crédito Sul-Americano.¹⁸⁵ Quanto à necessidade imperiosa de tais medidas, afirma P. Calógeras:

A orgia inflacionária [da gestão de Sousa Franco] teria de ser reprimida e, para isso, era indispensável tato excepcional, porquanto as concessões inconstitucionais feitas pelo Ministro Sousa Franco, em 1857-58, haviam criado relações econômicas cuja abolição imediata teria podido conduzir a uma derrocada, capaz de levar de roldão os próprios elementos que haviam resistido à recente crise.

O frenesi especulativo apresentava perigos muito sérios, que era preciso conjurar sem provocar ruínas.¹⁸⁶

¹⁸⁴ CARVALHO (1927), p.529.

¹⁸⁵ CALÓGERAS (1960), p.121; MONT'ALEGRE (1972), p.174.

¹⁸⁶ CALÓGERAS (1960), p.120.

Em junho, Torres-Homem enviou novo projeto de Lei à Câmara dos Deputados, requisitando a total conversibilidade das notas em ouro, inclusive dentro do Banco do Brasil (cuja capacidade de emissão havia descido ao dobro do fundo disponível no fim do ano anterior, em medida ordenada também por Torres-Homem), além da obrigação imposta sobre as casas bancárias a recolherem, em prazo de seis meses após a aprovação da lei, todas as notas emitidas após maio de 1859. Nomear-se-iam, ainda, inspetores do Governo para os bancos, a fim de fiscalizar as atividades de emissão: o salário destes inspetores, um por banco, seria pago por este.

Esta nova Lei, aprovada inicialmente pela Câmara, encontrou severa oposição por parte dos bancos – que poderiam acreditar que o Governo passava a intervir no exercício de sua atividade – e no Senado: os debates se acirraram de tal forma que o Gabinete de Abaeté, acossado por parlamentares dissidentes (correligionários de Sousa Franco, e partidários da política econômica implementada pelo referido ministro) e também pelos dirigentes do setor bancário, em um amplo movimento de resistência política à ortodoxia econômica, solicitou ao imperador o fim dos debates e a imposição do projeto de Lei; ou mesmo, se necessário, a dissolução do Parlamento. Dada a recusa do Imperador, o gabinete apresentou sua renúncia em Agosto de 1859, tendo Torres-Homem abandonado a pasta da Fazenda no mesmo momento:

O governo, débil e pouco apoiado, esgotou-se no debate da matéria financeira. Foi um dos momentos de maior paixão no parlamento, com veemência poucas vezes vista. O projeto saneador de 15 de junho, apresentado por Salles Torres-Homem, teve tramitação áspera: (...) era a palavra de condenação do ministério, sem condições de permanecer. O gabinete pensou em adiar a sessão para depois dissolver a câmara. Não contaria com o poder imperial. Preferiu pois retirar-se (...). Estivera no poder pouco menos de oito meses.¹⁸⁷

Em Oliveira Lima, ainda, tem-se, em unísono, a respeito do Gabinete Abaeté:

Ministério que tratou de pôr as finanças o paiz em melhor pé, concitando, porém, contra si os interesses dos especuladores e dos agentes de negócios dolosos, que repercutiram dentro do recinto parlamentar. (...) A agitação dentro e fora do Parlamento foi tal contra as cautelosas medidas do ministro da Fazenda, Torres-Homem, qualificadas de bancarrota, que o Imperador recusou ao gabinete o adiamento por elle solicitado, das camaras, o que provocou sua substituição por um ministério presidido por Ângelo Ferraz¹⁸⁸.

¹⁸⁷ IGLESIAS (1997), p.74-5.

¹⁸⁸ LIMA (1927), p.190.

1.2. Gabinete Silva Ferraz

Com o declínio do Gabinete Abaeté, Ângelo Muniz da Silva Ferraz – que havia assumido a presidência da província do Rio Grande do Sul em 1857¹⁸⁹ – organiza novo grupo para a composição do Conselho de Ministros, em agosto de 1859. Tratou-se de uma escolha, pode-se afirmar, conturbada, pois se tratava de um político com larga tradição de contestação e crítica aos conservadores ‘de situação’, principalmente no período do Gabinete Paraná, conforme evidenciamos no capítulo anterior.

Contudo, em virtude do desgaste da maioria dos quadros conservadores, ou de seu afastamento da vida pública, e mesmo da recusa de alguns outros para o exercício de tal cargo executivo, a escolha de Silva Ferraz toma ares de uma opção *second best* para a liderança do Conselho de Ministros – entre aqueles que foram convocados para ocuparem os ministérios, percebia-se a presença de novos nomes, como Paes Barreto e Lustosa Paranaguá (Marinha e Justiça, respectivamente), além de Cansação de Sinimbu (estrangeiros), conhecido autoritário nos meios conservadores.

Ferraz assume, à guisa de programa de ação política, a precariedade da situação financeira do Império, e a necessidade imperiosa de seu imediato ajustamento, inclusive com a mudança dos aparatos burocrático e institucional, na forma da Lei, quanto à regulamentação do sistema financeiro; tal política não se realizará, porém, no ano corrente, dado que a sessão do Parlamento de 1859 chegaria logo a seu termo.

Cabe registrar, porém, como medidas implementadas já neste ano, por parte do Ministério da Fazenda, operações preliminares para a tomada de um empréstimo destinado às obras da Estrada União e Indústria, recém-encampada pelo Império, bem como à Companhia de Navegação do Mucuri¹⁹⁰.

Em 1860, porém, que registrar-se-ão as medidas mais importantes nos campos político e econômico relacionadas ao Gabinete Ferraz. Na área política, cabe enfatizar a reforma da chamada ‘Lei dos Círculos’ e a criação do Ministério da Agricultura. E no campo econômico,

¹⁸⁹ Afirma a seu respeito Austrícliano de Carvalho: ‘*O presidente do gabinete era uma notabilidade, um príncipe da intelligencia e da tribuna, audacioso athleta, variada e substanciosa illustração, trabalhador infatigável, ataviado de singularidades de caráter que iam até ao mundanismo. Faltava-lhe, todavia, o tacto político e, como bom conservador, era autoritário e o demonstrou no seu governo.*’ CARVALHO (1927), p.531.

¹⁹⁰ No ano seguinte, esta companhia seria fechada, por não ter condições de cumprir os preceitos da nova lei de regulamentação de Sociedades Anônimas.

seguramente há que realizar menção à Lei Bancária de 1860, e as concessões para início das operações das *Caixas Econômicas e Montes de Socorro*, na Corte e em outras províncias.

A respeito do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criado por força de decreto em 28 de julho do mesmo ano, pode-se pensar no mesmo como uma forma de instaurar um marco regulatório sobre a produção agrícola, notoriamente sobre as culturas de exportação; de fato, até aquele momento não havia para o setor agrário um espaço para a implementação de marcos decisórios que lidassem com suas demandas correntes.

A criação de tal ministério, ainda que ele englobasse outros setores como construções de natureza pública, consistia em uma primeira iniciativa para a atuação do setor público junto aos produtos que, naquele momento, consistiam a ponta-de-lança do *drive* exportador. Deve-se ter em conta, porém, que tal ministério teve, ao menos em seu início, atuação limitada, por falta de técnicos competentes para o exercício dos cargos ¹⁹¹.

No que alude á reforma da ‘Lei dos Círculos’, tem-se que se trata de uma reformulação do projeto aprovado na legislatura do Marquês do Paraná, e que como vimos, é tida como uma das principais obras deste Gabinete. Preconizava-se, agora em 1860 a redução do número de círculos eleitorais, de circunscrições locais.

A representação, por sua vez, passaria por uma ampliação, do número de um para três deputados por círculo. Tratava-se de uma medida destinada a reduzir em parte as influências – muitas vezes de natureza discricionária – das oligarquias locais e outros personalismos, que hipertrofiavam a esfera privada de poder. Discutido na Câmara, o projeto foi aprovado sob a forma do decreto 1082, a 18 de agosto de 1860.

As próximas eleições, realizadas no mesmo ano, já se deram sob a égide da nova lei, que estabelecia, como visto, o distrito de três deputados. Ademais, antecipando as discussões a respeito do ocaso do gabinete que agora se enfoca, cabe afirmar que se verificou um avanço fortemente significativo dos quadros liberais na ocupação das cadeiras da Câmara dos Deputados, dado o apoio que possuíam dos setores urbanos, cujos comerciantes defendiam, via de regra, maior permissividade na política de emissão. Esta vitória dos liberais torna inviável a manutenção da política restritiva do Gabinete Silva Ferraz, que se afasta a 2 de março de 1861, após 18 meses de gestão.¹⁹²

¹⁹¹ IGLESIAS (1997), pp.76-8.

¹⁹² IGLESIAS (1997), pp.79-80.

Deve-se registrar, por fim, que no ano de 1860 abateu-se uma grande seca sobre a Região Nordeste, trazendo consigo efeitos danosos sobre a saúde pública, com doenças como a febre amarela e o vibrião colérico. Neste momento, fará o Imperador uma viagem a estas províncias, notificando pessoalmente o *status quo* do problema climático.

A respeito das leis que atingissem a esfera financeira, é conveniente abordar a Lei Bancária de 1860 e a criação de marcos decisórios para o surgimento das Caixas Econômicas e Montes de Socorro, na área da Corte.

De acordo com o *Relatório do Ministério da Fazenda de 1859*, a crise de 1857 gerou, no Brasil, a falência de 139 companhias e um prejuízo estimado em 20.000:000\$000 (20 mil contos de réis). Grosso modo, não se visualizaram falências sobre casas bancárias, visto que o apoio do Governo Imperial para a captação de créditos externos foi fundamental para a sustentação do sistema, ao contrário do movimento ocorrido nos EUA.

Este *Relatório*, na verdade, formatou-se a partir da constituição de uma comissão de inquérito, por Aviso do Ministério da Fazenda a 10 de Outubro de 1859: Dada a efervescência das discussões a respeito das causas que engendraram a crise de 1857, bem como sobre as posturas a serem adotadas pelo Banco do Brasil no que alude à condução do meio circulante, o novo Gabinete enviou uma série de questionários a comerciantes, banqueiros e outros empresários.

A idéia que perpassava o envio dos questionários residia em colher opiniões sobre a conduta do mercado cambial, bem como sobre as possíveis relações, do ponto de vista dos agentes, entre recessões externas e seus impactos sobre a economia brasileira, enfatizando possíveis conexões entre os abalos verificados na Europa e nos Estados Unidos, com os efeitos evidenciados sobre o Brasil¹⁹³.

Digladiavam-se, neste sentido, interesses antagônicos, e mesmo opostos, entre defensores da livre conversibilidade e do aumento das emissões, como forma de satisfazer a demanda por meio circulante e possibilitar o aumento do *quantum* de investimentos, e os metalistas convictos, adeptos da prudência na emissão e aos preceitos do padrão ouro. Tal debate, em gênese, embute mesmo uma discussão a respeito da condução do futuro do país:

¹⁹³ FERNANDES (1974), pp.5-9.

O exame do vasto material, reunido sob a forma de depoimentos escritos e dados estatísticos diversos, evidencia as múltiplas fragilidades da então incipiente economia brasileira, quando o principal fiador do comportamento cambial era o resultado do balanço mercantil. É curioso observar o conflito de teorias econômicas, onde papelistas se opunham a defensores da conversibilidade; defendia-se e promovia-se a fusão de bancos porque se reputava perigosa a competição entre eles e, numa simples transposição de Gabinete, passava-se do monopólio da emissão à pluralidade.

A economia nacional vivia o contraste do desenvolvimento, marcado pela execução simultânea de inúmeros projetos, vinculados à formação da infraestrutura de uma nação em andaimes, de estradas de ferro, iluminação a gás, construção naval, face a uma consciência que estava longe de ser burguesa ou capitalista, porque enraizada ainda no escravismo feudal. As duas forças eram de conciliação difícil.¹⁹⁴

Nesta linha de raciocínio, uma das causas apontadas para a crise cambial, conforme a referida comissão, residia na manipulação do mercado cambial por parte de bancos e comissários do café, que forçaram a desvalorização do câmbio para dar impulso às exportações e impedir a falência de seus clientes; contudo, aqueles agentes que tivessem dívidas em moeda estrangeira rapidamente entrariam em colapso.

Em paralelo à discussão do câmbio, a *Comissão* focou também a questão monetária. Tornou-se ponto pacífico que a ‘superabundância’ de notas, por conta do grande volume de emissão observado durante a década de 1850, consistiu em uma das causas da depressão sob análise. A partir disto, diante da corrida bancária, a suspensão do resgate destas notas por moeda metálica, a partir de 11 de Novembro de 1857, teria precipitado e aprofundado os acontecimentos.

Por sua vez, a natureza dos bancos de emissão também foi atacada; o florescimento de bancos e caixas filiais nos diversos estados do Império teria gerado, conforme a pesquisa, uma expansão do estoque de moeda que não seria compatível com a demanda dos agentes, tampouco com o nível de reservas metálicas: o aquecimento da economia teria gerado, por conta da aceleração da atividade especulativa, grande incremento na oferta de papel-moeda, amplificando as chances de ocorrência de flutuações¹⁹⁵.

¹⁹⁴ MONT' ALEGRE (1972), p.154; LIMA (1978), PP.95-6.

¹⁹⁵ É importante ter em conta que o sistema bancário na segunda metade da década de 1850, quando observado sob a perspectiva dos dias atuais, de fato não possuía um estoque de moeda em circulação que fosse, de modo geral, suficiente para sanear a demanda por moeda dos diferentes agentes e/ou complexos econômicos instalados pelo território. Contudo, conforme o pensamento da época, verificado através do exame dos relatórios escritos no ‘calor dos acontecimentos’, pode-se depreender que havia um consenso, naquele momento, a respeito do excesso de emissões, que estaria indo além da – presumida – demanda por moeda destes agentes. De posse desta informação, foi possível depreender a aparente incompatibilidade entre oferta e demanda por meio circulante no período em análise.

Retoma-se, neste aspecto, a linha metalista, uma vez que se defende o fim das concessões de emissão de títulos bancários, e seu retorno às mãos do Governo através do Banco do Brasil. Em síntese, as lições da crise de 1857 – crise cambial afetando casas comerciais, bem como bancos de emissão sem nenhum componente regulador – deveriam ser utilizadas na formação de políticas novas, tal como se verificou na Lei Bancária de 1860 e seu persistente foco na contração do *quantum* de emissões pelo sistema bancário nacional.

A Lei Bancária de 1860 também ficaria conhecida posteriormente como *Lei dos Entraves*: prosseguindo o trabalho iniciado, em grande medida, por Torres-Homem, ainda que de forma atenuada, Silva Ferraz lançou um pacote de medidas que visavam, de acordo com o pensamento dos estadistas da época, condições de aceleração do crescimento com estabilidade de preços¹⁹⁶.

A referida Lei foi aprovada em 22 de Agosto de 1860; sua concepção visava restringir o estabelecimento e funcionamento dos bancos no Brasil: estes não poderiam emitir notas em magnitude superior ao realizado no primeiro semestre deste mesmo ano, e obrigatoriamente deveriam possuir garantias, na forma de ouro ou outros bens tangíveis, para a cobertura dos depósitos contratados junto a estas instituições.

De forma análoga, o limite para emissão do Banco do Brasil foi limitado ao dobro do fundo disponível; e caso um banco não pudesse resgatar seus títulos em ouro, o Governo Imperial estaria autorizado a intervir e a declarar a falência da casa. Obrigou-se, ainda, a admissão dos inspetores sobre as Caixas Matrizes dos bancos¹⁹⁷.

Mais que isso, porém, a fim de evitar a emissão acelerada de dinheiro sem lastro, principalmente nos mercados de crédito, o governo lança, através de sucessivos decretos, medidas que obrigavam as associações a enviar para as autoridades monetárias um resumo das operações da semana antecedente, o recolhimento de cédulas de baixo valor, além do pagamento de impostos – na forma de selos do governo – sobre os títulos emitidos.

Da mesma forma, restringia fortemente a atividade especulativa através da imposição de restrições à formação de sociedades anônimas¹⁹⁸, notoriamente no setor bancário, e

¹⁹⁶ PELÁEZ & SUZIGAN (1980), pp.118-19; MONT'ALEGRE (1972), pp.153-58; HANLEY (2005), pp.32-33.

¹⁹⁷ CALÓGERAS (1960), pp.125-26.

¹⁹⁸ O termo 'entreve' advém do debate relacionado à restrição às sociedades anônimas: como, na indústria, a captação de recursos para a implementação de projetos e inversões se dá, via de regra, pelo lançamento de ações e formação de empresas de capital aberto, a restrição ao 'espírito de associação', nos termos de Mauá, seria um forte entrave ao desenvolvimento industrial.

da restrição da atividade da agiotagem¹⁹⁹: Quanto à questão das sociedades anônimas, tem-se que elas poderiam apenas ser aprovadas, e terem seu funcionamento autorizado, por decretos do Governo; era vetada a emissão e venda de ações destas empresas antes de tal aprovação; estas mesmas empresas, ainda, estariam sujeitas à inspeção governamental, com o envio obrigatório de balancetes em períodos determinados.

De fato, a marcha da emissão foi retida: Todos os bancos foram, de alguma forma, atingidos pelas medidas propostas, inclusive o Banco do Brasil, e tiveram de realizar uma forte redução de suas emissões, deparando-se com dificuldades na conversão de suas notas bancárias. Deste modo, a regulamentação proposta, em grande medida, eliminou a autonomia de emissão dos bancos.²⁰⁰

Porém o limite estabelecido na Lei de 1860, via de regra, não foi cumprido, salvo em Março de 1861, na transição de cargos da presidência do Conselho. Para o Banco do Brasil, especialmente, a implementação da Lei experimentou grande dificuldade, dado que sua condição de banqueiro do Governo, na ausência de um Banco Central ou outra instituição equivalente, impunha-lhe a condição de trabalhar de forma conjunta com o Governo em momentos de especulação e crise:

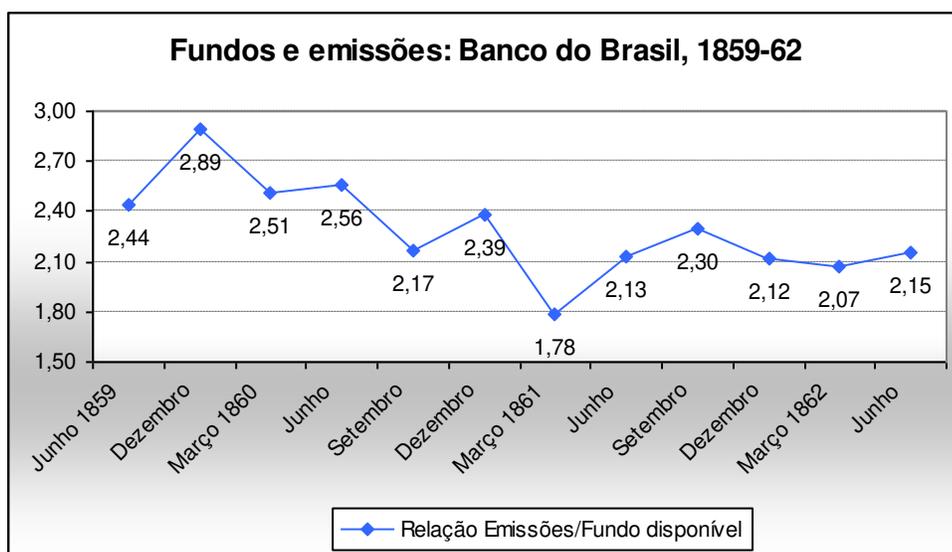
O Banco possuía numerosos motivos para se queixar da Lei de 1860, tendo sido privado da possibilidade de assistir o Governo durante as crises e de manter a emissão em montante superior ao dobro do fundo disponível. Além disso, suas operações haviam sido restringidas pelas cláusulas da lei sobre as notas de menor valor e pelos limites do fundo disponível. (...) Assim, o sistema bancário estava ameaçado de liquidação devido aos rendimentos desfavoráveis, existindo a possibilidade de o Banco do Brasil converter-se num banco de redescontos e depósitos apenas, devido à restrição do direito de emissão²⁰¹.

Efetivamente, a média da relação entre a emissão em circulação e o fundo disponível, por parte do Banco do Brasil, para o período entre 1859 e 1862, foi de 2,29 para 1. O Gráfico 12, a seguir, faz alusão a esta situação:

¹⁹⁹ BUENO (2002), p.20.

²⁰⁰ GREMAUD (1997), p.149. Sebastião Soares, escrevendo em 1863, comenta: 'É minha opinião que a Lei de 22 de Agosto de 1860 veio cercar innumerous abusos e matar o immoral jogo da agiotagem das ações de companhias não-approvadas; mas, como seus effeitos tinham de efectuar-se rapidamente, conduzio a uma liquidação forçada muitas casas, que com tempo se terão consolidado.' SOARES (1865), p.60.

²⁰¹ PELÁEZ & SUZIGAN (1981), p.125.



Fonte: *Relatório do Banco do Brasil, 1860/62*, apud PELÁEZ & SUZIGAN (1981), p.129.

Um segundo aspecto, que merece ser levado em consideração na discussão sobre os aspectos econômicos do Gabinete Ferraz, está sobre o surgimento das chamadas *Caixas Econômicas*, além dos *Montes de Socorro*: Com a promulgação da Lei Bancária, e a necessidade imperativa de garantias aos depósitos a partir de metais preciosos ou outras formas de bens tangíveis, criava-se, portanto, um importante precedente no que alude ao mercado bancário.

A necessidade de oferecimento de garantias reais para a cessão de empréstimos – em outras palavras, a possibilidade de uso de bens como lastro para o suprimento de crédito – permite a regulação, por parte das autoridades monetárias, da atividade do penhor²⁰², nos moldes daquilo que será realizado pelo *Monte de Socorro da Corte*²⁰³; tais bens, portanto, destinar-se-iam a evitar a retomada da emissão desprovida de lastro, colaborando assim com a manutenção da paridade entre a libra e o mil-réis, conforme as regras do padrão-ouro.

Dada a natureza restritiva (e até certo ponto elitista) do setor bancário brasileiro no Segundo Reinado cujas cláusulas de exigibilidade de fundos por parte dos correntistas eram capazes de superar, em larga escala, os ganhos médios percebidos pela população local, é preciso considerar a inexistência, ao menos até 1860, de mecanismos estatais com viés ‘popular’ no que toca à cessão de créditos e formação de poupanças; em outros termos, não se verifica uma

²⁰² Do francês *pignorem*, ‘ato ou palavra que assegura o cumprimento de um compromisso’

²⁰³ Artigo 2º, §14 a 22, sobre a questão da criação das Caixas.

bancarização da população. É neste contexto que surge a *Caixa Econômica e Monte de Socorro* na Corte, no Rio de Janeiro.

A *Caixa Econômica da Corte* foi implementada oficialmente pelo Decreto nº 2.723, de 12 de janeiro de 1861:

Decreto nº 2.723 – de 12 de janeiro de 1861.

Autorisa a criação de uma Caixa Econômica e um Monte de Socorro nesta Corte, e aprova os respectivos Regulamentos.

Hei por bem autorisar a criação de uma Caixa Econômica e um Monte de Socorro nesta Corte, que se regerão pelos Regulamentos, que com este baixão, propostos pela comissão encarregada de sua organização, observando-se as seguintes disposições:

(...)

2ª: O capital necessário para o começo das operações do Monte de Socorro não poderá ser menos de trinta contos de réis, qualquer que seja a sua origem.

(...)

Ângelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Senador do Império, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em doze de Janeiro de mil oitocentos e sessenta e um, quadragésimo da Independência e do Império.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Ângelo Moniz da Silva Ferraz²⁰⁴

Em seguida, promulga-se o regulamento da instituição:

Regulamento da Caixa Econômica

Capítulo I

Das funções da Caixa Econômica.

Art.1º A Caixa Econômica estabelecida na Cidade do Rio de Janeiro (...) tem por fim receber a juro de 6%, as pequenas economias das classes menos abastadas, e de assegurar, sob garantia do Governo Imperial, a fiel restituição do que pertencer a cada contribuinte, quando este o reclamar.

Art. 2º: As sommas recebidas pela Caixa serão sempre de 1\$000 ou de múltiplos desta quantia; e as entregues em cada semana pelo mesmo individuo nesta e em qualquer outra Caixa garantida pelo Governo, segundo a Lei de 22 de Agosto de 1860, não poderão exceder a 50\$000.

Assinam, por fim, em nome do conselho, personalidades como o Visconde de Itaboraí, o Barão de Mauá e Antônio José Alves Souto²⁰⁵.

O ‘cofre seguro das classes menos favorecidas’, conforme aludia o Visconde do Rio Branco, possui quatro precedentes de suma importância para a compreensão do rápido

²⁰⁴ *Coleção das Leis do Império*, 1861.

²⁰⁵ Itaboraí e Mauá deixariam seus cargos pouco após o início do funcionamento da instituição.

desenvolvimento de suas atividades. Primeiramente, em sintonia com as reflexões previamente realizadas, está o fato desta instituição aceitar depósitos de pequena monta.

Em segundo lugar, as garantias de remuneração dos depósitos – a média de 6% ao ano – era semelhante à taxa praticada pelo Tesouro para o pagamento dos seus compromissos de dívida externa; os depósitos na *Caixa*, portanto, convertiam-se em uma alternativa de investimento com rentabilidade bastante semelhante à obtida pelos grandes investidores na compra de apólices e títulos do Governo Brasileiro, situação que era, indubitavelmente, favorável àqueles agentes que fossem avessos ao risco, sobretudo em uma conjuntura de instabilidade após os acontecimentos dos anos anteriores.

Em terceiro, é importante citar que a *Caixa* oferecia, não obstante, oferecia total garantia do Governo Imperial para a restituição dos depósitos de seus clientes, preservando-a de corridas bancárias e momentos de reversão de expectativas que pudessem engendrar a quebra do banco: o fato de ser uma companhia de capital fechado também atuava como fator adicional de segurança aos agentes. Por fim, a *Caixa* abre um precedente inédito à medida que aceita também depósitos de escravos, em que pese o fato de que os mesmos deveriam sempre ter o nome de seus senhores constando em suas cadernetas.

O regulamento do *Monte de Socorro*, por sua vez, traz em seu bojo algumas mudanças em relação à *Caixa*:

Regulamento do Monte de Socorro

Capítulo I

Das funções do Monte de Socorro.

Art. 1º: o Monte de Socorro estabelecido nesta Cidade (...) tem por fim emprestar por módico juro, e sob penhor, as sommas necessarias para soccorrer as urgentes necessidades das classes menos favorecidas da fortuna.

Art. 2º: O Monte de Socorro não poderá fazer outras operações senão as de receber dinheiro a premio, e emprestar sob penhor por módico juro.

Art. 3º: Provisoriamente não aceitará o Monte de Socorro outros penhores que não sejam os de ouro, prata ou diamantes.

(...)

Art. 7º: O Monte de Socorro não emprestará qualquer quantia a pessoa que não seja conhecida, domiciliada na cidade, ou que se não apresente acompanhada de um abonador.

Art. 9º: Não serão admittidos, como depositantes ou abonadores, os menores, escravos, e mais indivíduos que não tiverem a livre administração de sua pessoa e bens.

Observa-se, assim, que o Monte de Socorro destinava-se a oferecer, em resumo, empréstimos à população que ocupava estratos inferiores de renda no espaço da Corte e

adjacências; trata-se neste sentido, juntamente com a Caixa Econômica, de uma primeira iniciativa no sentido de amearhar as classes ‘menos favorecidas da fortuna’ e integrá-las aos circuitos de acumulação (que, vale dizer, não haviam sido rompidos sequer com as crises que se estudam neste trabalho), ainda que de natureza primária e com montantes bastante inferiores ao que eram operados por comerciantes, empresários e outros especuladores.

Em suma, o Gabinete Silva Ferraz registra, portanto, severas regulamentações sobre o funcionamento das instituições financeiras, restringindo-lhes os direitos de livre emissão, ao mesmo tempo que enceta um processo de apoio à poupança dos cidadãos através de instituições de crédito popular:

‘O ministro da fazenda queria deter a especulação que criava empresas mal calculadas, a exagerarem as posses dos empresários, e a incitarem a ambição e o luxo, immobilizados os capitães fluctuantes que assim enfraqueciam a produção. Aconselhava a fundação de caixas econômicas e montes de socorro: aquellas acauteladoras do futuro das famílias, estes attenuadores dos rigores da desgraça, dizia elle.’²⁰⁶

1.3. Segundo Gabinete Caxias

Com o afastamento do Gabinete Ferraz, D. Pedro II convoca novamente, para a presidência do Conselho de Ministros, o agora Marquês de Caxias, a 2 de março de 1861. Para a composição de seu Gabinete, Caxias convoca quadros de vulto, como José Antônio Saraiva (Império, substituído posteriormente a José Ildefonso Sousa Ramos), Manuel Felizardo (Agricultura) e José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco (Fazenda), além de acumular, para si, o Ministério da Guerra.

Não se trata de uma escolha simples; de fato, diferenças significativas de pensamento vogavam entre os membros do Gabinete, todos conservadores de fato, mas cindidos internamente, formando correntes intra-partidárias, de cunho moderado (Saraiva) ou relativamente mais radical (Saião Lobato, na pasta da Justiça).

Da mesma forma, imperava um ambiente de incerteza no que dizia respeito às esferas do Poder Legislativo, dado que as eleições de 1860, realizadas já sob nova legislação

²⁰⁶ CARVALHO (1927), p.534.

eleitoral, e onde os liberais colheram grandes avanços, trariam quadros deste partido para dentro do condomínio do poder.

E, assim como os liberais ocupavam mais cadeiras na Câmara, os conservadores uniam-se cada vez mais dentro de facções, engendrando, a médio prazo, uma fratura na estrutura do próprio partido: já se falava em *conservadores puritanos, vermelhos, moderados, progressistas, conciliadores*, correntes de natureza distinta que poderiam, eventualmente, unificar-se aos liberais, em uma legenda de contestação. E é neste ambiente politicamente instável que Caxias, reconhecidamente de pouco trato e familiaridade com questões político-partidárias²⁰⁷, assume a presidência do Conselho de Ministros.

Tal instabilidade manifesta-se já no início dos trabalhos da nova legislatura; acusa-se o Gabinete de trazer para o exercício do poder alguns quadros que foram recusados pelos eleitores pela via do sufrágio universal, como o próprio Rio Branco; este rebate as acusações, afirmando a exatidão das escolhas do presidente, resultado da vocação conciliadora do gabinete:

A abolição efetiva do tráfico de escravos (...) deixou disponível uma grande massa de capitais que se empregavam nas especulações da costa da África. Esses recursos foram novos e fortes estímulos para as tendências pacíficas da nossa sociedade, concorreram poderosamente para o desenvolvimento industrial e comercial que se observou entre nós. (...) a conciliação, pois, não era a concepção abstrata de algum estadista, era a expressão do verdadeiro estado da nossa sociedade, era a resolução do nosso problema social sob as condições que os acontecimentos tinham estabelecido.²⁰⁸

As fontes consultadas registram, para os anos de 1861 e 1862, poucas medidas de vulto para a condução da economia; de fato, as resoluções mais importantes, de regulamentação da reprodução do sistema, haviam sido adotadas nos Gabinetes anteriores, tornando imperioso aos novos membros do Executivo assegurar a sua implementação e conduzir trabalhos de manutenção das Leis aprovadas.

Nota-se, porém, a preocupação com a estagnação do crescimento da arrecadação pública, *pari passu* ao aumento da dívida externa, fruto dos empréstimos contraídos no exterior para o desenvolvimento e serviço das ferrovias que começavam a rasgar os sertões mais longínquos do território.

²⁰⁷ A seu respeito, afirma o já trabalhado Sousa Franco, antigo ministro da Fazenda: '*...a fraqueza do gabinete por faltar-lhe a cabeça e porque o sucessor na presidência do conselho, embora tivesse muitos outros títulos de merecimento (...) não era muito próprio para ser chefe de gabinete. (...) Estou lhe reconhecendo muitas qualidades superiores, menos a de estadista e orador para ser chefe do gabinete em um governo parlamentar*'. (citado por IGLESIAS (1997), p.81.)

²⁰⁸ IGLESIAS (1997), p.82.

No que alude à manutenção dos compromissos da Lei Bancária de 1860, sobre a questão das emissões, Paranhos procurou manter as orientações da Lei Bancária de 1860, porém, tal como se observa, a relação entre emissões e reservas disponíveis não alcançou, durante sua gestão (que se prolongou até 24 de maio de 1862), o valor preconizado pela Lei, de 2 para 1.

Pelo contrário, o Visconde recebeu, do Gabinete anterior, o controle das emissões dos bancos do Império dentro de uma relação favorável (1,8 para 1), porém a manutenção deste patamar não foi possível, atingindo 2,3 logo em setembro, estabilizando-se em 2,1 logo depois – os constantes déficits na balança comercial, em função do aumento das importações, que drenavam recursos internos através da demanda por moeda forte, desvalorizando o mil-réis, poderão consistir em explicações, ainda que parciais, para esta conjuntura.

Neste ano de 1862, os ânimos no cenário político, por sua vez, acirram-se: chegava-se, paulatinamente, dentro das esferas do Poder Legislativo, a um consenso negativo sobre a manutenção do *status quo* do jogo político, da divisão bipolar de partidos. A contestação aos conservadores puros, que ocupavam cargos de liderança no Executivo com o Gabinete Caxias, tomava fôlego, reunindo, além dos liberais, conservadores moderados que apresentava-se discordantes com a postura do partido.

Nabuco de Araújo, em discurso proferido no Senado, faz referência a este movimento, acenando com a possibilidade, agora mais concreta, de criação de uma corrente política alternativa:

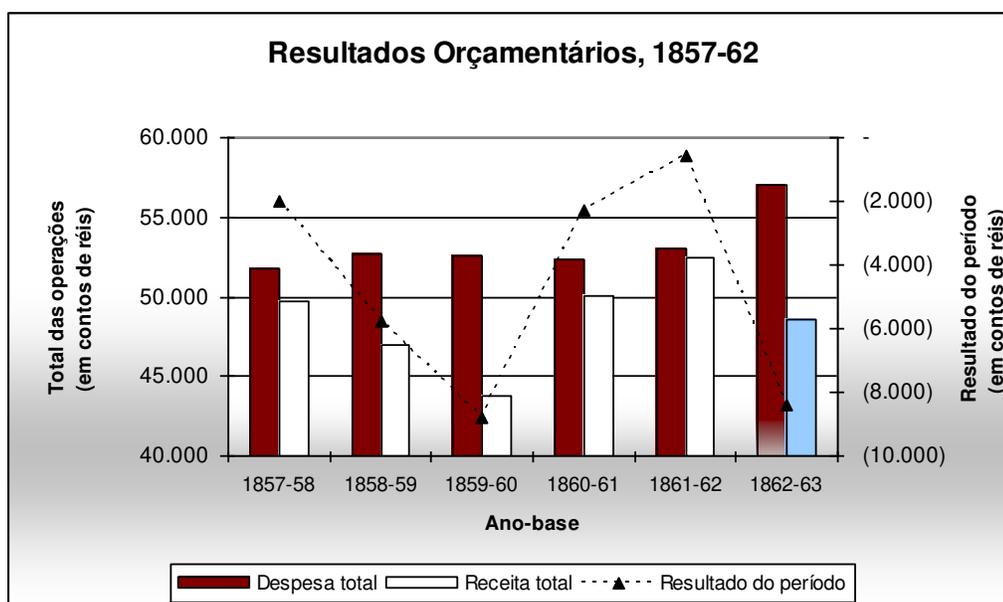
O parlamento está dividido em três partidos: o partido conservador puro, que domina todas as posições oficiais, dispõe de todos os meios oficiais, e não pode por consequência deixar de ter proselitismo e adesões, e os dois partidos, moderado e liberal, que repelem esse *uti possidetis* do partido conservador. (...) Quando digo que os partidos políticos são convenientes, refiro-me aos partidos regulares, partidos com idéias, com princípios, com antagonismos, com disciplina, com responsabilidade; partidos civilizados, que porfiam, mas não se excluem; que se substituem, mas não se exterminam; infelizmente nós não os temos²⁰⁹.

Em maio, o clima de animosidade atinge seu ápice: Zacarias de Góis – o mesmo que, nos tempos de Honório Carneiro Leão como líder do Conselho de Ministros, havia sido designado para a presidência da novel província do Paraná – agora na oposição ao Gabinete, apresenta na Câmara proposta de Lei sugerindo a inspeção sistemática, por parte da mesma casa legislativa, dos relatórios dos distintos ministérios.

²⁰⁹ IGLESIAS (1997), p.84.

Após uma série breve de debates, em votação o projeto é aprovado. Dado o flagrante clima de desconfiança quanto às ações do Gabinete, o ministério propõe a dissolução da Câmara, o que não é aceita pelo Imperador. Diante disto, os ministros apresentam sua renúncia, e D. Pedro II convoca o chefe dos opositoristas, Zacarias, para formar outro Conselho de Ministros, já sob a égide de uma nova corrente partidária, declamada por Nabuco de Araujo dias antes: a Liga Progressista.

Por fim, a respeito da dimensão orçamentária durante a segunda fase dos gabinetes da Conciliação, tem-se o Gráfico 13:



Fonte: CASTRO CARREIRA (1980)

2. Premissas e encaminhamentos

Ao longo deste capítulo, buscamos enfatizar os diferentes grupos que compuseram o Conselho de Ministros no período compreendido entre a eclosão da Crise de 1857 e o surgimento dos Gabinetes chefiados pela Liga Progressista, em 1862. A análise deste período permite, como breve síntese ao presente capítulo, validar duas considerações, a respeito das trajetórias política e econômica destes gabinetes.

A primeira delas, de natureza política, perpassa a noção de que há, ainda, um ideal conciliatório, de acomodação das diferentes correntes partidárias, nos três grupos que compuseram o que chamamos aqui de segunda fase dos gabinetes da Conciliação; este ideal, porém, se verifica sob novas roupagens, haja visto que ele não exclui o fato dos conservadores dominarem integralmente o cenário da política nacional, o que contribuiu, sensivelmente, para o afastamento dos liberais, convencidos da impossibilidade de manutenção do modelo de representação política baseado no espírito conciliador.

Mais que isso, torna-se patente que há um progressivo esvaziamento deste ideal, situação que se catalisa por dois movimentos, quais sejam, a emergência de quadros conservadores ‘menos moderados’, sobretudo no segundo Gabinete Caxias; quadros estes pouco capazes de encetar um movimento de acomodação de distintos interesses político-partidários, o que levaria a um racha nas instâncias do Poder Legislativo.

E, ainda, não mais se notificavam no exercício do poder líderes do padrão de Carneiro Leão, Eusébio de Queirós ou mesmo de Rodrigues Torres, por exemplo; figuras estas capazes de, com base em poderes de natureza pessoal e carismática, aglutinar estas mesmas castas partidárias permeadas de antagonismos entre si.

Pela esfera econômica, observa-se no início da década de 1860 o surgimento de profundas dissensões que, por vezes, inviabilizarão os trabalhos das autoridades monetárias na condução da política econômica. Tais dissensões, de natureza política, observam-se por exemplo nas contestações apresentadas pela Câmara às medidas sugeridas por Salles Torres-Homem, ministro da Fazenda no Gabinete Abaeté, em torno da matéria do restabelecimento da circulação metálica e da restrição às emissões de papel-moeda: tornava-se patente, para os parlamentares, que tais iniciativas afetariam compromissos previamente assumidos, no que diz respeito à expansão das transações internas e da própria economia do Império.

Tais medidas, é importante recapitular, estariam destinadas a sanear as finanças nacionais – entenda-se aqui sanear o meio circulante, em grande medida – após o estouro da ‘bolha’ especulativa, acelerada pelo excesso de emissões dos bancos, em 1857. Estas contestações levaram, em última análise, à ingovernabilidade do grupo de ministros chefiado por Limpo de Abreu, que não encontrando melhores meios para a sua reprodução, apresenta renúncia coletiva. A necessidade de estabilização do meio circulante se mostra, portanto, como uma

condição *sine qua non* para a estabilidade do processo de representação política, e, no limite, para a manutenção da estabilidade do próprio Império.

Visualizar-se-ia, assim, um grande esforço do Ministério da Fazenda no sentido de evitar a eclosão de novos pânico financeiros e falências de bancos, tais como ocorreram em 1857. Efetivamente, as condições econômicas para o Brasil foram favoráveis durante os anos seguintes. No entanto, a médio prazo o sistema daria sinais de fraqueza: novas falências e corridas bancárias – onde se destaca o caso da A.J.A. Souto – ocorrerão mais adiante, ao longo da Crise de 1864.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, um dos objetivos básicos consistiu em realizar uma análise sistemática, dentro do escopo temporal da história brasileira conhecido como o Segundo Reinado, a respeito do período de dominância, no exercício do poder, de quadros ligados ao Partido Conservador; quadros estes que engendraram um movimento de concertação política doravante conhecido como a Conciliação, na década de 1850. Examinando alguns indicadores principais, bem como a bibliografia especializada a respeito do tema, torna-se possível depreender algumas ideias principais.

Em princípio, é importante ressaltar a ênfase que procuramos conferir, de acordo com nosso entendimento, à vigência dos chamados Gabinetes da Conciliação; reafirmamos, neste sentido, recordando a divisão proposta para os capítulos do texto, que o movimento conciliador passa por duas fases distintas, quais sejam, entre 1853 e 1858, período em que os líderes do Conselho de Ministros – Carneiro Leão, Caxias e Olinda – tiveram relativo êxito em viabilizar suas gestões, e suas medidas de condução dos negócios do Império, sem grande interferência de correntes políticas dissidentes.

Não se pode negar, porém, o fato dos liberais não ocuparem nenhum cargo de vulto no Poder Executivo; mais que isto, principalmente na gestão de Carneiro Leão, a moderação do debate político, e a aglutinação de quadros, com a neutralização de rivalidades de corte partidarista, se terá verificado com maior ênfase.

Já para a segunda fase, compreendida entre 1858 e 1862, o supracitado princípio da moderação é profundamente contestado: Através do estudo das fontes primárias – *Atas do Conselho de Estado, Coleções de Leis do Império e Anais da Câmara dos Deputados* – será possível depreender a partir das opiniões coletadas que a Conciliação, tida anteriormente como solução para o desenvolvimento nacional, se tratava, para aquele momento específico, de uma potencial ‘pista falsa’, dada a estagnação, substitutiva da moderação, dos também referidos debates políticos.

Afirmamos, neste sentido, que neste segundo momento do processo de dominância do Partido Conservador, considerada no início da década como necessária, passará a ser vista como daninha aos interesses da nação. Este fato engendrará, além da reorganização futura do Partido Liberal – apeado do poder após os movimentos radicalistas de São Paulo e Pernambuco,

em 1842 e 1848 respectivamente – a formação de uma corrente político-partidária alternativa, a Liga Progressista, que passará a reunir conservadores dissidentes (alguns deles de grande vulto, como Zacarias de Góis) e liberais exaltados; corrente esta que, em dado momento, quando se prefigura um consenso negativo em relação à permanência estável do Partido Conservador na gestão do Estado, assumirá a sua condução, através da ocupação da presidência do Conselho de Ministros.

Portanto, a Conciliação não encontra termo em 1858, conforme parte da bibliografia examinada faz alusão, mas sim passa por uma intensa reordenação, finalizando-se *de facto* em 1862.

A divisão proposta, ainda, ampara-se nas medidas de política econômica implementadas no período. Em verdade, em sua maior parte são tais ações que balizam o corte temporal proposto; uma análise rigorista, que considerasse a dominância plena do Partido Conservador como referência para o movimento da Conciliação, propria, como momento de seu término, o mês de maio de 1857, com o início do Gabinete Olinda, dado que um liberal, Bernardo de Sousa Franco, assume o Ministério da Fazenda, e sua atuação será posteriormente tida como de maior vulto que a de seu superior imediato, conforme abordamos no Capítulo II.

Contudo, reafirmamos a validade do corte proposto, com base na ideia, que se verifica na análise das fontes primárias, de que as ações de política econômica nestes três primeiros Gabinetes encontraram pouca contestação na Câmara e no Senado. Já para a segunda fase dos Gabinetes, que se seguiu à Crise de 1857, as medidas propostas foram severamente criticadas e tidas por vezes (dada a sua natureza restritiva, destinada a equilibrar as finanças nacionais após o surto especulativo que contribuiu sobremaneira para a eclosão da crise) como prejudiciais ao espírito empreendedor – ou *espírito de associação*, conforme o jargão de Mauá.

Estas situações levariam, inclusive, à dissolução de alguns Gabinetes, que passaram a entrar, pela via dos atos do Ministério da Fazenda, em rota de colisão com o Poder Legislativo; Nestes momentos, o Imperador D. Pedro II, via de regra, apresentava seu apoio aos parlamentares, acolhendo o pedido de renúncia dos ministros, que se viam impossibilitados de dar prosseguimento a seus trabalhos sem a dissolução da Câmara, faculdade conferida ao monarca através do exercício do Poder Moderador.

Tendo-se, ao longo do texto, discorrido a respeito do pensamento e postura do Partido Conservador, é possível compreender também a estruturação do movimento da

Conciliação. Nesta linha, é conveniente afirmar que não é lícito propor conceitos simplificadores para a referida Conciliação, tais como uma pura e simples acomodação de interesses, ou um processo limitado de alternância de poder, sujeita a eventuais intervenções do Imperador D. Pedro II, e que consolidou, por um momento, o Partido Conservador na liderança do Conselho de Ministros.

Este conceito é tratado, de costume, como o ‘parlamentarismo às avessas’, dada a natureza amorfa do regime brasileiro, onde o Primeiro-Ministro não é subordinado às ações do Poder Legislativo, ao mesmo tempo que também se submete às decisões do monarca, dada a natureza superior do Poder Moderador.

Mais que isto, seguramente, a Conciliação representava, no início da década de 1850, um ponto crucial para a estabilização do país, que havia se emancipado do Império Português há pouco mais de três décadas, e que da mesma forma tinha sido duramente afetado por diversas revoltas no período Regencial, e que se estenderiam até o final da década de 1840. A Conciliação, expressa através dos diversos grupos do Conselho de Ministros que a compuseram, portanto, não é apenas uma solução de continuidade; ela é *a chave para a reorganização do processo de representação política da nação*.

Com o fim das revoltas regenciais – como a Farroupilha, em 1845 – e a frustração dos levantes armados dos quadros liberais em São Paulo e Pernambuco, o sentimento de radicalização política, e sua corporificação através da luta, do recurso às armas, passa por um processo de significativo esvaziamento.

E é neste momento, sob a liderança de importantes estadistas (ou, no conceito do período, *Homens de Estado*) como Itaboraí, Carneiro Leão e Paulino Soares de Sousa, que se costurará a síntese da reorganização política do país. A estrutura remanescente desta reorganização, neste sentido, poderá não necessariamente ser bipartidária, uma vez que o Partido Liberal passou por intensa desorganização na década de 1850.

Contudo, em raras oportunidades ela teve uma natureza bipolar, ou seja, de conflitos e tensões imanentes e estabelecidas: Mais do que afirmar o jargão clássico ‘Não há nada mais Saquarema do que um Luzia no poder’, referência que aludia aos conservadores e liberais, respectivamente, na gestão dos negócios do Império, faz-se mister afirmar que os distintos interesses, em ambas as correntes político-partidárias, pouco diferiam entre si, procurando,

quando possível, estimular o crescimento da economia, favorecendo o setor privado e seu *espírito de associação*.

O referido espírito, que alimentava a dimensão especulativa, foi possível de ser visualizada, nos tempos do Segundo Reinado, dada a presença de um ambiente econômico favorável para a formulação de horizontes decisórios, corporificado pela implementação do sistema do Padrão-Ouro, a partir de 1846. A partir dele, poder-se-á realizar uma importante ligação, para o quadro econômico do período.

A princípio, há que ressaltar – como recuperação das reflexões realizadas no Capítulo I – a especificidade do padrão-ouro dentro do espaço econômico brasileiro, bem como sua fragilidade constante e susceptibilidade a crises sucessivas. Configurado originalmente como mecanismo compensatório para transações entre países, uma vez que déficits em conta corrente em um país seriam compensados por superávits em outro país, gerando um jogo de soma zero onde a tendência de queda nos preços pudesse restabelecer o fluxo de ouro entre estas regiões, a implementação da conversibilidade do *mil-réis* em moeda metálica gerou quatro movimentos distintos.

Em primeiro lugar, *colocou o país na rota dos fluxos de capital entre países através do financiamento a projetos de investimento em dimensão interna*²¹⁰. Como consequência, um segundo ponto reside na *aceleração da atividade especulativa*, passível de exemplificação através do surgimento de grande número de companhias de investimento (principalmente em estradas de ferro e navegação).

Em terceiro lugar, *permitiu à elite nacional assimilar os padrões de consumo externos*, por conta do estabelecimento da conversão da moeda nacional: deu-se fomento à importação de bens de consumo, e estímulo às atividades urbanas em torno da Corte²¹¹.

Por fim, *sinalizou o início do estabelecimento de um sistema bancário*, concentrado regionalmente e focado na emissão de notas bancárias desprovidas de lastro, em desacordo com *as regras do jogo* em relação ao mecanismo da paridade-ouro; da mesma forma, considerando-se que o sistema ainda possuía uma natureza bastante seminal, não há mecanismos de coordenação entre os diversos estabelecimentos, o que faz com que instrumentos de articulação de recursos entre bancos, como cheques e ordens de pagamento, sejam pouco utilizados, situação esta que

²¹⁰ COTTRELL (1975), PETTIS (2001).

²¹¹ Para maiores detalhes a respeito da vida cultural no Rio de Janeiro em meados do século XIX, ver SCHWARCZ (1999).

engendra, em diversas ocasiões, o ‘vazamento’ de recursos destes bancos, que tinham suas reservas drenadas por resgates destinados ao comércio de importação.

A dinâmica do padrão-ouro, no que diz respeito à relação entre países ‘centrais’ e periféricos, torna possível a propagação de pânico e corridas bancárias para todo o sistema, desde que a crise tenha início em uma praça relevante – como no caso dos Estados Unidos – e com um fator desencadeador também relevante – a quebra de uma companhia de seguros, ou o afundamento de uma grande carga de ouro, impossibilitando a manutenção dos contratos pré-estabelecidos. Portanto, tem-se que um movimento focal poderá atingir todo o sistema por conta do mecanismo de ‘solidariedade’ entre países, no que toca aos fluxos de capital regulados pelo *price-species-flow-mechanism*.

Em 1857, este movimento foi válido: a concordata da *Ohio Life & Trust* e o perecimento da carga do *USS Central America* deram início ao movimento de pânico nas praças de Ohio e Nova York, atingindo, meses depois, a Europa (em especial a Alemanha, cuja praça de Hamburgo havia investido pesadamente em companhias ferroviárias e de construção naval na Suécia e Noruega) e a América Latina, em especial o Brasil: nota-se que *esta crise é a primeira de alcance verdadeiramente mundial*, conquanto pertencente a uma conjuntura de implementação da conversibilidade entre as moedas nacionais e o ouro – seja *de facto*, como no caso dos EUA, ou *de jure*, para os casos do Brasil e da Inglaterra. Nos Estados Unidos, observaram-se pânico em 1838 e 1847, sem que estes pudessem contaminar todo o sistema financeiro. A sucessiva falência de casas bancárias e instituições de crédito por todo o mundo dá conta, por sua vez, da magnitude da recessão de 1857-58.

No Brasil, por sua vez, esta crise foi a que primeiro atingiu seu incipiente sistema bancário. Uma vez que os efeitos da recessão de 1847 restringiram-se primordialmente aos Estados Unidos, e a constituição da paridade entre o ouro e o *mil-réis* ainda era bastante recente, não se sentiram os efeitos dessa primeira oscilação de mercado. A Crise de 1857, por sua vez, teve início em uma economia que operava sob condições adversas, principalmente no que diz respeito a seus passivos acumulados e à atividade especulativa, através do estabelecimento de companhias de crédito e financiamento às mais diversas atividades, conforme abordamos no Capítulo II.

Os bancos nacionais, com reservas metálicas relativamente baixas, e fornecendo crédito aos agentes através da continuidade do processo emissor de títulos bancários – basta

lembrar que o Banco do Brasil chegou a operar com o triplo de suas reservas em moeda metálica – não foram capazes de sustentar a conversão destas notas quando os agentes, de posse das informações a respeito do setor externo, passaram a demandar moeda com fins meramente precaucionais. Será a intervenção pesada do Governo – através da autorização à suspensão da conversão de notas, da captação de empréstimos junto à Casa *Rothschild & Sons* e junto à *Mauá, McGregor e Cia.* – que evitará a degrading absoluta deste sistema bancário de caráter notoriamente seminal, tal como ocorreu na praça de Hamburgo – onde antes do empréstimo austríaco de 12 de Dezembro, várias instituições bancárias aparentemente sólidas baixaram as suas portas.

Esta situação fornece subsídios para que se compreenda, a despeito da melhoria do ambiente decisório com a fixação da taxa de câmbio, conforme o receituário do padrão-ouro, a *falta de regulamentação* que afetava as instituições financeiras no âmbito do Segundo Reinado. De fato, uma dificuldade evidenciada na construção do projeto centralizador dos conservadores reside exatamente na ausência de tais instituições normativas, nos moldes de um Banco Central ou equivalente, conforme citamos em parágrafos anteriores.

Destarte, será a eclosão da Crise de 1857 que engendrará, a partir de 1859, um movimento de reação ao ambiente de *Entrudo*, de Carnaval financeiro, na expressão de Calógeras, reação esta baseada em restrições severas à atividade da emissão e ao lançamento de sociedades anônimas, lastreadas em ações; estas leis, que impunham *entraves* ao espírito de livre associação, ao mesmo tempo que reduziram a vulnerabilidade do sistema, impediram o desenvolvimento de novas empresas até o ocaso do Estado Imperial, conforme realizamos alusão ao longo do Capítulo III.

Da mesma forma, conquanto se levam em consideração as finanças do Segundo Reinado, e sua relação com os fluxos de capital em âmbito internacional, que estruturam a economia brasileira e lhe conferem a especificidade da vulnerabilidade a crises de liquidez e incerteza, torna-se patente, através do exame da bibliografia disponível, a ausência de maiores considerações a respeito dos impactos de tais oscilações e medidas de corte econômico sobre a população em geral.

Trabalhando-se apenas os grandes empresários, banqueiros e financistas, nota-se uma dificuldade, nas referências analisadas, em encontrar um grau de correlação entre estas medidas e os outros habitantes, com o povo, nos circuitos da vida cotidiana. A relativa ausência

de tais discussões dificulta sobremaneira a realização de considerações concretas sobre o assunto. Contudo, é possível, com os dados disponíveis sobre o período estudado, lançar algumas luzes sobre o tema.

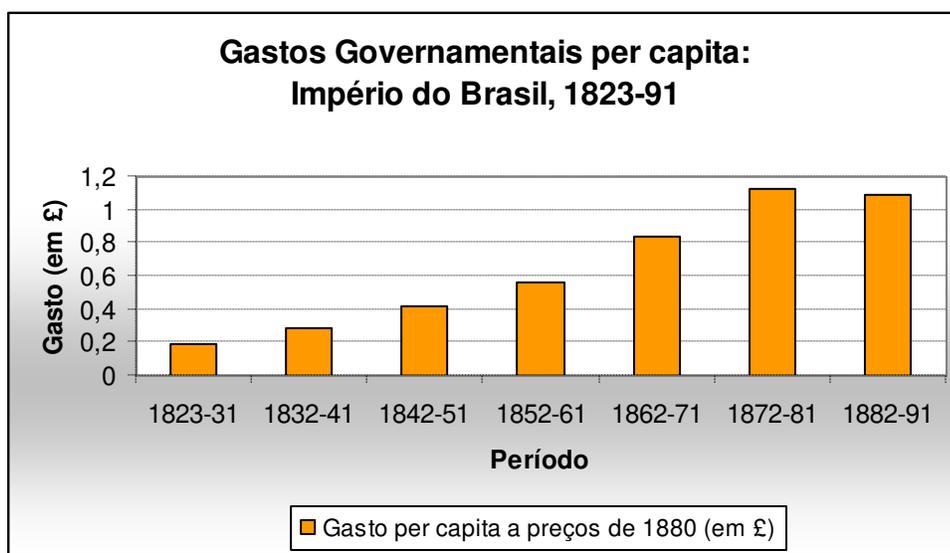
Podem ser fixadas duas observações sobre esta temática. Primeiramente, é importante ter em conta que as grandes conseqüências das crises financeiras que se abateram sobre o país, seja a de 1857, que estudamos com maior ênfase, e outras, como a de 1864, a título de exemplo, em pouca medida afetaram, através de fenômenos como quebra de bancos e casas financeiras, além de restrições à cessão de empréstimos por conta da diminuição dos limites à emissão de papel-moeda por parte dos bancos, dada a elevação de seus encaixes, a reprodução da vida material da população.

Esta situação se verifica com base em três assertivas que achamos conveniente enfatizar. Em primeiro lugar, no fato de que a maioria das casas bancárias estava concentrada sobre o Rio de Janeiro – então a área-chave da vida econômica do país – e em menor ênfase sobre algumas cidades do Nordeste. A recessão, à medida que se desenrolava e atingia níveis críticos no biênio 1858-59, afetou basicamente aqueles agentes que tinham investido em ações e notas bancárias, ou mesmo haviam obtido créditos destes mesmos bancos. *Pari passu* a isto, as autorizações do Ministério da Fazenda para a emissão de títulos bancários, e mesmo papel-moeda, tinham, geralmente, valores mínimos entre 20\$000 e 50\$000, inacessíveis para boa parte da população, que por força deste fator provavelmente esteve alheia ao processo recessivo, e desta forma não se encontrava ‘bancarizada’.

Em paralelo, como segundo ponto a enfatizar, esta baixa percepção da crise está ligada, como visto, à própria natureza do sistema bancário: fundamentado sobre bancos de emissão, para a cessão de créditos na forma de papel-moeda, o sistema não aglutinava a classe média à vida financeira do período. Será apenas a partir da década de 1860, com o estabelecimento de instituições como a *Caixa Econômica* e *Monte de Socorro da Corte*, conforme enfatizamos anteriormente, que os setores menos abastados da sociedade – viúvas, solteiras, professores de gramática, funcionários públicos, avós zelosos em nome de seu netos recém-nascidos, indivíduos mortos por tuberculose e toda e qualquer forma de população urbana possível de ser imaginada – poderão, com suas pequenas somas, ter acesso aos meandros do sistema financeiro nacional²¹².

²¹² Para uma interessante análise sobre o florescimento da Caixa Econômica Imperial, a partir de 1860, ver BUENO (2002).

Em terceiro lugar, é importante considerar que o ambiente em que se realizam as discussões propostas neste trabalho, é o de um Estado nacional cujo perfil de gasto público *per capita*, em uma primeira abordagem, parece ser de pouca monta. O gráfico 14 faz alusão a esta tendência:



Fonte: LEFF (1997), p.52.

NOTA: Adotaram-se apenas os preços-referência em relação a 1880; os dados relacionados a preços correntes aproximam-se muito dos dados apresentados.

Os dados elencados acima, para a década em análise, mostram que o gasto médio anual *per capita* realizado pelo Império Brasileiro era de 0,566 libras esterlinas²¹³. Em outras palavras, o Estado nacional realizava o dispêndio, com obras de infra-estrutura (calçamentos, iluminação, abastecimento de água e esgoto), saúde, segurança, entre outras atribuições, de um valor pouco superior a meia libra para cada cidadão.

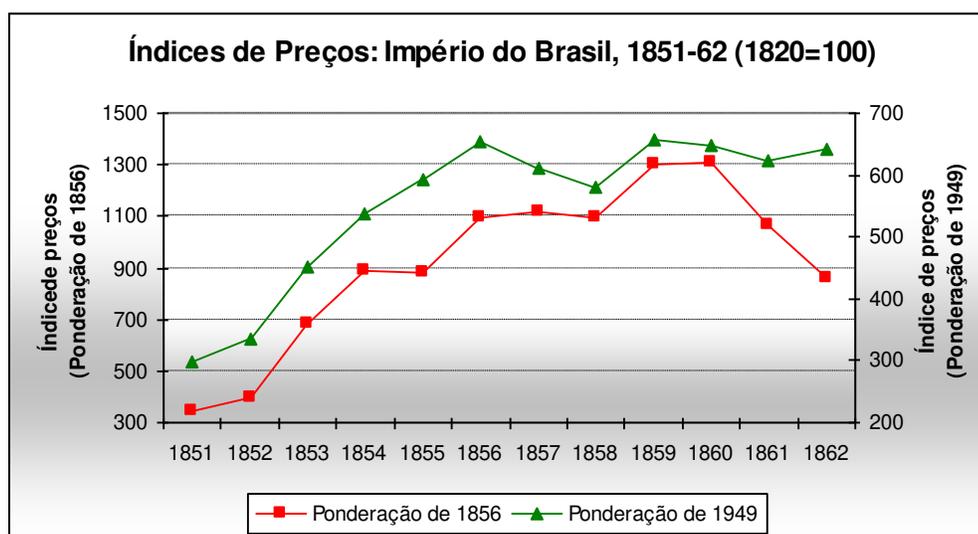
Colocado ao valor do câmbio praticado – e mesmo perseguido – pelas autoridades monetárias no âmbito do padrão-ouro, de 27 *pence* a cada mil-réis, temos o valor médio, para o período 1852-61, de 5\$031 por habitante, de gasto governamental, considerando os cálculos de N. Leff. Tal valor, como forma de estimação da paridade de poder de compra, era suficiente para pagar pouco mais que dois almoços em bons restaurantes da Corte, ou uma dúzia de *retratos*

²¹³ Supomos que tal cálculo terá excluído escravos e seus descendentes, dada a dificuldade de estimá-los como porcentagem do total da população.

impressos em papel-cartão; mas não compraria um par de botinas de couro (8\$000) ou uma diária em bons hotéis do Rio de Janeiro (6\$000 a 12\$000)²¹⁴.

Grosso modo, a população será afetada, sim, na dimensão do custo de vida, tratada também como o fenômeno da carestia, que passou por incremento significativo no período em análise: Produtos básicos para a manutenção da vida material dos cidadãos, como farinha de trigo, bacalhau e manteiga, além de azeite de iluminação e querosene, eram importados²¹⁵; em momentos de crise, a desvalorização cambial certamente contribuiria para a elevação de seus preços, o que gera impactos no custo de vida.

Colocado o problema sob perspectiva estatística, tem-se o Gráfico 15 abaixo:



Fonte: LOBO (1971)

NOTA: A ponderação de 1949 foi realizada pela Fundação Getúlio Vargas, e a de 1856, pela autora, baseada em informações coletadas junto a diversas fontes primárias (inventários de empresas, instituições de benemerência, entre outras).

Pode-se, por fim, retomando parte das discussões realizadas nos dias atuais a respeito da economia brasileira no século XIX, realizar uma reflexão maior a respeito do aspecto de sua *dependência financeira*. Ora, a economia brasileira integrava-se lentamente a um movimento de capitais proporcionados pela aceleração do crescimento econômico europeu, bem como pelo aumento da circulação de metais, por conta do ingresso do ouro recém-descoberto nas diversas regiões do globo.

²¹⁴ SCHWARCZ (1999), p.107. Deve-se frisar que estes dados apenas embutem uma aproximação, a fim de verificar a estrutura de preços e custos na praça do Rio de Janeiro.

²¹⁵ LOBO (1971), PP.238-39.

Conforme verificamos ao longo de todo o trabalho, a atividade especulativa acelerou-se de maneira uniforme em todas as regiões – desde os fazendeiros de trigo ingleses, que percebendo maiores lucros com a saída do trigo russo do mercado contratam mais empréstimos, passando pela especulação em companhias ferroviárias nos Estados Unidos, em construção naval na Noruega e em todo o tipo de companhia no Brasil – e, após o *boom*, abriu espaço para o início do *burst* em 1857.

A economia brasileira, ainda que tivesse um sistema bancário de pequeno porte, *pari passu* ao aumento das exportações de café, açúcar e outros itens, e ainda que as autoridades monetárias não tivessem atentado para a ‘exuberância irracional’ que então se manifestava, teve sua política conduzida de forma pró-cíclica, conquanto permitia a emissão em fases ascendentes e contraía a base monetária em momentos de crise, com vistas ao ‘saneamento’ do sistema, frustrando todas as expectativas dos agentes envolvidos no processo. Observamos, portanto, que a crise de 1857 possui uma *orientação externa* bastante significativa.

Será, essencialmente, a dependência da economia nacional em relação aos fluxos externos que condiciona momentos de instabilidade; neste sentido, o padrão de vulnerabilidade externa da economia nacional poderá ser compreendido a partir deste status de dependência financeira que se prolonga até o século XX.

E, ainda, poderá ser insuficiente compreendê-la a partir de posturas discricionárias das autoridades monetárias nacionais, ou por ciclos de exportações de *commodities*, em suas fases de baixa: em última análise, ainda que os bancos operassem com conversibilidade de 100%, e o *boom* de exportações fosse maior do que o observado, a recessão se verificaria, em maior ou menor grau.

Realizamos aqui, portanto, uma última ponte, trazendo novamente à baila as perguntas delimitadas na parte introdutória deste trabalho, e que permearam a sua realização: Em verdade, colocando sob forma de síntese as discussões que procuramos realizar ao longo desta dissertação a respeito da primeira hipótese, relacionada aos limites do Partido Conservador na gestão da política macroeconômica, tem-se que não é de todo lícito imputar às autoridades monetárias, ou seja, aos gestores do Ministério da Fazenda (considerando a inexistência de um equivalente ao Banco Central) a responsabilidade pelas conjunturas de instabilidade que se verificaram no período em análise.

Mais que atribuir títulos de *metalistas* ou *papelistas* aos ministros da Fazenda e suas gestões – Carneiro Leão, Sousa Franco, Torres-Homem, entre outros – é importante realizar uma reflexão mais ampla: por trás das posturas aparentemente discricionárias, porque ‘emissionistas’, ou draconianas, porque restritivas, realmente permeava a ação daqueles estadistas, em geral membros influentes do analisado Partido Conservador, uma preocupação maior, qual seja, a da construção e afirmação do novel Estado Nacional.

E, como desdobramento desta primeira hipótese verificada, o exame das fontes permitiram observar a contradição econômica também proposta na parte inicial, que gerava tensões entre as necessidades de expansão dos negócios, e as necessidades de legitimidade internacional para o regime monetário do país.

Contudo, verifica-se também uma contradição no campo político, qual seja, entre a necessidade de expansão de gastos do governo com as províncias (atendendo as demandas de suas respectivas elites e complexos econômicos), em um esforço de descentralização, e a preservação da associação financeira com as praças centrais, notoriamente a *City* londrina (e seus principais agentes, como a Casa Rothschild).

É factual que, em conjunturas de crise (melhor dizendo, como forma de enfrentá-las), os conservadores ‘natos’, tais como Torres-Homem, estão seguramente mais dispostos a ‘cortar a própria carne’, ou seja, adotar políticas mais restritivas na cessão de créditos e na atividade da emissão, bem como na constrição ao ‘direito de associação’, manifestado pela Lei dos Entraves. E, por outro lado, as medidas do período Sousa Franco para enfrentar tais momentos de estabilidade possuíam um caráter relativamente ‘acomodatício’, passando por tomadas de empréstimos externos para equilibrar o meio circulante e evitar a desvalorização progressiva da taxa de câmbio.

Entretanto, o que realmente perpassa todas as medidas é, seguramente, a necessidade de um equilíbrio entre corresponder às demandas sempre crescentes das províncias (modelo privilegiado por Sousa Franco) e controlar a sua capacidade de livre emissão (de acordo com os conservadores). Os diferentes gestores das finanças do governo atuavam, portanto, acomodando estes distintos interesses. Todavia, durante o período analisado este esforço de acomodação não perdeu, de modo algum, a orientação principal, qual seja, o interesse estratégico de longo prazo, que residia na construção – de maneira centralizada – do Estado brasileiro no século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. Prefácio de Francisco de Assis Barbosa. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, [1955?].

ALMEIDA, José Tadeu de. Ciclos de investimento e vulnerabilidade financeira no Brasil- Império: 1857-1864. *In*: Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica, 2008, FEA/USP. **Resumo dos trabalhos**. São Paulo: [s.n], 2008.

AMED, Fernando José; NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. **História dos tributos no Brasil**. São Paulo: Edições SINAFRESP, 2000.

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Renato. **Economia Internacional: Teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Centro e Periferia no padrão Ouro-Libra: Celso Furtado subestimou a dinâmica da dependência financeira? *In*: Encontro Nacional de Economia Política, XII, 2007, FEA/USP. **Resumo dos trabalhos**. São Paulo: [s.n], 2007.

_____. **A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)**. Tese – (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BEIGUELMAN, Paula. **Pequenos Estudos de Ciência Política**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1973.

BEIGUELMAN, Paula. **Formação Política do Brasil**. 2v. São Paulo: Pioneira, 1967.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Finança global e ciclos de expansão. *In* FIORI, José Luís (Org.). **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BENSEL, Richard Franklin. **Yankee Leviathan: The origins of Central State Authority in America, 1859-1877**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BERNANKE, Ben; JAMES, Harold. The Gold Standard, Deflation, and Financial Crisis in the Great Depression: An International Comparison. *In* HUBBARD, R. Glenn (Org). **Financial Markets and Financial Crises**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1991.

BORDO, Michael; KYDLAND, Finn E. The gold standard as a commitment mechanism. *In* BAYOUMI, Tamim; EICHENGREEN, Barry J; TAYLOR, Mark P. (Orgs). **Modern Perspectives on the gold standard**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BORDO, Michael; SCHWARTZ, Anna. **A retrospective on the Classical Gold Standard, 1821-1931**. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

BOTELHO JUNIOR, Cid de Oliveira. **Instabilidade financeira na primeira década republicana**. Dissertação – (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

- BOUÇAS, Valentim F. **História da dívida externa**. Rio de Janeiro: Edições Financeiras S.A, 1950.
- BUENO, Eduardo. **Caixa: Uma História Brasileira**. Porto Alegre: Buenas Idéias/Metalivros, 2002.
- BUESCU, Mircea. **História Econômica do Brasil: pesquisas e análises**. Rio de Janeiro: Edições APEC, 1970.
- CALÓGERAS, João Pandiá. **A política monetária do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1980.
- CARVALHO, Austrícliano de. **Brasil Colônia e Brasil Império**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1927.
- CARVALHO, Fernando Cardim et.al. **Economia monetária e financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- CASTRO, Paulo Pereira de. A 'experiência republicana', 1831 – 1840. In HOLLANDA, Sérgio Buarque (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, v.2, t.2. São Paulo: Difel, 1978a.
- _____. Política e administração de 1840 a 1848. In HOLLANDA, Sérgio Buarque (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, v.2, t.2. São Paulo: Difel, 1978b.
- CAVALCANTI, Amaro. **Política e finanças**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.
- CECCO, Marcelo de. **Money and empire, the international gold standard, 1890 – 1914**. Oxford: Basil Blackwell, 1974.
- Coleção de Leis do Império do Brasil**. Diversos anos.
- Coleção de Decisões do Império do Brasil**. Diversos anos.
- COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles: O exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- COTTRELL, P.L. **British overseas investment in the nineteenth century**. Londres: Macmillan, 1975.
- CROUZET, François. **The Victorian Economy**. New York: Columbia University Press, 1982.

DAWSON, Frank Griffith. **A primeira crise da dívida latino-americana: a City de Londres e a bolha especulativa de 1822-25**. São Paulo: Ed.34, 1998.

DINIZ, Adalton Franciozo. Centralização política e concentração de riqueza: As finanças do Império Brasileiro no período de 1830 a 1889. **História e Economia**, São Paulo, v.1, n.1, pp. 47-66, jul/dez. 2005.

EICHENGREEN, Barry J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editora 34, 2000.

EICHENGREEN, Barry J; LINDERT, Peter (Orgs.). **The International Debt Crisis in Historical Perspective**. Cambridge/London: The MIT Press, 1991.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1975.

FERNANDES, Santiago. Mauá, o economista do Império; análise de sua crítica científica ao padrão-ouro. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, abr/jun.1974.

FERNANDES, Suzana Cristina. **Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira**. Dissertação – (mestrado em História Econômica) – Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde do Uruguai**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

FERREIRA, Pinto. **Capitais estrangeiros e dívida externa do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História do Banco do Brasil**. São Paulo: Instituto de Economia da Associação Comercial, 1948.

_____. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1986.

GERMER, Claus Magno. A gestação dos elementos do ‘padrão ouro-câmbio’ antes de I Guerra Mundial e sua institucionalização no pós-guerra. In: III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas, 2001, Curitiba. **Resumo dos trabalhos**. Curitiba: [s.n], 1999.

GOLDSMITH, Raymond W. **Brasil 1850-1984: Desenvolvimento Financeiro sob um século de Inflação**. São Paulo: Harper e Row do Brasil Ltda, 1986.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

_____. Brazil from the middle of the nineteenth century to the Paraguayan war. In BETHELL, Leslie (org.). **The Cambridge history of Latin America**, v.3. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

GRANZIERA, Rui Guilherme. **Moeda e crédito no limiar do capitalismo no Brasil** (a outra história financeira). Tese – (doutorado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.

GREMAUD, Amaury Patrick. **Das controvérsias teorias à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)**. Tese – (Doutorado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GRINBERG, Kátia. Verbetes ‘Conselho de Estado’. In VAINFAS (org.) **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O Império e os Bancos Comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, MacGregor & Cia, do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, e do Banco Comercial e Agrícola. In: III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas, 2001, Curitiba. **Resumo dos trabalhos**. Curitiba: [s.n], 1999.

GUIMARÃES, Lucia. Verbetes ‘partidos’. In VAINFAS (org.) **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

HABER, Stephen. KLEIN, Herbert S. The Economic Consequences of Brazilian Independence. In HABER, Stephen (Org.). **How Latin America Fell Behind: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914**. Stanford: Stanford University Press, 1997.

HANLEY, Anne. **Native Capital: Financial Institutions and Economic Development in São Paulo, Brazil, 1850-1920**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

HAWTREY, R.G. **The Gold standard in theory and practice**. Londres: Longmans, Green & co., 1947.

HEPBURN, A. Barton. **A history of currency in the United States** (with a brief description of the currency systems of all commercial nations). New York: The Macmillan Company, 1915.

HILL, Charles Peter. **British economic and social history, 1700-1982**. Londres: Edward Arnold, 1985.

HUGON, Paul. **A moeda: introdução à análise e às políticas monetárias e à moeda no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1978.

HUME, David. On the balance of trade. *In* EICHENGREEN, Barry. **The gold standard in theory and history**. London: Methuen. 1985. (Publicado inicialmente em 1752).

IGLESIAS, Francisco. Vida Política, 1848-68. In HOLLANDA, Sérgio Buarque (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, v.2, t.3. São Paulo: Difel, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Séries estatísticas retrospectivas**. Brasília, DF: IBGE, 1986.

JUGLAR, Clément. **A brief history of panics and their periodical occurrence in the United States**. Nova York: G.P. Putnam's Sons, 1989.

KENWOOD, A.G.; LOUGHEED, A.L. **The growth of the international economy, 1820-2000**. Londres: Routledge, 1999.

KINDLEBERGER, Charles P. **Keynesianism vs. monetarism and other essays in financial history**. Londres: George Allen & Unwin, 1985.

_____. **Manias, pânico e crashes: um histórico das crises financeiras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KOSHY, Binu; KINDER, James. **Columbus-America Discovery Group and the SS Central America**. Disponível em http://www.columbia.edu/~dj114/SS_Central_America.pdf . Acesso em 22/09/2009.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional – Teoria e política**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001.

KUNIOCHI, Marcia Naomi. Os negócios no Rio de Janeiro: crédito, endividamento e acumulação (1844-1857). *In*: V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu. **Resumo dos trabalhos**. Caxambu: [s.n], 2003.

_____. A intermediação mercantil e bancária na fronteira meridional do Brasil. **História e Economia**, São Paulo, v.1, n.1, pp. 67-86, jul/dez. 2005

LAMOUNIER, Bolívar. **Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo: Augurium, 2005.

LEFF, Nathaniel N. Economic Development in Brazil, 1822-1913. In HABER, Stephen (Org.). **How Latin America Fell Behind: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914**. Stanford: Stanford University Press, 1997.

LIMA, Heitor Ferreira. **História do Pensamento Econômico no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

_____. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

- LIMA, Oliveira. **O Império Brasileiro, 1822-1889**. São Paulo: Comp. Melhoramentos, [1927?]
- LOBO, Eulália M. Lahmeyer et.al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.25, n.4, pp.235-265, out/dez.1971.
- _____. Economia do Rio de Janeiro nos Séculos XVIII e XIX. *In* NEUHAUS, Paulo (org.). **Economia Brasileira: Uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Pascoal. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 2002.
- LORENZO-FERNÁNDEZ, Oscar Soto. **A evolução da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MAGALHÃES JR, R. **Três panfletários do Segundo Reinado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- MARCONDES, Renato Leite. Padrão-Ouro e Estabilidade. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.28, n.3, pp. 533-559, jul/set. 1998.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MAURO, Frédéric. **História Econômica Mundial 1790-1970**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. Padrões monetários internacionais e crescimento. *In* FIORI, José Luís (org.). **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MENDES JUNIOR, Antonio; RONCARI, Luiz; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História: Texto e Consulta**, v.2. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MILWARD, Alan. The origins of the Gold Standard. *In* MACEDO Jorge Braga; EICHENGREEN, Barry; REIS, Jaime (Orgs). **Currency convertibility: The Gold Standard and Beyond**. Londres: Routledge, 1996.
- MILWARD, Alan; SAUL, S.B. **The Economic Development of Continental Europe: 1780-1870**. Londres: George Allen & Unwin, 1979.
- MONT’ALEGRE, Omer. **Capital & Capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.
- MOORE JUNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Lisboa: Cosmos/Martins Fontes, 1975.
- NABUCO, Joaquim **Um estadista do Império**: Nabuco de Araujo. 2v. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.

NEEDELL, Jeffrey D. **The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871.** Stanford, California: Stanford University Press, 2006.

ÓNODY, Oliver. **A inflação brasileira (1820-1958).** Rio de Janeiro: [s.n], 1960.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. Comportamento e Instituições Monetárias no Brasil, 1852-1972. In NEUHAUS, Paulo (org.). **Economia Brasileira: Uma visão histórica.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PETTIS, Michael. **The volatility machine: emerging economies and the threat of financial colapse.** Oxford University press, 2001.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Política e crédito agrícola no Brasil no século XIX. **América Latina em la Historia Economica**, n.6, jun/dez.1996.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Estado e Mercado Financeiro: O Banco do Brasil no Segundo Reinado. In: II Congresso Brasileiro de História Econômica e III Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, UFF. **Resumo dos trabalhos.** Niterói: [s.n], 1997.

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PIRES DO RIO, João. **A moeda brasileira e seu perene caráter fiduciário.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947.

PRADO, Luiz Carlos Thadeu Delorme. A Economia Política das Reformas Econômicas da Primeira Década Republicana. **Análise Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS**, Porto Alegre, n.39, mar/2003.

PRADO, Luiz Carlos Thadeu Delorme. **Comercial capital, domestic market and manufacturing in imperial Brazil: The failure of brazilian economic development in the XIXth Century.** Tese – (Doutorado em Economia) – University of London, Londres, 1991.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

RODRIGUES, José Honório; RODRIGUES, Leda Boechat. **O Parlamento e a evolução nacional: 1826-1840.** 5v. Brasília, DF: Ed. Senado Federal, 1972.

RODRIGUES, José Honório. **O Conselho de Estado. O Quinto Poder?** Brasília, DF: Ed. Senado Federal, 1978.

RODRÍGUEZ, Octavio. **Teoria do desenvolvimento da CEPAL.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. Fontes para a história dos bancos no Brasil: o caso de São Paulo (1850-1930). **America Latina en la Historia Economica**, n.3, jan/mar.1995.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **As barbas do Imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Esboço; ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

SOUSA, J.A. Soares de. O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas. In HOLLANDA, Sérgio Buarque (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, v.2, t.3. São Paulo: Difel, 1982.

SOUZA, Carlos Inglez de. **A anarchia monetaria e suas consequencias**. São Paulo: Companhia Graphico – Editora Monteiro Lobato, 1924.

SPENCER, William Homer. **Economic History of the United States**. Nova York: McGraw-Hill, 1949.

TAKEYA, Denise Monteiro. O capital mercantil estrangeiro no Brasil do século XIX: a atuação da Casa Boris Frères no Ceará. In SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada**: Teoria política do Império do Brasil. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1964.

TRIFFIN, Robert. **O sistema monetário internacional**. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1972.

TRIGUEIROS, Florisvaldo dos Santos. **Dinheiro no Brasil**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1987.

TROVÃO, Cassiano J.B. Marques; ALMEIDA, José Tadeu de. Dilemas da ruptura: notas sobre etnias e transição no mercado de trabalho da região de Campinas ao final do século XIX. In: Encontro de Estudos Populacionais, XVI, 2008, Caxambu. **Resumo dos trabalhos**. Caxambu: [s.n.], 2008.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial**: A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VIANA, Victor. **O Banco do Brasil: Sua formação, seu engrandecimento, sua missão nacional**. Rio de Janeiro: Typhographia do Jornal do Commercio, 1926.

VILLELA, André A. **The political economy of money and banking in Imperial Brasil: 1850-1870**. Tese – (Doutorado em Economia) – London School of Economics and Political Science, Londres, 1999.

_____. TEMPOS DIFÍCEIS: Reações às crises de 1857 e 1864 no Brasil. In III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas, 2001, Curitiba. **Resumo dos trabalhos**. Curitiba: [s.n], 1999.

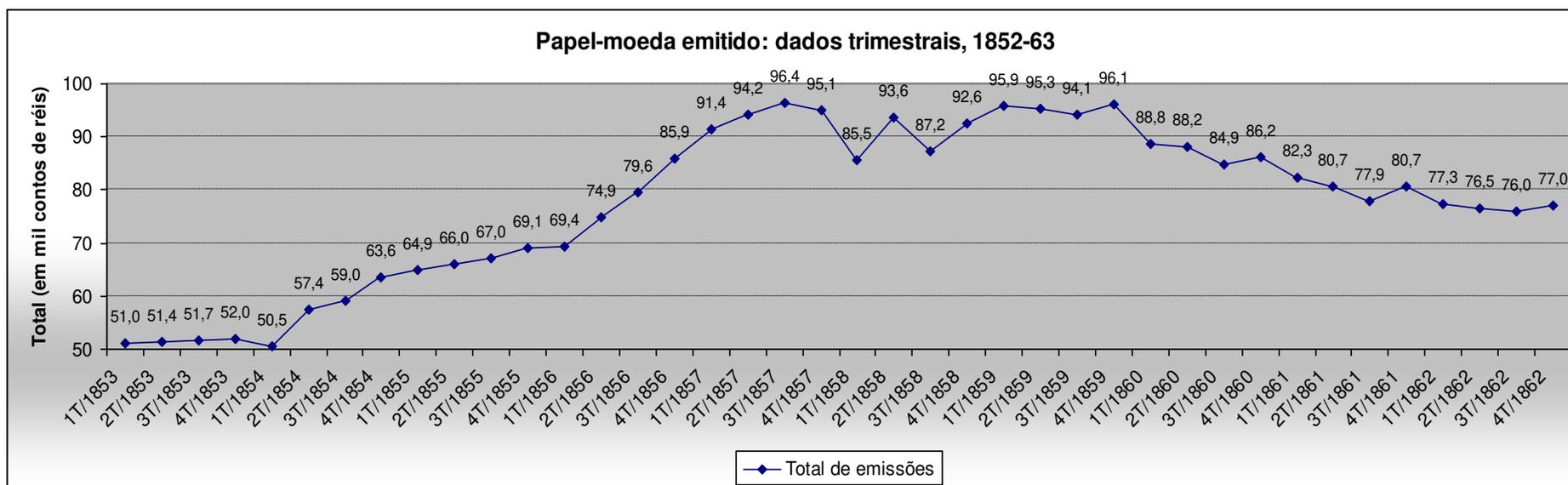
VIEIRA, Dorival Teixeira. **Evolução do sistema monetário brasileiro**. São Paulo: IPE/USP, 1981.

VILAR, Pierre. **Ouro e moeda na História (1450-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ZILIOTTO, Guilherme Antonio. Dívida pública externa no Império do Brasil. In X Encontro Nacional de Economia Política, 2005, IE/UNICAMP. **Resumo dos trabalhos**. Campinas: [s.n.], 2005.

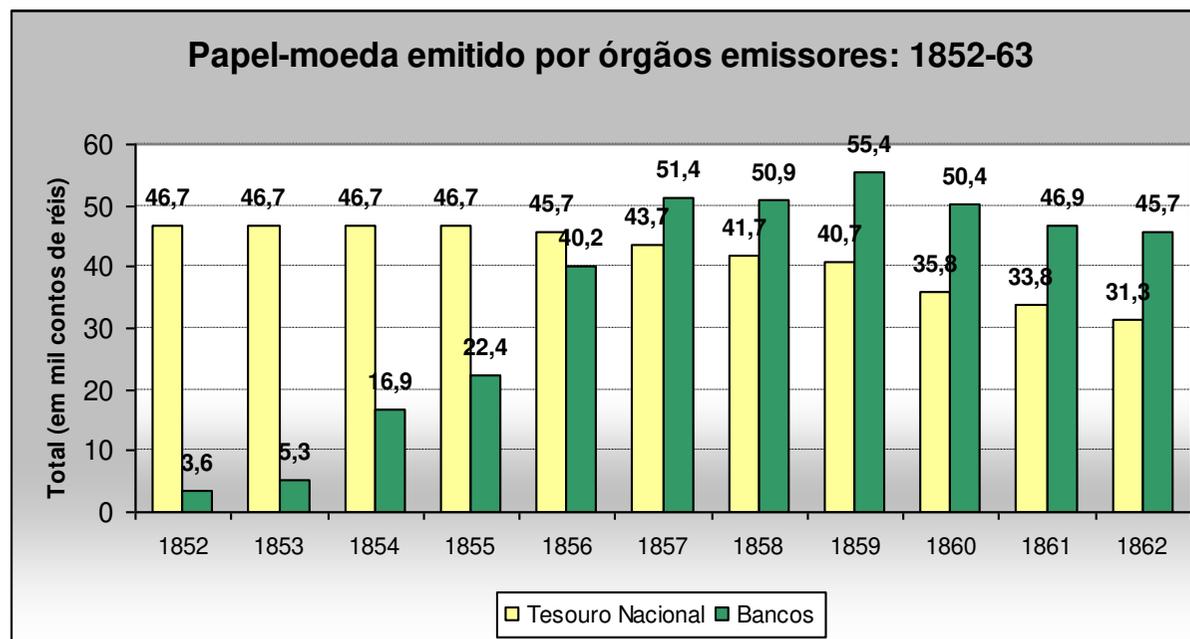
ANEXOS

Gráfico 16:



Fonte: IBGE (1986), pp.481-82. Estoques totais por fim de período.

Gráfico 17:



Fonte: IBGE (1986), pp.498. Saldos por fim de período.